



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI COMPLEMENTAR NÚMERO 973 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DANIEL ALONSO, Prefeito Municipal de Marília, usando de atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal de Marília aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Na execução da política urbana, de que tratam o artigo 182 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e o artigo 7º, inciso III e artigos 178, 179, 180 e 181 da Lei Orgânica do Município de Marília, serão aplicadas as disposições desta Lei Complementar, denominada Plano Diretor do Município de Marília.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei Complementar estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana e rural em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º. Esta Lei Complementar dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Sistema de Planejamento Urbano e o Plano Diretor do Município de Marília e aplica-se à totalidade do seu território.

§ 1º. A Política de Desenvolvimento Urbano é o conjunto de planos e ações que tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado e diversificado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes.

§ 2º. O Sistema de Planejamento Urbano corresponde ao conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que tem como objetivo coordenar as ações referentes ao desenvolvimento urbano, de iniciativa dos setores público e privado, integrando-as com os diversos programas setoriais, visando à dinamização e à modernização da ação governamental.

§ 3º. O Plano Diretor é o instrumento básico da Política de Desenvolvimento Urbano do Município de Marília, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam em seu território.

Art. 3º. O Plano Diretor orienta o planejamento urbano municipal e seus objetivos, diretrizes e prioridades devem ser respeitados pelos seguintes planos e normas:

- I - Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e o Plano de Metas;
- II - Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e demais normas correlatas.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º. Os objetivos previstos neste Plano Diretor devem ser alcançados até 2037.

Parágrafo único. O Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal proposta de revisão deste Plano Diretor, a ser elaborada de forma participativa no prazo de 10 (dez) anos a partir da entrada em vigor desta Lei Complementar.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS

Art. 5º. Os agentes públicos, privados e sociais responsáveis pelas políticas e normas explicitadas neste Plano Diretor devem observar os seguintes princípios:

- I - Respeito às funções sociais da cidade;
- II - Respeito às funções sociais da propriedade Urbana e Rural;
- III - Desenvolvimento sustentável, Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado;
- IV - Equidade e Inclusão Social e Territorial;
- V - Gestão democrática e participativa da sociedade civil organizada;
- VI - Respeito ao princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

Art. 6º. A cidade cumpre suas funções sociais na medida em que assegura o direito dos seus habitantes:

- I - à moradia digna;
- II - à terra urbana;
- III - à justiça social;
- IV - ao acesso universal aos direitos sociais;
- V - à preservação da memória histórica e cultural;
- VI - ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
- VII - ao saneamento ambiental;
- VIII - ao transporte;
- IX - à infraestrutura dos serviços públicos;
- X - ao trabalho;
- XI - ao sossego;
- XII - à cultura e ao lazer;
- XIII - ao meio ambiente sustentável.

Art. 7º. A Função Social da Propriedade Urbana é elemento constitutivo do direito de propriedade e é alcançada quando a propriedade cumpre os critérios e graus de exigência de ordenação territorial estabelecidos pela legislação atendendo, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- I - ser utilizada e aproveitada para atividades ou usos de interesse urbano ou rural, caracterizadas como promotores da função social da cidade;





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- II - respeitar os limites e índices urbanísticos estabelecidos nesta Lei Complementar e nas legislações dela decorrentes;
- III - ter aproveitamento, uso e ocupação do solo compatíveis com:
 - a) a preservação, recuperação e manutenção ou melhoria da qualidade do meio ambiente;
 - b) o respeito ao direito de vizinhança;
 - c) a segurança dos imóveis vizinhos;
 - d) a preservação da memória histórica e cultural.

§ 1º. Função Social da Propriedade Rural é elemento constitutivo do direito de propriedade e é atendida quando, simultaneamente, a propriedade é utilizada de forma racional e adequada, conservando seus recursos naturais, favorecendo o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores e observando as disposições que regulam as relações de trabalho.

§ 2º. Equidade Social e Territorial compreende a garantia da justiça social a partir da redução das vulnerabilidades urbanas e das desigualdades sociais entre grupos populacionais e entre os distritos e bairros do Município de Marília.

§ 3º. Direito à Cidade compreende o processo de universalização do acesso aos benefícios e às comodidades da vida urbana por parte de todos os cidadãos, seja pela oferta e uso dos serviços, equipamentos e infraestruturas públicas.

§ 4º. Desenvolvimento sustentável, Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado é o direito sobre o patrimônio ambiental, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, constituído por elementos do sistema ambiental natural e do sistema urbano de forma que estes se organizem equilibradamente para a melhoria da qualidade ambiental e bem-estar humano.

§ 5º. Gestão Democrática e participativa da sociedade civil organizada é a garantia da participação de representantes dos diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações e conselhos representativos, nos processos de planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

§ 6º. Respeito ao princípio de supremacia do interesse público sobre o particular, é a garantia de que sempre que houver um conflito entre um particular e um interesse público coletivo deve prevalecer o interesse público.

§ 7º. Sujeitam-se às sanções previstas em lei os proprietários de imóveis urbanos ou rurais que por qualquer meio, artifício ou omissão, impeçam ou dificultem a realização de atividades de interesse urbano ou rural em sua propriedade.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS

Art. 8º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- I - garantia do direito à cidade sustentável, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para às presentes e futuras gerações;
- II - garantia da colaboração e da realização de estudos estratégicos, dos órgãos competentes com relação ao não comprometimento da infraestrutura da cidade, compatibilizando a infraestrutura dos bairros com relação aos desdobros a serem aprovados, bem como aos novos empreendimentos, atendendo as diretrizes dos órgãos competentes Departamento de Água e Esgoto de Marília (DAEM), Secretaria Municipal de Obras Públicas, CETESB, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e demais;
- III - nas Certidões de Diretrizes e Uso de Solo deverão ser verificadas suas interferências na infraestrutura do bairro, estabelecendo porcentagem máxima para ocupação em bairros existentes que apresentem saturação na sua infraestrutura;
- IV - a Certidão de Diretrizes e Uso do Solo é o documento que autoriza os demais órgãos e autarquias municipais - DAEM, EMDURB, Secretaria Municipal de Obras Públicas, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Procuradoria Geral do Município - a expedir suas respectivas Certidões. A inexistência prévia da Certidão de Diretrizes de Uso do Solo invalida e inviabiliza todas as demais Certidões, sendo condição para expedição das demais;
- V - gestão democrática por meio da participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- VI - realizar Desenvolvimento Urbano de forma a preservar 3 princípios fundamentais para o bom funcionamento público garantindo uma cidade;
 - a) coordenada;
 - b) compactada;
 - c) conectada.
- VII - retorno para a coletividade da valorização de imóveis decorrente dos investimentos públicos e das alterações da legislação de uso e ocupação do solo;
- VIII - desenvolvimento de Política específica para a gestão inteligente da cidade com auxílio da tecnologia, utilizando os conceitos de *smart city*, gestão descentralizada e compatibilização dos dados do poder público de modo a gerar políticas conectadas entre si;
- IX - justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização;
- X - distribuição de usos e intensidades de ocupação do solo de forma equilibrada, para evitar ociosidade ou sobrecarga em relação à infraestrutura disponível, aos transportes e ao meio ambiente, e para melhor alocar os investimentos públicos e privados;
- XI - compatibilização da intensificação da ocupação do solo com a ampliação da capacidade de infraestrutura para atender às demandas atuais e futuras;
- XII - utilização racional dos recursos naturais, em especial da água e do solo, de modo a garantir uma cidade sustentável para as presentes e futuras gerações;
- XIII - adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município;
- XIV - incentivo à produção de Habitação de Interesse Social, de equipamentos sociais e culturais e à proteção e ampliação de áreas livres e verdes;
- XV - prioridade no sistema viário para o transporte coletivo e modos não motorizados;





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- XVI - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- XVII - revisão e simplificação da legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e das normas edilícias, com vistas a aproximar a legislação da realidade urbana, assim como facilitar sua compreensão pela população;
- XVIII - ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:
 - a) a proximidade ou conflitos entre usos incompatíveis ou inconvenientes;
 - b) o parcelamento, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados do solo em relação à infraestrutura urbana;
 - c) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
 - d) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulta na sua subutilização ou não utilização;
 - e) a deterioração das áreas urbanizadas e os conflitos entre usos e a função das vias que lhes dão acesso;
 - f) a poluição e a degradação ambiental;
 - g) a excessiva ou inadequada impermeabilização do solo;
 - h) o uso inadequado dos espaços públicos.
- XIX - planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população, ordenação e controle do uso do solo e das atividades econômicas do Município, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- XX - integração e complementaridade das atividades urbanas e rurais;
- XXI - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, arquitetônico, paisagístico e arqueológico.

Art. 9º. A Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor se orientam pelos seguintes objetivos estratégicos:

- I - disciplinar o processo de expansão horizontal da aglomeração urbana, contribuindo para uma ocupação sustentável do Vale dos Itambés, garantir a preservação ambiental, infraestrutura e o abastecimento de água;
- II - acomodar o crescimento urbano nas áreas subutilizadas dotadas de infraestrutura e no entorno da rede de transporte coletivo;
- III - reduzir a necessidade de deslocamento, equilibrando a relação entre os locais de emprego e de moradia;
- IV - expandir as redes de transporte coletivo e os modos não motorizados, racionalizando o uso de automóvel;
- V - implementar uma política fundiária e de uso e ocupação do solo que garanta o acesso à terra para as funções sociais da cidade e proteja o patrimônio ambiental e cultural;
- VI - reservar glebas e terrenos, em áreas dotadas de infraestrutura e transportes coletivos, em quantidade suficiente para atender ao déficit acumulado e às necessidades futuras de habitação social;
- VII - promover a regularização e a urbanização de assentamentos precários;
- VIII - contribuir para a universalização do abastecimento de água, a coleta e o tratamento ambientalmente adequados dos esgotos e dos resíduos sólidos;





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- IX - ampliar e requalificar os espaços públicos, as áreas verdes e permeáveis e a paisagem;
- X - proteger as áreas de preservação permanente, as unidades de conservação, as áreas de proteção dos mananciais e a biodiversidade;
- XI - proteger o patrimônio histórico, cultural e religioso e valorizar a memória, o sentimento de pertencimento à cidade e a diversidade;
- XII - reduzir as desigualdades socioterritoriais para garantir, em todo o território da cidade, o acesso a equipamentos sociais, a infraestrutura e serviços urbanos;
- XIII - fomentar atividades econômicas sustentáveis, fortalecendo as atividades já estabelecidas e estimulando a inovação, o empreendedorismo, a economia solidária e a redistribuição das oportunidades de trabalho no território, tanto na zona urbana como na rural;
- XIV - fortalecer uma gestão urbana integrada, descentralizada e participativa;
- XV - recuperar e reabilitar as áreas centrais da cidade;

Parágrafo único. Os objetivos estratégicos se desdobram em objetivos por porções homogêneas de território, estabelecidos por zonas, e nos objetivos estratégicos das Políticas Setoriais, definidas nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES GERAIS

SEÇÃO I DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL

Art. 10. A Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável deve estar atrelada ao cumprimento das funções sociais da propriedade, no ordenamento territorial da cidade e no desenvolvimento social com qualidade.

Art. 11. A Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável tem como objetivos promover:

- I - o desenvolvimento de cadeias produtivas complexas;
- II - o desenvolvimento tecnológico;
- III - a difusão e produção do conhecimento tecnológico;
- IV - oportunidades de trabalho e renda, visando à inclusão econômica;
- V - o desenvolvimento rural sustentável;
- VI - inclusão social e distribuição de renda;
- VII - a vinculação entre o desenvolvimento econômico e as políticas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e demais políticas públicas;
- VIII - induzir uma distribuição mais equitativa do emprego, estimulando as atividades econômicas em todo território;
- IX - proteger as áreas industriais em funcionamento e estimular sua expansão em moldes compatíveis com as novas condições territoriais do Município;
- X - incentivar o comércio e os serviços locais, especialmente os instalados em fachadas ativas, junto às ruas;



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- XI - potencializar a capacidade criativa, o conhecimento científico e tecnológico e a inovação existentes no Município para gerar atividades econômicas de alto valor agregado e ambientalmente sustentáveis;
- XII - promover a infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável, incluindo obras, empreendimentos e serviços de utilidade pública, na zona urbana e rural;
- XIII - criar as condições para o desenvolvimento do turismo apropriado às características geográficas e econômicas do Município, gerando sinergias entre eventos, negócios, cultura, gastronomia, compras e ecoturismo para aumentar a permanência do visitante no Município;
- XIV - facilitar a instalação de empresas no Município, por meio de incentivos tributários e urbanísticos, facilitando os procedimentos administrativos, em especial nos setores prioritários definidos nesta Lei Complementar;
- XV - valorizar a diversidade territorial, cultural, étnica, religiosa e de orientação sexual como um direito que potencializa as oportunidades de desenvolvimento econômico do Município.

Art. 12. Para a consecução da Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável e a geração de empregos, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- I - Requalificação do centro histórico-comercial, considerando:
 - a) programa e legislação específica de Controle da Qualidade da Paisagem Urbana;
 - b) legislação do Controle da Publicidade ao ar livre;
 - c) revisão e adequação do Código de Obras, Lei de Zoneamento e Código de Posturas para todo Centro Histórico - Comercial, no sentido de estimular novos pontos de serviços e comércios e maior adensamento residencial;
 - d) requalificação do espaço público ocupado pelo “camelódromo”;
 - e) viabilização das propostas de intervenções contidas no Plano Diretor de Turismo e Plano Diretor da Cultura;
 - f) reformulação do sistema de iluminação pública;
 - g) programa de arborização urbana;
 - h) repaginação do Calçadão da Rua São Luiz - paisagismo e mobiliário urbano;
 - i) estudos e normas para a ocupação dos miolos de quadra;
 - j) cadastramento, avaliação e possibilidade de tombamento dos elementos e imóveis dotados de significativo potencial histórico - arquitetônico;
 - k) programa de iluminação cênica para os elementos e imóveis identificados;
 - l) lei de incentivos para a recuperação, revitalização e preservação do patrimônio histórico-cultural-arquitetônico (Plano Diretor Cultura);
 - m) regularização fundiária das áreas remanescentes do leito da ferrovia.
- II - Estímulo e fortalecimento de novas centralidades na região periférica, considerando:
 - a) identificação e reformulação dos espaços existentes que apresentam condições favoráveis à implantação de novos serviços e comércios;
 - b) incentivo fiscal e tributário do Poder Executivo para novos empreendimentos;
 - c) Revisão e adequação do Código de Obras e do Código de Posturas para novas centralidades;
 - d) melhoria da mobilidade e acessibilidade nos locais;
 - e) melhoria da Infraestrutura de abastecimento, iluminação, do paisagismo e mobiliário urbano;





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- f) legislação específica quanto ao Uso e Ocupação do Solo, no sentido de maior adensamento nos locais e vizinhança.
- III - Estímulo à implantação de novas centralidades, compatíveis com o uso residencial, na região periférica, preferencialmente, próximas às áreas de interesse social, considerando:
 - a) programa de implantação de pequenas e médias indústrias na região periférica com prioridade às potencialmente geradoras de empregos;
 - b) identificação e reformulação dos espaços existentes que apresentam condições favoráveis à implantação de novos serviços e comércios;
 - c) melhoria da mobilidade e acessibilidade nos locais;
 - d) melhoria da Infraestrutura de abastecimento, iluminação, do paisagismo e mobiliário urbano;
 - e) incentivo fiscal e tributário para novos empreendimentos;
 - f) indústrias compatíveis com o uso residencial, de pequeno e médio porte;
 - g) legislação específica quanto ao Uso e Ocupação do Solo, no sentido de maior adensamento nos locais e vizinhança.
- IV - Programas de apoio à atividade industrial com ênfase nas micro, pequenas e médias empresas;
- V - Criar e fortalecer as redes estratégicas locais;
- VI - Priorizar empreendimentos de baixo impacto ambiental e alto potencial para geração de trabalho e renda;
- VII - Vincular as ações para o desenvolvimento econômico com a geração de trabalho e renda;
- VIII - Integrar as atividades rurais as cadeias produtivas, promovendo a diversidade da produção agrícola e a biodiversidade regional;
- IX - Elaborar e implementar programas de educação para a cidadania;
- X - Promover a capacitação adequada dos profissionais e garantir investimentos para o crescimento e consolidação de políticas de saúde pública, de caráter preventivo, atendendo as famílias;
- XI - Fortalecer e desenvolver linhas de pesquisa, dando ênfase às áreas ligadas às cadeias produtivas do Município;
- XII - Programas de requalificação e dinamização dos Distritos Industriais;
- XIII - Programas de trabalho alternativo e geração de renda para a população carente e sem qualificação profissional;
- XIV - Desenvolvimento do turismo local:
 - a) programa de ações em atendimento ao Plano Diretor de Turismo.
- XV - Programas de apoio à agricultura diversificada:
 - a) estimular a ocupação dos Vales dos Itambés;
 - b) programa de implantação de hortas comunitárias.
- XVI - Otimização da mobilidade e acessos para escoamento da produção industrial e agrícola, conforme diretrizes do Plano de Mobilidade e Plano Diretor Rural;
- XVII - Melhoria da infraestrutura existente;
- XVIII - Programa de implantação de incubadoras;
- XIX - Criação do Parque Tecnológico com legislação específica;
- XX - Desenvolver programa que estimule, facilite, amplie e diversifique a realização de feiras livres, diurnas e noturnas, no município, desenvolvendo com isso uma ocupação mais rica da cidade, com mescla de atividades e interesses públicos;



- XXI - Promoção da flexibilização dos cursos profissionalizantes, permitindo a sua adequação a novas demandas do mercado de trabalho;
- XXII - Revisão do Código Tributário do Município, no sentido de promover o incentivo da produção e criação de novos postos de emprego:
 - a) diminuição da carga tributária para instalações de novos usos, geradores de postos de empregos na região periférica.
- XXIII - Estudos e projetos para a implantação de porto intermodal em área a ser definida junto à ferrovia no Distrito de Lácio, fortalecendo Marília como Polo Regional de Logística;
- XXIV - Desenvolver programa específico para a criação de espaços para feiras culturais, e recebimento de convenções, exposições;
- XXV - Desenvolver programa específico para a criação de espaços para feiras culturais, e recebimento de convenções, exposições;
- XXVI - Programa de desburocratização e modernização da estrutura administrativa do Poder Público Municipal e possibilidade, a critério da Administração Municipal, da implantação de contratos de trabalho *home office*.

§ 1º. Entende-se por educação para a cidadania o conjunto de ações pedagógicas articuladas para inclusão e desenvolvimento dos indivíduos e grupos nas estruturas política, econômica, social e cultural, para conservação do patrimônio público, bem como para compreensão, preservação e recuperação do patrimônio histórico, cultural e natural.

§ 2º. Os planos diretores específicos estarão vinculados a esta Lei Complementar, devendo respeitar o disposto nesta Lei Complementar acerca do ordenamento urbano municipal, observando ainda as leis de zoneamento e de parcelamento do solo.

§ 3º. Os programas e metas relacionados às questões do desenvolvimento econômico e social, em andamento ou que fazem parte do Plano Plurianual vigente, são considerados parte integrante da presente Lei Complementar.

SUBSEÇÃO I DAS ZONAS ESPECIAIS DE CORREDORES

Art. 13. Para estimular a implantação, permanência e expansão de empresas, deverá ser elaborado um plano de implantação que definirá atividades prioritárias que poderão se beneficiar do Programa de Incentivos Fiscais, a ser instituído por lei específica, priorizando empresas do ramo de tecnologia, serviços e comércios incluindo os seguintes benefícios:

- I - isenção ou desconto do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, por um período definido;
- II - programa que promova período de carência para implantação e ou ampliação de empresas de tecnologia;
- III - desconto de até 60% do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS para os setores a serem incentivados;
- IV - isenção ou desconto de ISS da construção civil para construção ou reforma de imóvel.



SUBSEÇÃO II DOS POLOS DE ECONOMIA CRIATIVA

Art. 14. Para estimular as atividades econômicas criativas replicam-se aos estabelecimentos que se implantarem em assentamentos precários e irregulares, passíveis de regularização fundiária:

- I - concessão de benefícios fiscais para estabelecimentos contribuintes de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
- II - isenção de IPTU;
- III - isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento;
- IV - simplificação dos procedimentos para instalação e funcionamento e obtenção das autorizações e alvarás necessários.

§ 1º. A implementação dos incentivos referentes aos incisos I, II, III e IV deverá ser regulamentada por lei específica.

§ 2º. Além dos incentivos previstos neste artigo, aplicam-se os seguintes instrumentos:

- I - assistência técnica para orientação sobre elaboração de projetos, propriedade intelectual, acesso a linhas de financiamento, desenvolvimento de produtos, apoio jurídico, acesso a incentivos à inovação e à pesquisa científica;
- II - disponibilização de plataforma de comunicação digital para integração virtual dos polos de economia criativa;

SUBSEÇÃO III DA ZONA INDUSTRIAL (ZI)

Art. 15. Fica Estabelecida a Zona Industrial destinada para implantação de usos industriais e usos não residenciais incômodos a usos residenciais.

Art. 16. Para estimular a implantação de indústrias e estimular o desenvolvimento e crescimento das existentes, ficam estabelecidos os seguintes benefícios nas atividades que se enquadram nesta categoria implementadas na ZI.

- I - concessão de benefícios fiscais para estabelecimentos contribuintes de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
- II - isenção de IPTU por até 24 (vinte e quatro) meses, proporcional a porcentagem de empregabilidade das indústrias e serviços com relação a população que reside nas imediações;
- III - isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento de indústrias e serviços voltados ao mercado de tecnologia e desenvolvimento tecnológico;
- IV - simplificação dos procedimentos para instalação e funcionamento e obtenção das autorizações e alvarás necessários.

Parágrafo único. A implementação dos incentivos referentes aos incisos I, II, III e IV deverá ser regulamentada por lei específica.



SUBSEÇÃO IV DOS PARQUES TECNOLÓGICOS

Art. 17. Parques Tecnológicos são oportunidades para o desenvolvimento urbano baseado em usos voltados para a produção de conhecimento e de complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam fomentar economias embasadas no conhecimento por meio da integração da pesquisa científica e tecnológica, negócios/empresas e organizações governamentais em um determinado território, e do suporte às inter-relações entre estes grupos.

§ 1º. Os Parques Tecnológicos podem abrigar centros para pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, inovação e incubação, treinamento, prospecção, como também infraestrutura para feiras, exposições e desenvolvimento mercadológico.

§ 2º. Fica estabelecido o Parque Tecnológico do Distrito de Lácio, criado em legislação específica e delimitação.

§ 3º. O Município poderá criar outros Parques Tecnológicos.

Art. 18. A implantação de Parques Tecnológicos tem como objetivos:

- I - organizar um ambiente corporativo aberto à cooperação nacional, internacional e propícios para a promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizada por meio de empresas de alta tecnologia;
- II - concentrar em áreas estratégicas empresas e instituições nacionais e internacionais voltadas às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- III - criar oportunidades de negócios, agregando valor às empresas maduras;
- IV - gerar empregos baseados no conhecimento;
- V - fomentar o empreendedorismo e incubar novas empresas inovadoras;
- VI - aumentar a sinergia entre instituições de ciência e tecnologia e empresas;
- VII - construir espaços atraentes para profissionais do conhecimento emergente a partir de projeto que deve ser objeto de concurso público;
- VIII - incentivar a implantação de empresas que promovam o uso de fontes energéticas alternativas e outras práticas ambientalmente sustentáveis.

Art. 19. A área do parque tecnológico do Distrito de Lácio poderá fazer ser parte de possíveis projetos de intervenção urbana na Zona Especial de Corredor da Ferrovia junto o trecho em questão.

SECÃO II DA HABITAÇÃO

Art. 20. A Política Municipal de Habitação tem como objetivos:

- I - garantir o acesso à terra urbanizada e à moradia, ampliando a oferta e as condições de habitabilidade da população de baixa renda;
- II - estimular a produção, de forma organizada no território, das habitações de interesse social pela iniciativa privada;



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- III - implementar programas habitacionais para implantação de moradias próximas às regiões adensadas, tanto na zona urbana quanto nos Distritos;
- IV - reduzir o déficit habitacional;
- V - reduzir as moradias inadequadas;
- VI - reduzir os impactos de assentamentos precários sobre áreas de proteção ambiental.
- VII - garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental nos programas habitacionais;

§ 1º. Todo empreendimento de Uso Residencial Social deverá ter o número máximo de unidades residenciais analisado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

§ 2º. Para os lotes de interesse social, a frente mínima do lote deverá ser compatível com a densidade prevista no zoneamento da região.

§ 3º. Na aprovação de habitação de interesse social verticalizada poderão ser dispensadas a necessidade de reserva de área destinada à estacionamento e garagem de veículos de passeio após análise e parecer técnico da Secretaria de Planejamento Urbano.

Art. 21. Para a consecução da política habitacional, deverão ser adotadas as seguintes diretrizes gerais:

- I - criação da Secretaria Municipal da Habitação;
- II - promoção da requalificação urbanística e regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários e irregulares em todas as áreas do Município seguindo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS);
- III - implementação da estrutura administrativa de enfrentamento dos aglomerados subnormais fortalecendo a Diretoria Municipal de Habitação;
- IV - utilização dos instrumentos jurídicos previstos nesta Lei Complementar para a consolidação das ações;
- V - impedimento de novas ocupações irregulares;
- VI - inibição do adensamento e ampliação dos núcleos habitacionais de baixa renda;
- VII - instituição de programa de ocupação para pequenas áreas, dotadas de infraestrutura, por vilas habitacionais ou outras formas de parcelamento do solo que permitam o acesso ao lote urbanizado;
- VIII - instituição de Programa Municipal de Habitação;
- IX - revisão da Lei de Parcelamento de Solo para fins de habitação de interesse social;
- X - implantação de programa de moradia para pessoas com deficiência;
- XI - priorizar a população de baixa renda;
- XII - priorizar o atendimento à população residente em imóveis ou áreas insalubres, áreas de risco e áreas de preservação permanente;
- XIII - diversificar os programas e os agentes promotores da política de HIS, de acordo com as características diferenciadas da demanda;
- XIV - promover a reabilitação de edifícios vazios ou subutilizados em áreas centrais, em centralidades dotadas de infraestrutura, destinando-os aos programas de locação social;
- XV - promover soluções habitacionais adequadas e definitivas para a população de baixa renda que forem realocadas dos seus locais de moradia em razão da necessidade de





- recuperação e proteção ambiental, da existência de riscos geológicos e da execução de obras públicas, preferencialmente no mesmo bairro ou na mesma região, com a participação das famílias no processo de decisão;
- XVI - priorizar a provisão de habitação social em áreas dotadas de infraestrutura e transportes coletivos, evitando sua instalação em unidades de conservação, áreas de proteção ambiental;
- XVII - promover o atendimento habitacional na forma de prestação de serviço social e público às famílias em condições de vulnerabilidade ou risco social, incluindo as pessoas que ocupam logradouros e praças públicas;
- XVIII - fortalecer e aprimorar os canais de participação já instituídos, como o Conselho Municipal de Política Urbana e Habitação;
- XIX - promover ações de pós-ocupação e acompanhamento das famílias nos novos assentamentos habitacionais;
- XX - adotar cota de unidades habitacionais destinadas ao atendimento exclusivamente para setores vulneráveis da população, idosos e pessoas com deficiência;
- XXI - viabilização das propostas das audiências públicas;
- XXII - criação de programas multidisciplinares a fim de garantir planejamento sustentável da cidade, com o intuito de viabilizar, estabelecer limites, estratégias e verificação das infraestruturas dos bairros no tocante aos parcelamentos de solo (restrições mínimas), desmembramentos e desdobro de lotes, estabelecendo limites da porcentagem de desdobros permitidos em cada bairro e em cada zona, em função de garantir e prevenir a estabilidade da infraestrutura dos bairros.
- XXIII - Acompanhamento da revisão de parâmetros construtivos definidos em leis edilícias e de zoneamento, visando flexibilizar as exigências e simplificar os procedimentos para a produção de habitação de interesse social.

Parágrafo único. Os programas e metas relacionados às questões da habitação, em andamento ou que fazem parte do Plano Plurianual vigente, são considerados parte integrante da presente Lei Complementar.

SUBSEÇÃO I DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS NA HABITAÇÃO SOCIAL

Art. 22. As ações prioritárias na Habitação Social são:

- I - desenvolver um Plano Municipal de Habitação, com base em processos participativos, no prazo de 12 (doze) meses, contados do início da vigência desta Lei Complementar e promover sua revisão, no mínimo, a cada 4 (quatro) anos;
- II - executar o Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários;
- III - implementar política de aquisição de terras urbanas adequadas e bem localizadas destinadas à provisão de novas Habitações de Interesse Social;
- IV - estabelecer critérios e procedimentos para a distribuição das novas Habitações de Interesse Social, considerando as necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis;
- V - apoiar a produção social de moradia por meio de fomento às associações, cooperativas e demais entidades;
- VI - produzir unidades habitacionais de interesse social em áreas vazias ou subutilizadas e recuperar edifícios vazios ou subutilizados, para a população de baixa e média



renda, nos termos desta Lei Complementar, nas regiões centrais da cidade e nas centralidades dotadas de infraestrutura;

- VII - aplicar os instrumentos previstos para a regularização fundiária de interesse social, em especial a demarcação urbanística e a legitimação da posse, inclusive em área de preservação ambiental, quando presentes os requisitos legais;
- VIII - debater, de modo participativo e integrado com os demais entes federativos, mecanismos para prevenir e mediar conflitos fundiários urbanos, buscando soluções negociadas e alternativas de moradia para as famílias despejadas.

SUBSEÇÃO II DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 23. O Plano Municipal de Habitação deve ser revisado seguindo as seguintes diretrizes:

- I - Coleta de dados necessários observando:
 - a) diferentes tipos de necessidades habitacionais atuais e futuras, detalhados por localidade e por grupos sociais definidos a partir dos seus rendimentos familiares;
 - b) definição do montante de recursos financeiros necessário para a produção de novas habitações de interesse social, incluindo custo da terra;
 - c) custos de urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e informais para dimensionamento do montante de recursos financeiros necessário para a realização desta ação.
- II - definição de mecanismos de gestão democrática e controle social na formulação e implementação da política e da produção habitacional de interesse social do Município;
- III - definição de mecanismos de articulação entre o Plano Municipal de Habitação, Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais;
- IV - realização de processos participativos que viabilizem o levantamento de propostas e contribuições da sociedade.

SUBSEÇÃO III DAS PROPOSTAS PONTUAIS RELACIONADAS À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 24. Para a consecução dos objetivos nas regiões deverão ser consideradas as seguintes diretrizes pontuais:

- I - Zona Norte:
 - a) programa de regularização de ocupações irregulares;
 - b) estabelecer a porcentagem máxima de desdobro permitido por bairro;
 - c) regularização fundiária dos terrenos doados ou ociosos da antiga FEPASA.
- II - Zona Sul:
 - a) todo bairro deverá ser servido por pelo menos um corredor de comércio e serviços;
 - b) todo bairro deverá ser representado por uma Associação de Moradores;



- c) identificação das zonas por portais colocados nos acessos principais;
- d) estabelecer a porcentagem máxima de desdobro permitido por bairro.

III - Zona Oeste:

- a) programa de regularização de ocupações irregulares nos Bairros Jardim Universitário, Parque das Vivendas e Higienópolis;
- b) programa de regularização de ocupações irregulares dos Bairros Jardim Eldorado e Jardim América Prolongamento, considerando-se e respeitando a delimitação estabelecida por lei junto aos Itambés;
- c) estabelecer a porcentagem máxima de desdobro permitido por bairro.

IV - Distrito de Lácio:

- a) programa de construção de moradias para atender a população local, a partir do cadastramento dos moradores e famílias;
- b) programa de ocupação dos terrenos industriais não utilizados;
- c) regularização fundiária dos terrenos doados e ou ociosos da antiga FEPASA;
- d) programa de financiamento de bolsa construção para término e melhoria das casas.

V - Distrito de Padre Nóbrega:

- a) construção de casas populares especificamente destinadas à população do Distrito.
- b) regularização das submoradias.

SECÃO III DA POLÍTICA DE MOBILIDADE URBANA

SUBSEÇÃO I DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO SISTEMA DE MOBILIDADE

Art. 25. O Sistema de Mobilidade é definido como o conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, serviços, equipamentos, infraestruturas e instalações operacionais necessários à ampla mobilidade de pessoas e deslocamento de cargas pelo território municipal, visando garantir a qualidade dos serviços, a segurança e a proteção à saúde de todos os usuários, principalmente aqueles em condição de vulnerabilidade social, além de contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

Art. 26. As diretrizes do Sistema de Mobilidade Urbana devem garantir em sua função precípua a melhor forma de circulação para o transporte público, transporte de carga, cicloviário e pedestres em todo o território do Município.

§ 1º. São prioridades do Sistema de Mobilidade Urbana:

- I - estrutura viária;
- II - interligações regionais;
- III - interligações urbanas;
- IV - denominação e identificação de todos os logradouros públicos;
- V - Acessibilidade;



- VI - rede de transporte coletivo;
- VII - transporte coletivo especial para pessoas com deficiência;
- VIII - rede cicloviária (estimular nos projetos de loteamento e parcelamento do solo, nas áreas públicas destinadas ao sistema viário, a realização de estudos de interligação e/ou criação da faixa de ciclovia).
- IX - polos geradores de tráfego;
- X - centrais de carga e abastecimento;
- XI - Plano Viário Rural;
- XII - Plano Viário Urbano;
- XIII - Plano Diretor de Mobilidade Urbana.

§ 2º. São objetivos do Sistema de Mobilidade Urbana:

- I - melhoria das condições de mobilidade da população, com conforto, segurança e modicidade, incluindo os grupos de mobilidade reduzida;
- II - homogeneização das condições de acessibilidade entre diferentes regiões do Município;
- III - aumento da participação do transporte público coletivo e não motorizado na divisão modal;
- IV - redução do tempo de viagem dos munícipes;
- V - melhoria das condições de integração entre os diferentes modais de transporte;
- VI - promoção do desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade, incluindo a redução dos acidentes de trânsito, emissões de poluentes, poluição sonora e deterioração do patrimônio edificado;
- VII - promover o compartilhamento de automóveis;
- VIII - melhoria das condições de circulação das cargas no Município com definição de horários e caracterização de veículos e tipos de carga.

Art. 27. São componentes do Sistema de Mobilidade:

- I - sistema viário;
- II - sistema de circulação de pedestres;
- III - sistema de transporte coletivo;
- IV - sistema cicloviário;
- V - sistema de logística e transporte de carga.

Art. 28. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, no Sistema de Mobilidade devem ser orientados segundo as seguintes diretrizes:

- I - priorizar o transporte público coletivo, os modos não motorizados e os modos compartilhados, em relação aos meios individuais motorizados;
- II - diminuir o desequilíbrio existente na apropriação do espaço utilizado para a mobilidade urbana, favorecendo os modos coletivos que atendam a maioria da população, sobretudo os extratos populacionais mais vulneráveis;
- III - promover integração física, operacional e tarifária dos diferentes modos de transporte e ou empresas que operam no Município;



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- IV - promover os modos não motorizados como meio de transporte urbano, em especial o uso de bicicletas, por meio da criação de uma rede estrutural cicloviária;
- V - promover a integração entre os sistemas de transporte público coletivo e os não motorizados e entre estes e o transporte coletivo privado rotineiro de passageiros;
- VI - promover o compartilhamento de automóveis, inclusive por meio da previsão de vagas para viabilização desse modal;
- VII - complementar, ajustar e melhorar o sistema viário em especial nas áreas de urbanização incompleta, visando sua estruturação e ligação interbairros;
- VIII - implementar sistema de vias de trânsito rápido nas marginais das rodovias existentes no município, prevendo extinção de acessos irregulares as rodovias, criando quando necessário dispositivos viários de ordens diversas;
- IX - promover o sistema cicloviário;
- X - aumentar a confiabilidade, conforto, segurança e qualidade dos veículos empregados no sistema de transporte coletivo;
- XI - promover o uso mais eficiente dos meios de transporte com o incentivo das tecnologias de menor impacto ambiental;
- XII - elevar o patamar tecnológico e melhorar os desempenhos técnicos e operacionais do sistema de transporte público coletivo;
- XIII - incentivar a renovação ou adaptação da frota do transporte urbano, visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa e da poluição sonora, e a redução de gastos com combustíveis com a utilização de veículos movidos com fontes de energias renováveis ou combustíveis menos poluentes, tais como gás natural veicular, híbridos ou energia elétrica;
- XIV - promover o maior aproveitamento em áreas com boa oferta de transporte coletivo por meio da sua articulação com a regulação do uso e ocupação do solo;
- XV - estabelecer instrumentos de controle da oferta de vagas de estacionamento em áreas públicas e privadas, inclusive para operação da atividade de compartilhamento de vagas;
- XVI - articular e adequar o mobiliário urbano novo e existente à rede de transporte público coletivo;
- XVII - aprimorar o sistema de logística e cargas, de modo a aumentar a sua eficiência, reduzindo custos e tempos de deslocamento;
- XVIII - articular as diferentes políticas e ações de mobilidade urbana, abrangendo os três níveis da federação e seus respectivos órgãos técnicos;
- XIX - promover ampla participação de setores da sociedade civil em todas as fases do planejamento e gestão da mobilidade urbana;
- XX - incentivar a utilização de veículos automotores movidos à base de energia elétrica ou a hidrogênio, visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a poluição sonora, e a redução de gastos com combustíveis com a utilização de veículos movidos com fontes de energias renováveis ou combustíveis menos poluentes.

Art. 29. Deverá ser implantado sistema de Centrais de Carga e Abastecimento junto aos corredores das Vias Marginais com implantação de programa de incentivo para a implantação do Sistema de Centrais de Carga e Abastecimento.

Parágrafo único. As Centrais de Carga e Abastecimento têm por função minimizar o tráfego de veículos de grande porte no centro urbano.





Art. 30. Deverão ser implementados projetos para novos traçados das vias municipais na zona rural, de modo a facilitar a entrada de insumos e a saída de produção com vistas a um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

SUBSEÇÃO II DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Art. 31. O Poder Executivo deverá revisar e adequar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, tendo como parâmetros:

- I - capacidade de via, volume de tráfego, Fator Pico de Hora (FPH) a ser levantado em todo o sistema arterial e coletor da estrutura viária urbana do Município;
- II - levantamento e identificação dos pontos de conflito em toda a malha viária;
- III - projetos para as áreas de conflito, inclusive para ciclovia.;
- IV - projetos de sinalização horizontal, vertical e semaforica;
- V - projetos para ciclovias, contendo nos novos loteamentos estudos para implantação de ciclovias;
- VI - projetos de vias de interligação regional e extensão de vias já existentes;
- VII - estudos de viabilização para instalação de Veículos Leve sobre Trilho - VLT, junto à ferrovia;
- VIII - projeto de escalonamento e instalação de novos corredores de zona azul;
- IX - projeto de terminais rodoviários urbanos;
- X - estudos e projetos para transportes alternativos;
- XI - viabilização do terminal intermodal no Distrito de Lácio;
- XII - viabilização das propostas das audiências públicas;
- XIII - previsão da manutenção periódica das placas indicativas, semáforos, sinalização horizontal e vertical;
- XIV - criação de equipe de manutenção da sinalização do tráfego da cidade, com previsão na Lei Orçamentária.

Art. 32. O Plano de Mobilidade Urbana deve ser seguido e executado visando principalmente à adequação do sistema de circulação de pedestres, a malha ferroviária por projeto contratado conforme descrito na presente Lei Complementar, resolução de descontinuidade da malha urbana e elaborando soluções para as rupturas urbanas.

§ 1º. O Plano Municipal de Mobilidade deve seguir as seguintes diretrizes:

- I - promover a transposição da linha férrea nos eixos cruciais do sistema viário, criando com isso áreas urbanas compatíveis com uso de lazer, cultura e que podem ser aproveitadas para transporte ferroviário compatíveis;
- II - promover o uso da linha férrea para transporte coletivo através de veículo leve sobre trilhos (VLT), de modo a otimizar a malha ferroviária, e desenvolver um segundo modal de transporte coletivo;
- III - desenvolver subsídios para o transporte coletivo, de modo a adequar, melhorar e otimizar o deslocamento no município;
- IV - desenvolver subsídio específico para transporte coletivo realizado por veículo leve sobre trilho, de modo a viabilizar a iniciativa e transformá-la em potencial turístico, econômico e cultural na cidade.



§ 2º. Os programas e metas relacionados às questões da mobilidade urbana, em andamento ou que fazem parte do Plano Plurianual vigente, são considerados parte integrante da presente Lei Complementar.

SUBSEÇÃO III DO SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES

Art. 33. O Sistema de Circulação de Pedestres é definido como o conjunto de vias e estruturas físicas destinadas à circulação de pedestres.

Art. 34. São componentes do Sistema de Circulação de Pedestres:

- I - calçadas (passeios públicos);
- II - vias de pedestres (calçadas);
- III - faixas de pedestres e lombofaixas;
- IV - transposições e passarelas;
- V - sinalização específica.

Art. 35. As ações do Sistema de Circulação de Pedestres são:

- I - melhoria do acesso e do deslocamento de qualquer pessoa com autonomia e segurança pelos componentes do Sistema de Circulação de Pedestres;
- II - integração do sistema de transporte público coletivo com as calçadas, faixas de pedestre, transposições e passarelas, visando ao pleno acesso do pedestre ao transporte público coletivo e aos equipamentos urbanos e sociais;
- III - ampliação das calçadas, passeios e espaços de convivência;
- IV - redução de quedas e acidentes relacionados à circulação de pedestres junto aos componentes do sistema;
- V - padronização e readequação dos passeios públicos em rotas com maior trânsito de pedestres;
- VI - integração entre o sistema de estacionamento de bicicletas (paraciclos e bicicletários) e as calçadas, visando ao pleno acesso de ciclistas aos estabelecimentos.

Art. 36. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, no Sistema de Circulação de Pedestres devem ser orientados segundo as seguintes diretrizes:

- I - os passeios públicos deverão atender regras específicas, estabelecidas no Código de Posturas do Município e a Lei nº 901 de 2020 que dispõe sobre a construção, manutenção e conservação das calçadas, com a finalidade de facilitar e permitir a livre circulação.
- II - todas as vias deverão ter em todas as esquinas rampas de acesso para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.
- III - priorizar as intervenções de mobilidade inclusiva na melhoria de calçadas e calçadas existentes
- IV - implantar travessias em nível em vias que não permitem interrupção de tráfego de veículos motorizados, garantindo a segurança e o conforto do pedestre;



- V - integrar sistema de transporte público coletivo com o sistema de circulação de pedestres, por meio de conexões entre modais de transporte, calçadas, faixas de pedestre, transposições, passarelas e sinalização específica, visando à plena acessibilidade do pedestre ao espaço urbano construído;
- VI - adaptar as calçadas e os outros componentes do sistema às necessidades das pessoas com deficiência visual e mobilidade reduzida;
- VII - instituir órgão responsável pela formulação e implementação de programas e ações para o Sistema de Circulação de Pedestres;
- VIII - utilizar o modelo de desenho universal para a execução das políticas de transporte não motorizado;
- IX - eliminar barreiras físicas que possam representar riscos à circulação do usuário, sobretudo de crianças e pessoas com mobilidade reduzida e portadoras de necessidades especiais;
- X - aumentar o tempo semafórico nas travessias em locais de grande fluxo de pedestres;
- XI - priorizar a circulação de pedestres sobre os demais modais de transportes, especialmente em vias não estruturais;
- XII - garantir a implantação de estruturas de acalmamento de tráfego e redução de velocidade, especialmente em vias não estruturais.

SUBSEÇÃO IV DA ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

Art. 37. A acessibilidade universal é diretriz básica para todas as intervenções relacionadas ao Sistema de Mobilidade.

Parágrafo único. Por acessibilidade universal ao Sistema de Mobilidade entende-se a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos sistemas que compõem o Sistema de Mobilidade por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 38. Todos os equipamentos ou mobiliários colocados na proximidade de esquinas deverão seguir critérios de localização de acordo com o tamanho e a influência na obstrução da visibilidade, conforme os critérios estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e na NBR 9050 vigente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou norma técnica oficial superveniente que a substitua.

Art. 39. A rede semafórica destinada à travessia de pedestres deve incorporar gradualmente dispositivos para que a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida possa atravessar pela faixa de pedestres, com autonomia e segurança, de acordo com a legislação aplicável.

Art. 40. Calçadas, faixas de pedestres, transposições e passarelas deverão ser gradualmente adequadas para atender à mobilidade inclusiva, visando a sua autonomia, conforme normas técnicas regulamentares pertinentes.

Parágrafo único. O Executivo deverá elaborar plano de adequação, recuperação e manutenção de passeios públicos.



SUBSEÇÃO V DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 41. Entende-se por estrutura viária a hierarquização de vias conforme as suas características, usos e capacidade de fluxo.

Parágrafo único. A hierarquia viária se dispõe da seguinte forma:

- I - Marginais: são vias dispostas paralelamente às rodovias e se caracterizam pelo tráfego intenso de veículos de grande porte;
- II - Arteriais Estruturais: são vias com capacidade para grande volume de tráfego e que interligam duas ou mais regiões, priorizando o transporte coletivo;
- III - Arteriais: são vias com capacidade para grande volume de tráfego dentro de uma mesma região;
- IV - Coletoras: são vias de distribuição do fluxo de tráfego para os bairros;
- V - Locais: são vias de pequeno volume de tráfego internas nos bairros;
- VI - Vias Verdes: Aquelas que, além das interligações entre os prédios públicos nos bairros, são referenciais dotadas de ciclovias, passeios inclusivos, programação visual e paisagismo diferenciado.

Art. 42. As interligações dar-se-ão conforme o conteúdo do no Anexo 5, Mapa de Diretrizes e Intersecções Viárias.

§ 1º. As interligações serão, em princípio, com denominação de via Arterial Estrutural e obedecerão às características a serem definidas no Plano Diretor de Mobilidade.

§ 2º. Deverá ser implementada a continuidade da Av. Esmeraldas até a vicinal de Vera Cruz fortalecendo a integração regional.

Art. 43. As interligações urbanas são necessárias para se vencer as barreiras urbanas, de modo a ampliar o conceito de mobilidade urbana, produzindo facilidades, conforto e rapidez na utilização do sistema viário.

§ 1º. São consideradas barreiras urbanas as Rodovias SP 294, SP 333, BR 153, a ferrovia e os elementos geográficos naturais.

§ 2º. Ficam determinadas as transposições de barreiras urbanas, junto às rodovias, com interligações em subnível os locais indicados no Anexo 5, parte integrante desta Lei Complementar.

§ 3º. Ficam determinadas as transposições das barreiras urbanas junto à ferrovia, podendo ser objeto de Projetos de Intervenção Urbana (PIU), nos locais abaixo indicados, dentre outros, de acordo a necessidade:

- I - sistema de lazer do Jardim Tropical, com frente para a Av. das Esmeraldas, integrado à criação do Parque Municipal das Esmeraldas;
- II - Rua 9 de Julho;



- III - Rua Paraná;
- IV - Complexo Viário da Rua Rui Barbosa;
- V - Rua Antonio Prado - Praça São Miguel;
- VI - Complexo Viário Rua Benedito Alves Delfino.

Art. 44. As ações estratégicas do Sistema Viário são:

- I - complementar as vias estruturais do Município;
- II - implantar ajustes pontuais nas vias estruturais do Município;
- III - abrir novas vias no sistema estrutural permitindo a interligação entre bairros e a conexão com rodovias, entre elas;
- IV - alargar e melhorar as vias estruturais do Município;
- V - modernizar a rede semafórica, priorizando o enterramento das redes aéreas, e aprimorar a sinalização vertical e horizontal em todo o Sistema Viário;
- VI - padronizar, readequar e garantir acessibilidade dos passeios públicos em rotas com maior trânsito de pedestres;
- VII - adequar pontes, viadutos e passarelas para a travessia segura de pedestres e ciclistas;
- VIII - implantar, nas vias de tráfego local, medidas de engenharia de tráfego de forma a disciplinar o uso do espaço entre pedestres, bicicletas e veículos;
- IX - redução do espaço de estacionamentos de automóveis para implantação de estrutura cicloviária e ampliação de calçadas.

Parágrafo único. Deve-se estabelecer nas vias Arteriais Estruturais corredores de ônibus, onde deve-se garantir a utilização única exclusivamente para transporte coletivo.

SUBSEÇÃO VI DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO

Art. 45. O sistema de transporte coletivo urbano deverá prever:

- I - projeto específico de roteiro com base em pesquisas de origem e destino.
- II - estudos e projetos para a implantação do sistema de linhas tronco.
- III - instalação de terminais de passageiros nas Zonas Norte, Sul, Leste e Oeste, conforme indicado no Anexo 5.
- IV - para a Zona Periférica deverá ser previsto o uso de micro-ônibus, sincronizados pelo sistema tronco.

Art. 46. Deverá ser implementado o Programa de Vias Verdes, visando a uma melhor interligação dos serviços públicos, conforme indicado no Anexo 6.

Parágrafo único. Consideram-se Vias Verdes aquelas que, além das interligações entre os prédios públicos nos bairros, são referenciais dotadas de ciclovias, passeios inclusivos, programação visual e paisagística diferenciadas.

Art. 47. Nos roteiros do sistema de transporte coletivo urbano deverão ser inseridos, conforme a necessidade e a possibilidade, todos os Distritos do Município.



SUBSEÇÃO VII DO SISTEMA CICLOVIÁRIO

Art. 48. Deverá ser criado um sistema de ciclovias para atender ao programa de transporte alternativo sustentável.

Art. 49. O Sistema Ciclovário deverá ser caracterizado por um sistema de mobilidade não motorizado e definido como o conjunto de infraestruturas necessárias para a circulação segura dos ciclistas e de ações de incentivo ao uso da bicicleta.

Art. 50. Deverão ser observados os seguintes componentes na criação do Sistema Ciclovário:

- I - ciclovias;
- II - ciclofaixas;
- III - ciclorrotas;
- IV - bicicletários e demais equipamentos urbanos de suporte;
- V - sinalização ciclovária;
- VI - sistema de compartilhamento de bicicletas.

Art. 51. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, no Sistema Ciclovário devem ser orientados segundo o objetivo de estruturar uma rede complementar de transporte, integrando os componentes do Sistema Ciclovário e os demais meios de transporte.

Art. 52. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, no Sistema Ciclovário devem ser orientados segundo diretriz de implantar as redes ciclovárias associadas às redes de transporte público coletivo motorizado de alta e média capacidade, e garantir o deslocamento seguro e confortável de ciclistas em todas as vias.

Art. 53. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, no Sistema Ciclovário deverão estar acompanhados de campanhas de conscientização e incentivo do uso de transportes não motorizados.

SUBSEÇÃO VIII DO COMPARTILHAMENTO DE AUTOMÓVEIS

Art. 54. O compartilhamento de automóveis, definido como o serviço de locação de automóveis por curto espaço de tempo, será estimulado como meio de reduzir o número de veículos em circulação.

§ 1º. O compartilhamento de automóveis deve incluir:

- I - infraestrutura e medidas necessárias para o estacionamento dos automóveis compartilhados:
 - a) vagas, exclusivas ou não, em vias ou locais públicos e privados;
 - b) instalações de apoio e sinalizações do sistema.
- II - ações de incentivo ao compartilhamento de automóveis.



§ 2º. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, para o compartilhamento de automóveis devem ser orientados para a estruturação de uma rede complementar de transporte, associada às redes de transporte público coletivo de alta e média capacidade e às redes cicloviárias.

SUBSEÇÃO IX DO SISTEMA DE LOGÍSTICA E CARGAS

Art. 55. Deverá ser implantado Sistema de Logística de Carga e Abastecimento junto aos corredores das Vias Marginais através da criação do Programa de incentivo para a implantação do Sistema de Centrais de Carga e Abastecimento.

Parágrafo único. As Centrais de Carga e Abastecimento têm por função minimizar o tráfego de veículos de grande porte no centro urbano.

Art. 56. Deverão ser implementados projetos para novos traçados das vias municipais na zona rural, de modo a facilitar a entrada de insumos e a saída de produção com vistas a um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Art. 57. A elaboração do Sistema de Logística e Cargas do Município deve seguir os seguintes objetivos;

- I - priorizar o Terminal Intermodal previsto nessa presente Lei Complementar para centralização e distribuição logística;
- II - planejar, implantar a cadeia logística de diferentes modais, incluindo os modais rodoviário e ferroviário;
- III - planejar, implantar a infraestrutura logística em conjunto com as demais esferas de governo;
- IV - regulamentar e monitorar a circulação de veículos de carga, incluindo as cargas perigosas ou superdimensionadas;
- V - planejar soluções de inserção urbana do sistema de abastecimento e logística que minimizem os conflitos de convivência e as interferências entre este sistema e os demais fluxos da cidade.

SUBSEÇÃO X DAS PROPOSTAS PONTUAIS RELACIONADAS A MOBILIDADE URBANA

Art. 58. Para a consecução dos objetivos do Plano Municipal de Mobilidade Urbana nas regiões deverão ser consideradas as seguintes diretrizes pontuais:

- I - Zona norte, conforme Anexo 7:
 - a) criação de acesso à rodovia, para quem trafega pela Av. República no sentido bairro-centro;
 - b) prolongamento da Rua Etelvina Teixeira da Silva até a Rua Mariápolis;
 - c) programa de implantação de placas indicativas com os nomes das ruas;
 - d) criação de acesso junto à SP 294 ao Distrito Industrial Santo Barion;
 - e) construção de passarelas junto à Rodovia SP-333 no trecho compreendido entre a Av. República e o final da Av. Luzia dos Santos Alves;



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- f) interligação dos Bairros Conjunto Residencial Luiz Egydio de Cerqueira Cesar, Conjunto Residencial Alcir Raineri, Núcleo Habitacional Dr. Fernando Mauro Pires Rocha, Núcleo Habitacional Presidente Jânio da Silva Quadros e Núcleo Habitacional Dr. Aniz Badra;
- g) interligação da Av. Guiomar Novaes com o Distrito Industrial;
- h) abertura de uma via pública junto à via férrea, interligando a parte de trás da sede do Corpo de Bombeiros da Av. República até a rua Wilson Dantas e o acesso à rodovia prevista na alínea “a” deste inciso;
- i) regularização fundiária dos terrenos doados pela antiga FEPASA;
- j) reordenar o fluxo do tráfego nas rotatórias R. Alvares Cabral x Av. Tiradentes e rotatória Av. Eugênio Coneglian e Av. Luzia dos Santos Alves;
- k) introduzir semáforos na Av. República esquina com a Rua Piracicaba e/ou Rua Santos Dumont;
- l) introduzir Semáforos no cruzamento da Av. Eugênio Coneglian com a Rua Maria Batistão;
- m) implantação de loteamentos populares;
- n) implantação de loteamentos para empresas;
- o) implantação de Parque junto à área em frente ao Shopping Marília;
- p) programa de desenvolvimento econômico para a região Norte;
- q) programa de manutenção e desenvolvimento de Estrutura de Infraestrutura para a região Norte;
- r) programa de recuperação das áreas verdes (áreas de lazer) para toda região Norte;
- s) Plano Viário de Mobilidade para toda região Norte;
- t) implantação do Parque Areiópolis e Ribeirão dos Índios;
- u) implantação de Subprefeitura e ponto de apoio ao cidadão na Zona Norte;
- v) Escola de Educação Infantil no Bairro Altos do Palmital;
- w) implantação de mecanismo de redução de velocidade na Av. Sigismundo Nunes de Oliveira no Bairro Altos do Palmital;
- x) expansão Urbana da área localizada zona Norte até o pesqueiro Tanaka;
- y) implantação de Sistema de Ciclovias e Ciclofaixas ao longo da linha férrea ligando o centro da cidade à FAIP/FAEF;
- z) medidas de proteção aos Itambés limítrofes aos Bairros Montana, Maracá e Trieste Cavichioli;
- aa) construção de pista de cooper e academia ao ar livre na Zona Norte;
- bb) implantação de Parque Ecológico na área entre as Ruas Americo Capeloza, Michel Morido Neto e Leonor Mazali;
- cc) criação de um Parque de uso múltiplo para lazer e esporte públicos nas Ruas Bento de Abreu Filho e Edgar da Santa Fé Oriz;
- dd) para a Zona Norte, fica definida a cor verde como elemento de identificação e comunicação.

II - Zona Sul, conforme Anexo 8:

- a) construção de Terminal Coletivo Urbano;
- b) construção de passarela para pedestres;
- c) programa de implantação de placas indicativas com os nomes das ruas;
- d) abertura de uma avenida marginal à rodovia entre a antiga Alpave e a Kibon;





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- e) abertura de uma avenida marginal à rodovia entre o Parque das Indústrias (Biscoito Rodrigo) e o Distrito de Lácio;
- f) para a Zona Sul, fica definida a cor azul como elemento de identificação e comunicação;
- g) interligação dos Bairros Nova Marília III e IV;
- h) Anel Viário próximo a CDHU;
- i) implementação de Centro Cultural para cursos e feiras culturais na região Sul;
- j) execução de asfalto e iluminação da Estrada Municipal que liga o Bairro Florença até as Chácaras Sta. Bárbara, Três Lagos e Uberlândia;
- k) utilização das Áreas Verdes sob as Torres de Energia para implementação de Ciclovias interligando os bairros da Zona Sul;
- l) criação de Ciclovias e Ciclofaixas ligando a Zona Sul ao Centro da Cidade;
- m) criação de um Parque de Proteção Ambiental com Áreas de Lazer anexas à área localizada atrás da E.E. Nassib Cury com áreas destinadas a implantação de hortas comunitárias.

III - Zona Leste, conforme Anexo 9:

- a) rotatória de acesso ao Condomínio Village do Bosque;
- b) implantação de sistema de mão única na Av. Vicente Ferreira, sentido centro-bairro;
- c) programa de implantação de placas indicativas com os nomes das ruas;
- d) com a implementação do sistema de mão única na Av. Vicente Ferreira e a Av. Brigadeiro Eduardo Gomes e com a criação de novos loteamentos, introduzir semáforos nos cruzamentos Av. Brigadeiro Eduardo Gomes com as Ruas:
 - i) Av. Adoniran Barbosa;
 - ii) Av. Antônio Borella;
 - iii) Rua Engenheiro Columbiano Eppinghaus;
 - iv) Rua Tupinambas ou Rua Ernesto Basta;
 - v) Abertura da Rua Manoel Freire ao lado do Bosque;
 - vi) Interligação Av. João Barcelon com a Av. João Cavina.
- e) Para a Zona Leste, fica definida a cor laranja como elemento de identificação e comunicação.

IV - Zona Oeste, conforme Anexo 10:

- a) interligação da Rua Ana Lina de Souza com a Rua José de Anchieta.
- b) implantação de áreas de estacionamento adequadas ao atendimento dos ônibus regionais de transportes de estudantes universitários.
- c) via de acesso, em desnível, ao Bairro São Miguel entre a Rua Lino Pozetti e a Rua Francisco Bassan.
- d) interligação do Jardim Bandeirantes ao Jardim Bela Vista e ao Núcleo Habitacional Thereza Bassan Argollo Ferrão através da Rua Dr. Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, utilizando a ligação da Rua Joaquim Ferreira Évora (Jardim Bandeirantes) e José Maria Souto (Jardim Bela Vista).
- e) interligação da Rua Monsenhor João Baptista Tóffoli com o Jardim Bela Vista.
- f) construção de rotatória junto à passagem em subnível, ao lado da área do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - D.E.R., interligando a Rua do Algodão, a Rua Sérgio José Bombini, a Rua Maria Giraldi Cavallari e a Av. Dr. Adhemar de Toledo.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- g) linha de ônibus urbana, interligando os Bairros Jardim Flamingo, Jardim Cavallari e Vila Coimbra.
- h) construção de passagem em desnível interligando a Av. Saudade com a Av. Maria Fernandes Cavallari.
- i) programa de implantação de placas indicativas com os nomes das ruas.
- j) abertura em prolongamento da Av. Hygino Muzzi Filho, marginal à rodovia até o Condomínio “Serra Dourada”;
- k) abertura de uma avenida, marginal à rodovia, interligando os bairros Jardim Morumbi e Jardim Flamingo;
- l) construção de um dispositivo viário, com passagem inferior sob a rodovia do contorno, interligando a Av. Aquarius aos Bairros América IV e Alimentação;
- m) interligação do Jardim Bandeirantes (10 bairros) até o Bairro São Miguel, da Rua Lino Pozetti até a Rua Ministro Nelson Hungria, respectivamente;
 - i) construção de rampas de acessibilidade para portadores de mobilidade reduzida.
 - ii) construção de P.A.
 - iii) interligação da Av. Hércules Galletti com José Joaquim de Abreu e Via do Pombo.
 - iv) interligação a Av. Hércules Galletti com a Vila Bela.
 - v) implantação de áreas de lazer na zona Oeste.
 - vi) solicitação para implantação de agência Bancária na Av. St. Antônio e São Miguel.
 - vii) academia ao ar livre atrás da U.B.S. São Miguel.
 - viii) mão única na Rua São Jorge, sentido Centro Bairro.
 - ix) alça de acesso ao Distrito de Amadeu Amaral.
 - x) alça de acesso ao Distrito de Avencas.
 - xi) melhorias do Transporte Público.
 - xii) ciclovias e Ciclofaixas interligando os Bairros Bandeirantes, Comerciais, Cavallari e Eduardo Reis ao centro da cidade.
 - xiii) pavimentação da Rua Ida Artêncio Muzzi.
- n) para a Zona Oeste, fica definido a cor vermelha como elemento de identificação e comunicação.

V - Zona Central:

- a) desenvolvimento de projeto de mobilidade, objetivando melhor conforto e segurança aos pedestres.
- b) eliminação de todas as barreiras existentes nos passeios públicos.
- c) edição de lei de incentivo para criação de estacionamentos.
- d) retirada dos pórticos em todo centro comercial.
- e) redefinir a antiga Rodoviária como Terminal Regional.
- f) programa de implantação de placas indicativas com os nomes das ruas.
- g) adequação às NBR de acessibilidade.
- h) para a Zona Central, fica definida a cor branca como elemento de identificação e comunicação.

VI - Distrito de Lácio:

- a) implantação da Via Marginal.
- b) continuação da Av. das Esmeraldas.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- c) construção de passarela de pedestres de transposição da SP 294.
- d) pavimentação asfáltica da Rua Casimiro de Abreu.
- e) implantação de ciclovia.
- f) implantação de Terminal de Cargas Intermodal.
- g) programa de implantação de passeios públicos no Distrito Industrial José Ferreira da Costa Júnior (Distrito Industrial II)

VII - Distrito de Padre Nóbrega:

- a) implantação de ciclovia junto à Av. República.
- b) reformulação do trevo de acesso junto à SP 294.
- c) ampliação do atendimento aos usuários de transporte público.

Art. 59. Reformulação do Sistema da Zona Azul.

Art. 60. Revisão e reformulação do estatuto da Empresa Municipal de Mobilidade Urbana de Marília - EMDURB atendendo à estrutura da condução da questão da Mobilidade Urbana.

Art. 61. Implementação do programa de identificação de todos os logradouros públicos.

Art. 62. Implementação do programa de instalação de radares nas vias consideradas Arteriais no Plano de Mobilidade Urbana.

Art. 63. Implementação do programa de reformulação dos passeios públicos junto aos cruzamentos das vias Arteriais e outros, necessários para melhor segurança dos pedestres.

Art. 64. Realização de estudos de viabilização do uso da ferrovia para o uso do transporte público.

Art. 65. Realização de estudos de viabilização para a transposição dos Itambés.

SEÇÃO IV DO SANEAMENTO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE

SUBSEÇÃO I DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

Art. 66. A Política Ambiental do Município tem caráter transversal e se articula com as diversas políticas públicas, e estratégias de desenvolvimento econômico que integram esta Lei Complementar.

Art. 67. São objetivos da Política de Meio Ambiente:

- I - Implementação, no território municipal, das diretrizes contidas na Política Nacional de Meio Ambiente, Política Nacional de Recursos Hídricos, Política Nacional de Saneamento Básico, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Política Nacional de





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Mudanças Climáticas, Lei Federal da Mata Atlântica, Sistema Nacional de Unidades de Conservação e demais normas e regulamentos federais e estaduais, no que couber;

- II - conservação e recuperação do meio ambiente e da paisagem;
- III - proteção dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas;
- IV - redução da contaminação ambiental em todas as suas formas;
- V - garantia de proteção dos recursos hídricos e mananciais de abastecimento;
- VI - priorização de medidas de adaptação às mudanças climáticas;
- VII - incentivo à adoção de hábitos, costumes e práticas que visem à proteção dos recursos ambientais;
- VIII - produção e divulgação de informações ambientais organizadas e qualificada;
- IX - estímulo às construções sustentáveis.

Art. 68. São diretrizes da Política de Meio Ambiente:

- I - desenvolver política específica para o Parque dos Itambés, com abrangência dos mananciais;
- II - conservar a biodiversidade, os remanescentes da flora e da fauna;
- III - melhorar a relação de áreas verdes por habitante do Município;
- IV - conservar e recuperar a qualidade ambiental dos recursos hídricos, inclusive águas subterrâneas, e das bacias hidrográficas, em especial as dos mananciais de abastecimento;
- V - desenvolvimento de mecanismos de incentivo à recuperação e proteção ambiental; criar mecanismos e estratégias para a proteção da fauna silvestre;
- VI - minimizar os impactos da urbanização sobre as áreas prestadoras de serviços ambientais;
- VII - combater a poluição sonora;
- VIII - adotar medidas de adaptação às mudanças climáticas;
- IX - reduzir as emissões de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa;
- X - promover programas de eficiência energética, cogeração de energia e energias renováveis em edificações, iluminação pública e transportes;
- XI - criar, por lei específica, incentivos fiscais e urbanísticos às construções sustentáveis, inclusive na reforma de edificações existentes;
- XII - adotar procedimentos de aquisição de bens e contratação de serviços pelo Poder Público Municipal com base em critérios de sustentabilidade;
- XIII - estimular a agricultura familiar, incentivando a agricultura orgânica e a diminuição do uso de agrotóxicos;
- XIV - promover a educação ambiental;
- XV - articular, no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas, ações conjuntas de conservação e recuperação e fiscalização ambiental entre o município e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente;
- XVI - implantar estratégias integradas com outros municípios e articuladas com outras esferas de governo para redução da poluição e degradação do meio ambiente;
- XVII - compatibilizar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico sustentável e a qualidade de vida da população.





Parágrafo único. Para estimular as construções sustentáveis, lei específica poderá criar incentivos fiscais, tais como o IPTU Verde, destinados a apoiar a adoção de técnicas construtivas voltadas à racionalização do uso de energia e água, gestão sustentável de resíduos sólidos, aumento da permeabilidade do solo, entre outras práticas.

SUBSEÇÃO II DA POLÍTICA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 69. O objetivo da Política de Saneamento Ambiental é manter o meio ambiente em equilíbrio com as funções da propriedade urbana e rural, na busca da qualidade dos níveis de salubridade, abastecimento da água potável, qualidade do ar, drenagem e permeabilidade adequada do solo, coleta e tratamento do lixo e esgoto, recuperação do meio ambiente natural, promovendo a sustentabilidade ambiental do território.

Art. 70. A Política de Saneamento Ambiental deverá respeitar as seguintes diretrizes gerais:

- I - assegurar os serviços de saneamento ambiental a todo o Município;
- II - ampliar o processo de saneamento básico para as áreas deficitárias, com a complementação das redes coletoras de esgoto e distribuição de água;
- III - assegurar à população do Município oferta domiciliar de água para consumo e outros usos, com qualidade e quantidade previstas nas normas sanitárias vigentes;
- IV - complementar e otimizar a rede coletora de águas pluviais e o sistema de drenagem nas áreas urbanizadas (bairros e central);
- V - mapear áreas sujeitas a alagamento, retorno de esgoto, retorno de águas pluviais, e outros;
- VI - mapear galerias e sistemas de drenagem;
- VII - mapear nascentes, rios, córregos e a bacia responsáveis para o abastecimento de água (APP), bem como os poços de perfurações, com os seus volumes, do município e o tratamento de esgoto;
- VIII - mapear as infraestruturas do Município;
- IX - assegurar sistema de drenagem pluvial em todo o território do Município, por meio de sistemas físicos naturais e construídos de forma a propiciar o reabastecimento dos aquíferos existentes a partir do Plano Diretor de Saneamento;
- X - promover a qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, por meio do planejamento e controle ambiental;
- XI - promover a recuperação ambiental e garantir a preservação das nascentes e dos mananciais em todo o Município;
- XII - considerar a paisagem urbana e o potencial ambiental e paisagístico como referenciais da qualidade de vida e reestruturação do Município;
- XIII - implantar os parques regionais, com foco em áreas verdes, densamente arborizadas para atividades culturais e de lazer, nas Zonas Norte, Sul, Leste e Oeste;
- XIV - regulamentar dentro da Lei de Zoneamento Urbano, em capítulo específico, a Área de Preservação Ambiental denominada “Parque dos Itambés”, conforme Anexo 2, assegurando a recuperação e a preservação dos Itambés de modo sustentável;



- XV - implantar programa de arborização urbana a partir da substituição gradativa das espécies de mongubas quando necessário, com elaboração e implantação de Plano Diretor de Arborização Urbana;
- XVI - implementar programa de recuperação e remanejamento de usos das áreas verdes e de lazer;
- XVII - implementar programa de reabilitação das áreas de risco;
- XVIII - incorporar às políticas setoriais o conceito de sustentabilidade com foco na recuperação e preservação do meio ambiente;
- XIX - aplicar a legislação estadual e federal no tratamento das questões ambientais;
- XX - identificação e mapeamento por geoprocessamento das Áreas de Interesse Ambiental, nascentes e recursos hídricos do município;
- XXI - introduzir nas leis de zoneamento, plano diretor, código de obras, postura, e revisar lei específica das torres de celular, as restrições urbanísticas, ambientais referentes a matéria e a criação de Bancos de Dados e assegurar recursos financeiros no orçamento do município e federal;
- XXII - introduzir no Plano Diretor Disciplinar matérias referentes a utilização do subsolo, assegurar restrições e observações, bem como assegurar áreas de preservação permanente (rios, córregos, Itambés, nascentes, sítios arqueológicos e demais);
- XXIII - prever a incineração de resíduos hospitalares e sua correta destinação;
- XXIV - mapear áreas verdes urbanas da cidade;
- XXV - integrar as políticas, programas, projetos e ações governamentais relacionadas com o saneamento, saúde, recursos hídricos, biodiversidade, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;
- XXVI - estabelecer ações preventivas para a gestão dos recursos hídricos, realização da drenagem urbana, gestão integrada dos resíduos sólidos e líquidos e conservação das áreas de proteção e recuperação de mananciais e das unidades de conservação;
- XXVII - definir parâmetros de qualidade de vida da população a partir de indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais que deverão nortear as ações relativas ao saneamento;
- XXVIII - promover atividades de educação ambiental e comunicação social, com ênfase em saneamento;
- XXIX - realizar processos participativos efetivos que envolvam representantes dos diversos setores da sociedade civil para apoiar, aprimorar e monitorar o Sistema de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único. Os programas e metas relacionados às questões do saneamento ambiental e meio ambiente, em andamento ou que fazem parte do Plano Plurianual vigente, são considerados parte integrante da presente Lei Complementar.

SUBSEÇÃO III DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 71. O Sistema de Abastecimento de Água é composto pelas estruturas, equipamentos, serviços e processos necessários ao abastecimento de água potável.

Art. 72. São componentes do Sistema de Abastecimento de Água:



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- I - a infraestrutura de captação, tratamento, adução, armazenamento e distribuição de água potável;
- II - os mananciais hídricos.

Parágrafo único. Constitui infração das normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade ou qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes, segundo o art. 49 da Lei Federal nº 9433/1997.

Art. 73. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, no Sistema de Abastecimento de Água devem ter como objetivo a universalização e segurança no acesso à água potável, em qualidade e quantidade.

Art. 74. São diretrizes do Sistema de Abastecimento de Água:

- I - definir e implantar estratégias para o abastecimento de água potável nos assentamentos urbanos isolados, em especial nas áreas sujeitas a regularização fundiária;
- II - implantar medidas voltadas à redução de perdas e desperdícios de água potável;
- III - implantar medidas voltadas à manutenção e recuperação das águas utilizadas para abastecimento humano e atividade agrícola;
- IV - expandir as redes de abastecimento de água;
- V - manter e cadastrar as redes existentes.

Art. 75. As ações prioritárias para a complementação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água são:

- I - expandir as redes e sistemas isolados de abastecimento de água potável;
- II - ampliar a disponibilidade hídrica por meio do incentivo ao consumo racional da água, da implantar, em articulação com os órgãos competentes, medidas para controle e monitoramento das águas subterrâneas;
- III - complementar, ajustar e aperfeiçoar o sistema de abastecimento público de água potável;
- IV - desenvolver programas educativos e de capacitação para o manejo das águas destinadas ao abastecimento humano e à agricultura na zona rural;
- V - desenvolver plataforma de disponibilização de dados, projeções e monitoramento do abastecimento, nível de consumo e desperdício de água potável, essas informações deverão ser apresentadas também através de mapa georreferenciado.

Art. 76. O Executivo regulamentará, por decreto, os procedimentos, valoração e metodologia de cálculo e formas de aplicação dos recursos relativos à obrigação do órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, quando beneficiário da proteção proporcionada por unidade de conservação municipal, em contribuir financeiramente para sua proteção ou implementação.





SUBSEÇÃO IV DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 77. O Sistema de Esgotamento Sanitário é composto pelos sistemas necessários ao afastamento e tratamento dos efluentes sanitários, incluindo as infraestruturas e instalações de coleta, desde as ligações prediais, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos.

Art. 78. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, no Sistema de Esgotamento Sanitário devem ter como objetivo a universalização do atendimento de esgotamento sanitário.

Art. 79. São diretrizes do Sistema de Esgotamento Sanitário:

- I - articular a expansão das redes de esgotamento sanitário às ações de urbanização e regularização fundiária nos assentamentos precários;
- II - eliminar os lançamentos de esgotos nos cursos d'água e no sistema de drenagem e de coleta de águas pluviais, contribuindo para a recuperação de cachoeiras, rios, córregos e represas;
- III - complementar os sistemas existentes, inclusive com a implantação de sistema isolados;
- IV - manter e cadastrar as redes existentes.

SUBSEÇÃO V DO SISTEMA DE DRENAGEM

Art. 80. O Sistema de Drenagem é definido como o conjunto formado pelas características geológico-geotécnicas e do relevo e pela infraestrutura de macro e microdrenagem instaladas.

Art. 81. São componentes do Sistema de Drenagem:

- I - fundos de vale, linhas e canais de drenagem, planícies aluviais, Itambés e talvegues;
- II - os elementos de microdrenagem, como vias, sarjetas, meio-fio, bocas de lobo, galerias de água pluvial, entre outros;
- III - os elementos de macrodrenagem, como canais naturais e artificiais, galerias e reservatórios de retenção ou contenção;
- IV - o sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres, em especial os parques.

Art. 82. São objetivos do Sistema de Drenagem:

- I - redução da poluição hídrica e do assoreamento;
- II - recuperação ambiental de cursos d'água e dos fundos de vale;
- III - recuperação e manutenção das cachoeiras do Município.

Art. 83. São diretrizes do Sistema de Drenagem:

- I - adequar as regras de uso e ocupação do solo ao regime fluvial;



- II - preservar e recuperar as áreas com interesse para drenagem, principalmente fundos de vale;
- III - recuperar espaços para o controle do escoamento de águas pluviais;
- IV - adotar critérios urbanísticos e paisagísticos que possibilitem a integração harmônica das infraestruturas com o meio ambiente urbano;
- V - promover a participação social da população no planejamento, implantação e operação das ações de drenagem e de manejo das águas pluviais;
- VI - promover a participação da iniciativa privada na implementação das ações propostas, desde que compatível com o interesse público;
- VII - promover a articulação com instrumentos de planejamento e gestão urbana e projetos relacionados aos demais serviços de saneamento.

Art. 84. As ações prioritárias no Sistema de Drenagem são:

- I - elaborar mapeamento e cartografia georreferenciados dos elementos de macrodrenagem, incluindo canais naturais e artificiais, galerias e reservatórios de retenção ou contenção;
- II - implantar o Programa de Recuperação Ambiental de Fundos de Vale;
- III - desassorear os cursos d'água, canais, galerias, reservatórios e demais elementos do sistema de drenagem;
- IV - adotar medidas que minimizem a poluição difusa carregada para os corpos hídricos;
- V - adotar pisos drenantes nas pavimentações de vias locais e passeios de pedestres.

SUBSEÇÃO VI DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 85. O Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos é definido como o conjunto de serviços, equipamentos, infraestruturas e instalações operacionais públicas voltadas ao manejo diferenciado, recuperação dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis e disposição final dos rejeitos originários dos domicílios e da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, que deverá ser estabelecidos pelo Plano de Gestão de Resíduos Sólidos a ser elaborado no prazo de 24 meses, além das normativas municipais pertinentes.

Art. 86. O Plano de Gestão de Resíduos Sólidos deverá ser elaborado considerando ao menos os seguintes levantamentos:

- I - volume de resíduos sólidos produzidos no município;
- II - parcerias pública e privada na realização da gestão dos resíduos;
- III - universalização da gestão de resíduos sólidos;
- IV - desenvolvimento de políticas para alocação e captação de recursos que viabilizem os apontamentos realizados.

Art. 87. O Plano de Gestão de Resíduos Sólidos deverá ser elaborado considerando os seguintes objetivos:

- I - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamentos dos resíduos sólidos, bem como a disposição final adequada dos rejeitos;



- II - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- III - articulação entre as diferentes instituições públicas e destas com o setor empresarial, visando à cooperação técnica e financeira para a gestão de resíduos sólidos;
- IV - universalização da coleta de resíduos sólidos;
- V - redução do volume de resíduos sólidos destinados à disposição final, principalmente nos aterros.

Art. 88. O Plano de Gestão de Resíduos Sólidos deverá ser elaborado considerando as seguintes diretrizes:

- I - seguir as diretrizes e determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela legislação federal;
- II - promover ações que visem minorar a geração de resíduos;
- III - promover a máxima segregação dos resíduos nas fontes geradoras;
- IV - incentivar a retenção dos resíduos na fonte;
- V - organizar as múltiplas coletas seletivas para os diversos resíduos;
- VI - assegurar a destinação adequada dos resíduos sólidos;
- VII - promover a inclusão socioeconômica dos catadores de material reciclável;
- VIII - buscar a sustentabilidade econômica das ações de gestão dos resíduos no ambiente urbano;
- IX - incentivar as atividades de educação ambiental;
- X - realizar processos participativos efetivos que envolvam representantes dos diversos setores da sociedade civil para apoiar, aprimorar e monitorar o Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 89. Deverão ser consideradas as seguintes prioridades para a elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos:

- I - implementar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos;
- II - orientar os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e monitorar a sua implementação;
- III - universalizar a coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos com atendimento de todo o território de cada distrito da cidade, precedido de campanhas;
- IV - implantar os ecoparques, centrais de processamento da coleta seletiva de secos, centrais de processamento da coleta seletiva de orgânicos, estações de transbordo e ecopontos.

Parágrafo único. O Plano de Gestão de Resíduos Sólidos deverá ser revisto a cada 4 (quatro) anos.

SUBSEÇÃO VII DAS PROPOSTAS PONTUAIS RELACIONADAS A POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 90. Para a consecução da Política de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental nas regiões deverão ser consideradas as seguintes diretrizes pontuais:



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- I - Zona Norte, conforme Anexo 7:
 - a) implantação do Parque Mariápolis e Parque do Ribeirão dos Índios;
 - b) programa de arborização urbana;
 - c) construção de feiródromos;
 - d) programa de coleta seletiva de lixo.

- II - Zona Sul, conforme Anexo 8:
 - a) implantação do Parque do Riacho Doce;
 - b) programa de coleta seletiva de lixo;
 - c) edição de leis para proteção dos Itambés;
 - d) construção de feiródromos;
 - e) implantação de um Distrito Industrial.

- III - Zona Leste, conforme Anexo 9:
 - a) implantação do Parque Cascata;
 - b) remodelação total do Bosque Municipal Rangel Pietraróia, melhoria e manutenção da área de lazer;
 - c) realização de estudos para implantação de abrigo para animais silvestres;
 - d) construção de feiródromos;
 - e) programa de coleta seletiva de lixo.

- IV - Zona Oeste, conforme Anexo 10:
 - a) implantação do Parque Universitário;
 - b) controle das erosões no Bairro Jardim Cavalari;
 - c) proteção das nascentes nas áreas vizinhas ao antigo clube do Marília Atlético Clube;
 - d) criação de parque junto ao córrego margeando a área atualmente pertencente à Mansão Ismael;
 - e) arborização dos equipamentos públicos;
 - f) construção de feiródromos;
 - g) programa de coleta seletiva de lixo;
 - h) implantação de um Distrito Industrial;
 - i) implantação do Parque do Arrependido.

- V - Zona Central:
 - a) programa de arborização urbana;
 - b) programa de despoluição visual;
 - c) programa de coleta seletiva de lixo e implantação de lixeiras em toda a Zona Comercial.

- VI - Distrito de Lácio:
 - a) programa de arborização do Distrito Industrial José Ferreira da Costa Júnior;
 - b) programa de implantação de passeios públicos no Distrito Industrial José Ferreira da Costa Júnior.

- VII - Distrito de Padre Nóbrega:
 - a) projeto de incentivo, recuperação e preservação das cachoeiras da Fazenda Santa Terezinha;





- b) implantação de um viveiro municipal;
- c) programa de coleta seletiva de lixo;
- d) ampliação e interligação da rede de esgoto.

SEÇÃO V

DO SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS, ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES

Art. 91. O Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres é constituído pelo conjunto de áreas enquadradas nas diversas categorias protegidas pela legislação ambiental, de áreas prestadoras de serviços ambientais, das diversas tipologias de parques de logradouros públicos, de espaços vegetados e de espaços não ocupados por edificação coberta, de propriedade pública ou particular.

§ 1º. A organização das áreas protegidas, espaços livres e áreas verdes como Sistema compete ao Executivo, ouvidos os órgãos estaduais e federais, e se configura em estratégia de qualificação, de preservação, de conservação, de recuperação e de ampliação das distintas tipologias de áreas e espaços que o compõe, para as quais está prevista nesta Lei Complementar a aplicação de instrumentos de incentivo.

§ 2º. O conjunto de áreas protegidas, espaços livres e áreas verdes referidos no *caput* deste artigo é considerado de interesse público para o cumprimento de funcionalidades ecológicas, paisagísticas, produtivas, urbanísticas, de lazer e de práticas de sociabilidade.

Art. 92. São componentes do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres:

I - áreas públicas:

- a) Parque dos Itambés;
- b) Vias Verdes;
- c) Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- d) parques urbanos;
- e) parques lineares;
- f) outras categorias de parques a serem definidas pelo Executivo;
- g) espaços livres e áreas verdes de logradouros públicos, incluindo praças, vias, vielas, ciclovias, escadarias;
- h) espaços livres e áreas verdes de instituições públicas e serviços públicos de educação, saúde, cultura, lazer, abastecimento, saneamento, transporte, comunicação e segurança;
- i) espaços livres e áreas verdes originárias de parcelamento do solo;
- j) Áreas de Preservação Permanente inseridas em imóveis de propriedade pública;
- k) cemitérios públicos.

II - áreas privadas:

- a) Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- b) Áreas de Preservação Permanente inseridas em imóveis privados;



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- c) espaços livres e áreas verdes de instituições e serviços privados de educação, saúde, cultura, lazer, abastecimento, saneamento, transporte, comunicação, segurança e cemitérios;
- d) espaços livres e áreas verdes com vegetação nativa em estágio avançado em imóveis residenciais e não residenciais isolados;
- e) clubes de campo;
- f) clubes esportivos sociais;
- g) cemitérios particulares;
- h) sítios, chácaras e propriedades agrícolas.

Art. 93. São objetivos do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres:

- I - desenvolver Zona Específica de Interesse do Parque dos Itambés (ZEIPI);
- II - proteção da biodiversidade;
- III - conservação das áreas prestadoras de serviços ambientais;
- IV - proteção e recuperação dos remanescentes de Mata Atlântica;
- V - qualificação das áreas verdes públicas;
- VI - incentivo à conservação das áreas verdes de propriedade particular;
- VII - cumprimento das disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Art. 94. São diretrizes do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres:

- I - criar Zona Especial para a preservação, valorização e desenvolvimento do Vale dos Itambés;
- II - criar e implementar as vias verdes existentes nessa presente Lei Complementar;
- III - ampliar a oferta de áreas verdes públicas;
- IV - recuperar os espaços livres e as áreas verdes degradadas, incluindo solos e cobertura vegetal;
- V - recuperar áreas de preservação permanente;
- VI - implantar ações de recuperação ambiental, proteção permanente e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundos de vale;
- VII - promover interligações entre os espaços livres e áreas verdes de importância ambiental regional, integrando-os através de caminhos verdes e arborização urbana;
- VIII - compatibilizar, nas áreas integrantes do sistema, os usos das áreas verdes com a conservação ambiental;
- IX - estimular parcerias entre os setores público e privado para implantação e manutenção dos espaços livres e áreas verdes;
- X - implementar instrumentos de incentivo à conservação de espaços livres e de áreas verdes particulares previstos no Estatuto da Cidade e na legislação ambiental;
- XI - compensar os proprietários ou detentores de posse justa e de boa fé, de áreas com ecossistemas prestadores de serviços ambientais e áreas de soltura de animais silvestres;
- XII - conservar áreas permeáveis, com vegetação significativa em imóveis urbanos e proteção da paisagem;
- XIII - apoiar e incentivar a agricultura urbana nos espaços livres;
- XIV - priorizar o uso de espécies nativas e úteis à avifauna na arborização urbana;





- XV - aprimorar a gestão participativa das Unidades de Conservação e dos Parques Urbanos e Lineares;
- XVI - compatibilizar a proteção e recuperação das áreas verdes com o desenvolvimento socioambiental e com as atividades econômicas, especialmente as de utilidade pública.

SUBSECÃO I DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 95. Área de Preservação Permanente - APP são as porções do território, protegida nos termos da legislação federal específica, revestida ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a permeabilidade do solo, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas.

§ 1º. A delimitação das Áreas de Preservação Permanente deverá obedecer aos limites fixados pela norma federal específica.

§ 2º. As intervenções em Área de Preservação Permanente apenas poderão ser admitidas nos casos de interesse social, utilidade pública ou baixo impacto, de acordo com a norma federal específica.

Art. 96. Os projetos urbanos e planos que envolvam intervenções em Áreas de Preservação Permanente, em áreas urbanas consolidadas, deverão apresentar estudo técnico que demonstre a manutenção e/ou recuperação das funções socioambientais dessas áreas, cuja abrangência deverá ser regulamentada por norma específica.

Parágrafo único. O Executivo deverá regulamentar o escopo mínimo do estudo referido no *caput*, podendo exigir, de acordo com a escala, dimensão e caráter da intervenção, os seguintes aspectos:

- I - a caracterização socioambiental da bacia ou sub-bacia hidrográfica em que está inserida a APP, incluindo passivos e fragilidades ambientais;
- II - a especificação e a avaliação dos sistemas de infraestrutura urbana e de saneamento básico implantados, de outros serviços e equipamentos públicos e proposta de implantação e complementação desses sistemas;
- III - a identificação das unidades de conservação e demais áreas protegidas na área de influência direta da ocupação;
- IV - o mapeamento do uso do solo na bacia ou sub-bacia em que está inserida a APP;
- V - a indicação das faixas ou áreas em que devem ser resguardadas as características ou as funções ecossistêmicas típicas da Área de Preservação Permanente, com a devida proposta de recuperação de áreas degradadas, e daquelas não passíveis de regularização;
- VI - a avaliação dos riscos socioambientais;
- VII - a identificação das demandas e expectativas da população do entorno com relação às possibilidades de uso e fruição dessas áreas e a indicação de formas de participação;



- VIII - a demonstração da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental e de habitabilidade dos moradores a ser promovida pela intervenção;
- IX - a demonstração de garantia de acesso livre e gratuito pela população aos corpos d'água, sempre que possível.

SUBSEÇÃO II DO PARQUE DOS ITAMBÉS

Art. 97. O Parque dos Itambés equivale à faixa territorial que abriga a Área de Preservação Permanente, nos termos da lei federal, conhecidas popularmente como Itambés, compreendendo as escarpas e encostas existentes no território, sendo objeto de zoneamento próprio.

Parágrafo único. O Parque dos Itambés encontra-se previamente representado no Anexo 2.

Art. 98. O parque dos Itambés deverá ser objeto de programa específico para sua implantação gradativa, que deve ser elaborado ou contratado, no prazo de 24 meses a partir da promulgação desta Lei Complementar, onde deve-se atentar para as seguintes diretrizes.

- I - delimitação da área do parque georreferenciada;
- II - observação e adoção de critérios paisagísticos para diretrizes da ocupação do parque e das visuais observáveis deste;
- III - ampliação do espaço quando necessário para desenvolvimento de atividades de Lazer, Cultura, Práticas esportivas dentre outras;
- IV - identificação de recursos a serem coletados para viabilização do parque;
- V - obrigatoriedade de participação popular no processo de elaboração dos projetos que serão realizados no parque, através de Audiências e Consultas Públicas, conforme diretrizes contidas na Lei;
- VI - desenvolvimento de concursos que devem sugerir diretrizes para ocupação do espaço do parque em toda sua extensão em locais apropriados fora das áreas de preservação permanente, ou compatíveis com acesso a população de forma restrita;
- VII - incentivar o Turismo e o ecoturismo a partir da compreensão e desenvolvimento do Parque;
- VIII - promover ocupação compatível com área de preservação, garantindo o livre acesso aos bens de ordem social, lazer e cultura, realizando com isso a função social da cidade;
- IX - preservar a área de mata nativa presente, realizando controle do meio ambiente e sua melhoria.

SUBSEÇÃO III DO PARQUE LINEAR

Art. 99. O Parque Linear é caracterizado como o conjunto de intervenções urbanísticas associadas ao leito ferroviário de Marília, inseridos no tecido urbano, poderá ser objeto de Projetos de Intervenção Urbana (PIU) e faz parte da Zona Especial de Corredores da cidade, tendo como principais objetivos:



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- I - conectar áreas verdes e espaços públicos;
- II - propiciar áreas verdes destinadas à conservação ambiental, lazer, fruição e atividades culturais;
- III - distribuir melhor qualidade de vida para os cidadãos;
- IV - resolver conflitos entre a malha ferroviária e a malha urbana;
- V - Melhorar a permeabilidade do solo e da área Urbana no Município.

§ 1º. O projeto do Parque Linear deverá ser objeto de projetos específicos integrados as Zonas Especiais de Corredores da cidade de modo a promover uma reestruturação da cidade, e desenvolver soluções amplas para o trecho delimitado.

§ 2º. O trecho delimitado como Parque Linear poderá ser alvo prioritário dos Projetos de Intervenção Urbana (PIU) que devem contemplar toda problemática existente no território conectado à ferrovia, sendo que essa área possuirá zoneamento próprio.

SUBSECÃO IV AS ÁREAS VERDES

Art. 100. Os parques urbanos e naturais, existentes e em implantação, e as áreas verdes públicas integram o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres.

§ 1º. O parque linear em planejamento passará a integrar o sistema, quando for implantado.

§ 2º. Por lei ou por solicitação do proprietário, áreas verdes particulares poderão ser incluídas no Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres.

Art. 101. Nas áreas verdes públicas, existentes e futuras, integrantes do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, poderão ser implantadas instalações de lazer e recreação de uso coletivo.

Art. 102. Nas áreas verdes públicas, excepcionalmente, a critério do Executivo, poderão ser instalados equipamentos públicos sociais desde que atendidos os parâmetros estabelecidos nesta Lei Complementar e, como contrapartida, sejam realizadas melhorias e a manutenção destas áreas.

SUBSECÃO V DOS CEMITÉRIOS

Art. 103. Os cemitérios municipais integram o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres.

Parágrafo único. O Município deve elaborar o Plano Municipal de Serviço Funerário, definindo uma estratégia para o setor e as ações a serem realizadas nos cemitérios municipais.





Art. 104. O Plano Municipal de Serviço Funerário deve se orientar pelas seguintes diretrizes:

- I - requalificar as áreas dos cemitérios na perspectiva de ampliar as áreas livres e as áreas verdes destinadas ao lazer da população.
- II - executar a manutenção e conservação, bem como reformas necessárias, das áreas edificadas e tumulares dos cemitérios e crematórios, objetivando a melhoria da qualidade espacial e da infraestrutura existente;

SUBSECÃO VI DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 105. O Plano Municipal de Arborização Urbana deverá ser revisado e adequado para definir o planejamento, implantação e manejo da arborização urbana no Município, devendo atender aos objetivos, observando a cartilha de arborização existente e conter, no mínimo:

- I - inventário qualitativo e quantitativo da arborização urbana;
- II - diagnóstico do déficit de vegetação arbórea por bairro e também nos distritos e indicação de ordem de prioridades de arborização;
- III - identificação das áreas e logradouros públicos passíveis de receberem vegetação arbórea, com a avaliação conjunta de fatores como:
 - a) largura dos passeios e canteiros;
 - b) caracterização das vias;
 - c) presença de fiação elétrica aérea;
 - d) recuo das construções;
 - e) largura da pista;
 - f) características do solo;
 - g) canalização subterrânea;
 - h) orientação solar;
 - i) atividades predominantes.
- IV - classificação e indicação das espécies ou conjunto de espécies mais adequadas ao plantio, preferencialmente nativas;
- V - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para prover a cidade de cobertura arbórea compatível com a melhoria de indicadores ambientais pertinentes.

SUBSECÃO VII DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS NO SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS, ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES

Art. 106. As ações prioritárias do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres são:

- I - implantar os parques propostos nesta presente Lei Complementar, dando prioridade ao Parque Linear da Ferrovia e do Parque Linear da Cascata, a fim de distribuir de forma justa o acesso ao lazer na cidade:
 - a) 1 (um) parque por mandato do Executivo;
 - b) justa distribuição do sistema de lazer no território urbano.



- II - elaborar o Plano Municipal de Arborização Urbana;
- III - desenvolvimento de sistema integrado de sistemas de lazer, com critérios e indicadores necessários de modo a realizar uma leitura da cidade, observar seus déficits, com critérios de qualidade urbana, arquitetônica e paisagísticas avaliados, quantificando todo o sistema de áreas verdes e espaços livres e os classificando;
- IV - realização de reforma e reestruturação do Bosque Municipal com o prazo máximo de 5 anos a partir da publicação da presente Lei Complementar;
- V - realizar readequação das praças municipais observando as prioridades seguintes: a. Plano de Readequação de Praças:
 - a) realização de ao menos 2 adequações por ano;
 - b) garantir participação popular dos moradores do entorno de modo a tornar o equipamento útil par a população local.

SUBSEÇÃO VIII DAS PROPOSTAS PONTUAIS RELACIONADAS AO SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS, ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES

Art. 107. Para a consecução dos objetivos deverão ser consideradas as seguintes diretrizes pontuais:

- I - implantação do Parque do Riacho Doce;
- II - implantação do Parque Mariápolis e Parque do Ribeirão dos Índios;
- III - implantação do Parque Universitário;
- IV - implantação do Parque do Arrependido;
- V - implantação do Parque do Bosque Perdido;
- VI - implantação do Parque Cascata;
- VII - implantação do Parque Palmital;
- VIII - implantação do Parque do Pombo;
- IX - implantação do Parque Aquarius;
- X - Parque Linear da Linha Férrea;
- XI - Parque dos Itambés;
- XII - criação de Parque junto ao córrego margeando a área atualmente pertencente à Mansão Ismael;
- XIII - remodelação total do Bosque Municipal Rangel Pietraróia, melhoria e manutenção da área de lazer;
- XIV - construção de área de lazer e serviços públicos na área localizada anexa ao Conjunto Habitacional Paulo Lúcio Nogueira;
- XV - construção de praça com parque infantil, aparelhos de ginástica e pista de Cooper;
- XVI - implantação de um viveiro municipal;
- XVII - programa de arborização urbana;
- XVIII - programa de arborização do Distrito Industrial José Ferreira da Costa Júnior;
- XIX - arborização dos equipamentos públicos;
- XX - implantação de praça entre o Jardim Pérola e o Jardim América;
- XXI - promoção de melhorias no Cemitério.



SECÃO VI DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL

Art. 108. A política de promoção do desenvolvimento social sustentável está articulada ao cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade visando à melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 109. Para a consecução da política de desenvolvimento social sustentável, deverão ser observadas as seguintes diretrizes gerais:

- I - programa de implantação dos Pontos de Apoio ao Cidadão - faces, em locais estratégicos das regiões, destinados ao aperfeiçoamento do sistema de planejamento urbano, gestão territorial do Município, implementação de políticas públicas permanentes e definição de espaço multiuso de atendimento às necessidades do cidadão relativos à segurança, à informação, às atividades culturais e de lazer, à informação da disponibilidade dos serviços e equipamentos públicos, à inclusão social e digital;
- II - programa de políticas públicas de segurança de forma integrada com órgãos das esferas municipal, estadual e federal, sociedade civil organizada e comunidade;
- III - programa de ações preventivas à violência e à criminalidade no Município;
- IV - criação da Guarda Municipal Comunitária através de lei específica;
- V - implementação de serviço de ouvidoria para o recebimento de reclamações, denúncias e sugestões quanto aos problemas relacionados à segurança, crimes contra o patrimônio público, sossego público e crimes ambientais;
- VI - criação do Fórum Interdisciplinar de Discussão dos Problemas de Segurança e Qualidade de Vida composto por representantes dos órgãos municipais, instâncias de governo relacionadas à área de segurança e representantes da sociedade civil organizada;
- VII - implementação de programa de enfrentamento dos problemas geradores da violência e criminalidade;
- VIII - implementação de programa de melhorias da iluminação pública a partir da iluminação diferenciada dos Corredores Comerciais e das Vias Verdes;
- IX - programa de criação de Espaços Inclusivos de Convivência e de Apoio ao Idoso e a pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- X - promoção da melhoria da infraestrutura, da manutenção e da garantia de funcionamento dos equipamentos urbanos, existentes e a serem implantados, a partir dos bairros com maior deficiência de serviços públicos sociais;
- XI - manutenção e ampliação do PIC - Programa de Integração Comunitária, priorizando a região periférica;
- XII - aprimoramento da legislação de incentivo à cultura, ao esporte e ao lazer;
- XIII - programa de ampliação permanente do atendimento da rede de ensino;
- XIV - programa de ampliação permanente do atendimento à saúde;
- XV - programa de incentivo à formação de parcerias entre o Poder Público e iniciativa privada objetivando a melhoria da qualidade de vida da população;
- XVI - programa de reavaliação, remodelação e requalificação das praças existentes, objetivando o atendimento da população local;



- XVII - integrar territorialmente programas e projetos vinculados às políticas sociais como forma de potencializar seus efeitos positivos, particularmente no que diz respeito à inclusão social e à diminuição das desigualdades;
- XVIII - ampliar as feiras orgânicas no território municipal, em especial nos parques;
- XIX - ampliar os espaços para a comercialização de produtos orgânicos nos mercados, sacolões, feiras livres, praças e parques municipais;
- XX - garantir a priorização de agricultores familiares orgânicos do Município nas compras institucionais da alimentação escolar e outros programas de compras públicas;
- XXI - viabilização das propostas das audiências públicas.

Parágrafo único. Os programas e metas relacionados às questões do desenvolvimento social sustentável, em andamento ou que fazem parte do Plano Plurianual vigente, são considerados parte integrante da presente Lei Complementar.

SUBSEÇÃO ÚNICA DAS PROPOSTAS PONTUAIS RELACIONADAS A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL

Art. 110. Para a consecução da Política de Desenvolvimento Social Sustentável nas regiões deverão ser consideradas as seguintes diretrizes pontuais:

- I - Zona Norte:
 - a) fiscalização eficiente dos terrenos baldios, imóveis públicos e imóveis abandonados.
- II - Zona Sul:
 - a) programa de incentivo à formação de Associações de Bairros, uma para cada bairro;
 - b) construção de um Velório Municipal e de um Cemitério;
 - c) implantação de Subprefeitura;
 - d) projeto de reformulação da “feirinha”.
- III - Zona Leste:
 - a) considerar como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) a área localizada entre a Rua João Carlos de Arruda, Av. Manoel Cândido, Rua Galiléia e Rua Emaús.
- IV - Zona Oeste:
 - a) recuperação e modernização do sistema de galerias e águas fluviais a partir da Av. Santo Antônio;
 - b) urbanização da favela do Núcleo Habitacional Thereza Bassan Argollo Ferrão;
 - c) pavimentação asfáltica dos Bairros Parque das Vivendas, Jardim Paraíso e de parte do Jardim Universitário.
- V - Zona Central:
 - a) programa de adequação do espaço público, objetivando garantir o conforto e a segurança das pessoas com deficiência;



b) exigência, através de lei, de pisos ecológicos para estacionamentos.

VI - Distrito de Lácio:

- a) implantação de Posto dos Correios;
- b) implantação de unidade do Projeto Casa do Pequeno Cidadão;
- c) implantação de rede de esgoto.

VII - Distrito de Padre Nóbrega:

- a) criação do Centro de Convivência da Terceira Idade;
- b) promoção de melhorias no Cemitério;
- c) construção de unidade do Projeto Casa do Pequeno Cidadão;
- d) geração de novos empregos, com a implantação de lavanderia e padaria comunitárias;
- e) programa de incentivo às micro e pequenas empresas.

SECÃO VII DOS EQUIPAMENTOS URBANOS E IMÓVEIS PÚBLICOS

Art. 111. Todas as atividades realizadas pelo poder público municipal devem prioritariamente utilizar imóveis, equipamentos ou espaços públicos, caso a atividade exija uma infraestrutura incompatível com a existente deve-se:

- I - adequar estes equipamentos ou imóveis de modo a atender a demanda;
- II - construção de novo imóvel ou equipamento adequado à realização das atividades incompatíveis;
- III - em caso de necessidade de ocupação imediata, deverá ser locado o espaço adequado, com prazo limite pré-estipulado de acordo com o cronograma de construção de imóvel ou equipamento público adequado.

Art. 112. A gestão e uso dos equipamentos urbanos e imóveis públicos no cumprimento de suas funções sociais se darão conforme as seguintes diretrizes gerais:

- I - garantia de destinação a todos imóveis públicos, ocupados ou não, de forma a otimizar ao máximo as suas potencialidades;
- II - implantação de banco de dados municipal dos equipamentos urbanos e imóveis públicos garantindo informações quanto:
 - a) ao cadastramento físico;
 - b) ao uso;
 - c) ao estado de conservação;
 - d) aos critérios para a utilização por terceiros.
 - e) agenda de manutenção e conservação dos equipamentos urbanos e imóveis públicos, previstos no orçamento do município mensalmente e anualmente.
- III - programa de manutenção permanente do patrimônio público;
- IV - programa de atendimento às normas de Acessibilidade para todos imóveis públicos;
- V - programa de recuperação das praças em toda área urbana, considerando:
 - a) arborização adequada;
 - b) mobiliário urbano adequado;
 - c) academias ao ar livre;



- d) brinquedos e jogos interativos;
- e) atividades culturais;
- f) taxa mínima de permeabilidade.
- VI - identificação e Mapeamento das áreas e Imóveis Públicos;
- VII - programa para Revitalização do Paço Municipal, com descentralização de usos e restauração da edificação;
- VIII - priorizar o uso de terrenos públicos e equipamentos ociosos ou subutilizados como forma de potencializar o uso do espaço público já constituído;
- IX - otimizar a ocupação dos equipamentos existentes e a integração entre equipamentos implantados na mesma quadra;
- X - incluir mais de um equipamento no mesmo terreno, de modo a compatibilizar diferentes demandas por equipamentos no território, otimizando o uso de terrenos e favorecendo a integração entre políticas sociais;
- XI - elaborar plano de articulação e integração das redes de equipamentos urbanos e sociais no território;
- XII - elaborar planos setoriais de educação, saúde, esportes, assistência social e cultura;
- XIII - expandir a rede hospitalar e o número de leitos, inclusive por meio de adequação de hospitais municipais;
- XIV - expandir a rede dos demais equipamentos de saúde para realização de exames, atendimento ambulatorial, de especialidades, ou de urgência e emergência;
- XV - expandir a rede de equipamentos culturais;
- XVI - expandir a rede de equipamentos esportivos;
- XVII - aprimorar as políticas e a instalação de equipamentos, visando à viabilização das políticas de acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência;
- XVIII - implantar as áreas de conexão de internet sem fio aberta, com qualidade e estabilidade de sinal;
- XIX - expandir as ações e equipamentos para a mediação e a solução pacífica de conflitos;
- XX - expandir as ações e equipamentos para a proteção social às crianças e adolescentes vítimas de violência e para a prevenção à violência, ao racismo e à exclusão da juventude negra e de periferia.

Parágrafo único. Os programas e metas relacionados às questões Equipamentos Urbanos e Imóveis Públicos, em andamento ou que fazem parte do Plano Plurianual vigente, são considerados parte integrante da presente Lei Complementar.

SUBSEÇÃO ÚNICA DAS PROPOSTAS PONTUAIS RELACIONADAS A EQUIPAMENTOS URBANOS E IMÓVEIS PÚBLICOS

Art. 113. Para a consecução dos objetivos nas regiões deverão ser consideradas as seguintes diretrizes pontuais:

- I - Zona Norte:
 - a) construção de Creches e Berçários;
 - b) Construção de Equipamento Público de Lazer;
 - c) construção de Centro Comunitário;
 - d) construção de Unidade Básica de Saúde;
 - e) construção de unidade do Projeto Casa do Pequeno Cidadão;



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- f) construção de escola de ensino médio;
- g) construção de um Velório Municipal e de um Cemitério;
- h) implantação de Centro Comunitário no Jardim Lavínia, Palmital Prolongamento e bairros próximos.

II - Zona Sul:

- a) construção de um Velório Municipal e de um Cemitério;
- b) construção de área de lazer e serviços públicos na área localizada anexa ao Conjunto Habitacional Paulo Lúcio Nogueira.

III - Zona Leste:

- a) implantação do Parque Cascata;
- b) revitalização da área de lazer do Bosque Municipal Rangel Pietrarroia;
- c) implantação de uma Praça de Lanches em substituição aos carros de lanches;
- d) Construção de Equipamento Público de Lazer.

IV - Zona Oeste:

- a) revitalização do prédio da antiga Rodoviária e implantação, nas suas dependências, de um Ponto de Apoio ao Cidadão - PACI;
- b) construção de escola de ensino médio no Jardim Cavalari;
- c) construção de uma EMEI-Creche-Berçário no Jardim Marília, com o possível reaproveitamento do prédio do Centro Comunitário Integrado Américo Capelozza;
- d) construção de um centro comunitário, atendendo aos Bairros Higienópolis, Mirante, Jardim Paraíso, Jardim Cavalari, Parque das Vivendas, Jardim Universitário, Jardim Morumbi, Residencial Altos da Colina, Conjunto de Chácaras Serra Azul;
- e) construção de uma praça com parque infantil, aparelhos de ginástica e pista de Cooper;
- f) implantação de praça entre o Jardim Pérola e o Jardim América;
- g) construção de centro comunitário na Rua Jupira Souto;
- h) construção de Centro Comunitário do Jardim Bandeirantes, Eldorado, Virgínia, Olinda, América, Pérola e adjacentes;
- i) Construção de Equipamento Público de Lazer no Bairro Jardim Bandeirantes.

V - Zona Central:

- a) implantação de unidade de saúde no Bairro Barbosa voltado para a geriatria;
- b) implantação de Centro de Convivência Central;
- c) implantação de Centro Gastronômico;
- d) programa de incentivo à implantação de escolas e igrejas;
- e) padronização do Mobiliário Urbano.

VI - Distrito de Lácio: construção de um Velório Municipal.





SEÇÃO VIII DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 114. A política municipal de patrimônio cultural visa a preservar e valorizar o legado cultural transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões material e imaterial.

§ 1º. Entendem-se como patrimônio material as expressões e transformações de cunho histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e urbanístico.

§ 2º. Entendem-se como patrimônio imaterial os conhecimentos e modos de fazer, identificados como elementos pertencentes à cultura comunitária, os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, a religiosidade, o entretenimento e outras práticas da vida social, bem como as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.

Art. 115. São objetivos da política municipal de patrimônio cultural:

- I - tornar reconhecido pelos cidadãos e apropriado pela cidade, o valor cultural do patrimônio;
- II - garantir que o patrimônio arquitetônico tenha usos compatíveis com a edificação;
- III - estabelecer e consolidar a gestão participativa do patrimônio cultural.

Art. 116. Para se alcançar os objetivos de promoção da política municipal de patrimônio cultural deverá ser elaborado o Plano de Preservação e Recuperação do Patrimônio Cultural de Marília, o qual conterà:

- I - as diretrizes para preservação, restauração, recuperação e proteção do patrimônio;
- II - o inventário dos bens culturais materiais e imateriais;
- III - a definição dos imóveis de interesse do patrimônio, para fins de preservação e definição dos instrumentos aplicáveis;
- IV - as formas de gestão do patrimônio cultural, inclusive:
 - a) os mecanismos e os instrumentos para a preservação do patrimônio;
 - b) as compensações, incentivos e estímulos à preservação;
 - c) os mecanismos de captação de recursos para a política de preservação e conservação;
 - d) Criação de CENTROS DE CONVIVENCIA MUNICIPAIS para idosos, portadores de necessidades especiais e/ superdotados, para eventos de festas comemorativas da cidade, festas religiosas, educação, cultural e utilizar/ reutilizar espaços e ginásios ociosos para esporte (ginástica artística), para o desenvolvimento da cidade.

TÍTULO II DO ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DO MACROZONEAMENTO



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 117. O macrozoneamento, conforme Anexo 2, tem como objetivo o ordenamento territorial e divide o Município de Marília em duas categorias de macrozonas:

- I - Macrozona Urbana;
- II - Macrozona Rural.

SEÇÃO I DA MACROZONA URBANA

Art. 118. A Macrozona Urbana delimita o perímetro urbano da cidade e corresponde à porção urbanizada e a ser urbanizada do território, situada majoritariamente no planalto da Serra de Agudos dentro do Município.

Parágrafo único. O perímetro urbano deverá estar georreferenciado e regulamentado por lei específica.

Art. 119. A Macrozona Urbana fica dividida em 5 (cinco) diferentes Zonas:

- I - Zona Urbana;
- II - Zona de Expansão Urbana Continuada;
- III - Zona de Expansão Urbana delimitando com exatidão limites entre a Zona de Expansão Urbana e Zona de Expansão Urbana Continuada;
- IV - Zona Especial de Interesse Ambiental - Parque dos Itambés;
- V - Zona dos Vales dos Itambés.

SUBSEÇÃO I DA ZONA URBANA

Art. 120. Fica definida como Zona Urbana a somatória de áreas urbanizadas do Perímetro Urbano e dos núcleos isolados e Distritos que apresentam maior densidade populacional e construtiva, dotadas de infraestrutura e serviços, bem como equipamentos públicos e comunitários, inclusive aqueles voltados à mobilidade urbana, possuindo as seguintes diretrizes:

- I - promoção da ocupação territorial ordenada e sustentável integrada à malha urbana já existente, mediante a solicitação de parcelamentos para fins urbanos;
- II - compatibilização do sistema viário com a malha existente e em conformidade com as diretrizes viárias estabelecidas nesta Lei Complementar;
- III - manutenção da preservação do meio ambiente conforme o contido na Legislação Vigente.

Parágrafo único. A Zona Urbana ficará determinada pela porção do território já urbanizado e de ocupação consolidada, sendo seu perímetro alterado quando glebas pertencentes à Zona de Expansão Urbana Continuada ou à Zona de Expansão forem urbanizadas, passando a integrar a Zona Urbana.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 121. Fica definida como abairramento a divisão geográfica da Zona Urbana de Marília em regiões, zonas e bairros a partir da fusão dos loteamentos existentes, considerando as referências naturais, geográficas e urbanas já consolidadas, conforme descrito no Anexo 3.

Parágrafo único. O abairramento de Marília tem como objetivo criar referências e identificações das diversas partes da zona urbana, facilitando a comunicação, a informação e a mobilidade, definindo uma nova geografia para as ações político-administrativas.

Art. 122. Com base no disposto no artigo anterior, a Zona Urbana fica dividida em 2 (duas) regiões:

- I - Região Central formada, a saber:
 - a) Centro Histórico-Comercial, definido pelo centro geográfico da zona urbana, caracterizado pela concentração do uso comercial e serviços em detrimento do uso residencial;
 - b) Centro Expandido, definido pelas áreas contínuas ao Centro Histórico-Comercial com predominância de uso misto e grande diversidade de padrão ocupacional e formado pelas zonas:
 - 1- Zona Centro Norte;
 - 2- Zona Centro Sul;
 - 3- Zona Centro Leste;
 - 4- Zona Centro Oeste.
- II - Região Periférica, formada pelas seguintes Zonas:
 - a) Norte;
 - b) Sul;
 - c) Leste;
 - d) Oeste.

Art. 123. Os Bairros que definem as Zonas são formados a partir dos seguintes loteamentos:

- I - CENTRO HISTÓRICO-COMERCIAL, formado pela junção de partes dos 3 (três) primeiros Patrimônios que deram origem à cidade de Marília: Alto Cafezal, Barbosa e Marília:
 - a) ALTO CAFEZAL: parte do Alto Cafezal.
 - b) BARBOSA: parte do Barbosa, Saliola, Santa Olívia, Rodolfo da Silva Costa, Jardim Dirceu, Jardim São Geraldo, do Bosque, Rodrigues e Boa Vista.
 - c) MARÍLIA: parte do Marília.
- II - ZONA CENTRO-NORTE, formada pelos seguintes Bairros e respectivos loteamentos:
 - a) PALMITAL: Palmital, Maria Paula, Francisco de Abreu Fernandes, Mariana, Canaã e Prolongamento, Parque das Acácias, Jardim dos Lírios e Prolongamento, São Judas Tadeu, São Paulo e Prolongamento.
 - b) SÃO MIGUEL: Somenzari, Cavalieri, Lorenzetti A e B, Tomaz Mascaro, Bassan, Paulista, Jardim América e Prolongamento, São Miguel e





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Prolongamento, Jardim Ohara, Jardim Hermínio Firmino Polon, Cecap, parte do Santa Tereza e parte do Palmital.

- c) VILA NOVA: parte do Palmital Prolongamento, Jardim Floresta, Barros e Jardim Marambaia.

III - ZONA CENTRO-SUL, formada pelos seguintes Bairros e respectivos loteamentos:

- a) FRAGATA: Fragata Seções A, B, C e D, São Lucas e áreas anexas.
b) BARBOSA: parte do Barbosa, Saliola, Santa Olívia, Rodolfo da Silva Costa, Jardim Dirceu, Jardim São Geraldo, do Bosque, Rodrigues e Boa Vista.

IV - ZONA CENTRO-LESTE, formada pelos seguintes Bairros e respectivos loteamentos:

- a) CASCATA: Cascata, Amarante, Lucrecia, Banzato, São João e Marília.
b) MARÍLIA: parte do Marília.

V - ZONA CENTRO-OESTE, formada pelos seguintes Bairros e respectivos loteamentos:

- a) SENADOR SALGADO FILHO: parte do Santa Olívia, Montolar, Residencial Fazenda Bonfim, Senador Salgado Filho e Prolongamento e Alto Cafezal.
b) ALTO CAFEZAL: parte do Alto Cafezal.

VI - ZONA NORTE, formada pelos seguintes Bairros e respectivos loteamentos:

- a) PARQUE DAS NAÇÕES: Parque das Primaveras, Parque Nova Almeida e Parque das Nações;
b) SANTA ANTONIETA: Jardins Santa Antonieta I, II e III, Professora Liliana de Souza Gonzaga, Jardim Edisom da Silva Lima, Jardim Sancho Floro da Costa e Parque Residencial Julieta;
c) DISTRITO INDUSTRIAL: Distrito Industrial I, Distrito Industrial Santo Barion e anexo ao Jardim Santa Antonieta;
d) FIGUEIRINHA: Conjunto Residencial Luiz Egydio de Cerqueira Cesar, Conjunto Residencial Alcir Raineri e Jardim David Lêuder Pereira Alves;
e) CASTELO BRANCO: Palmital Prolongamento, Núcleo Habitacional Castelo Branco, Núcleo Habitacional Rubens Picelli, Núcleo Habitacional Dr. Fernando Mauro Pires Rocha, Professor José Augusto da Silva Ribeiro e 2ª etapa, Jardim Lavínia, Jardim Lavínia II e Residencial Campo Limpo;
f) JÂNIO QUADROS: Núcleo Habitacional Presidente Jânio da Silva Quadros e Alcides Mattiuzzi;
g) JK: Núcleo Habitacional Dr. Aniz Badra, Jardim Sasazaki, Jardim Ipanema, Jardim Adolpho Bim, Parque das Camélias, Jardim Presidente, Núcleo Habitacional Juscelino Kubitschek e Prolongamento, César de Almeida e Prolongamento, Residencial Campo Limpo e Leonel de Moura Brizola;
h) AQUARIUS: Jardim Aquarius, Jardim Maria Martha, Jardim São Francisco, Jardim Marajá e Prolongamento, Jardim Riviera, Ana Carla e Santa Tereza I, Prolongamento, III e IV;
i) ALTOS DO PALMITAL: Altos do Palmital.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

VII - ZONA SUL, formada pelos seguintes Bairros e respectivos loteamentos:

- a) MARAJÓ: Luiz Homero Zaninotto, Jardim Santa Paula, Vila Operária da Alimentação II e Jardim Marajó;
- b) MONTE CASTELO: Jardim Monte Castelo, Núcleo Habitacional Helena Bernardes, Núcleo Habitacional Monsenhor João Baptista Tóffoli, Jardim São Vicente de Paulo, Parque das Azaléias, Brasília e parte do Antônio Carlos Nascimento da Silva;
- c) JÓQUEI CLUBE: parte do Jardim Esplanada, parte do Jóquei Clube, Jardins Damasco I, II e III e parte do Jardim Marajó;
- d) NACIONAL: Jardim Amália, Jardim Nacional, Jardim Santa Clara, Jardim Domingos de Léo, Professor Antonio da Silva Penteado e parte do Antonio Carlos Nascimento da Silva;
- e) NOVA MARÍLIA: Núcleo Habitacional Nova Marília, Núcleo Habitacional Maria Angélica Matos e Conjunto Habitacional Paulo Lúcio Nogueira;
- f) LARANJAIS: Sítios de Recreio Chácara dos Laranjais e áreas anexas;
- g) PARATI: parte do Jardim Guarujá, Jardim Itaipu, anexo ao Fragata, Jardim Parati, Jardim Parati II, Jardim Portal do Sol e Prolongamento, Jardim Casadei e Residencial Portal do Parati;
- h) COSTA E SILVA: Jardim Continental, Jardim Conquista, Jardim Aparecida Nasser, Núcleo Habitacional Costa e Silva e parte do Jardim Guarujá;
- i) SÃO JORGE: Jardim Bancários, Hípica Paulista, Parque São Jorge, Jardim Vitória, Jardim Vista Alegre, Jardim Esplanada, parte do Jóquei Clube e Jardim Regina;
- j) TEOTÔNIO VILELA: Jardim Planalto, Villa Real, Parque dos Ipês e Jardim Teotônio Vilela.

VIII - ZONA LESTE, formada pelos seguintes Bairros e respectivos loteamentos:

- a) PARQUE DAS INDÚSTRIAS: Parque das Indústrias e Prolongamento;
- b) ESMERALDA: Parque das Esmeraldas, Parque das Esmeraldas II e Jardim Portal dos Nobres I e II;
- c) MARIA IZABEL: Jardim Maria Izabel I, Prolongamento e III, Jardim Tangará, Tropical, parte do Cascata, Residencial de Recreio Maria Izabel, Residencial Pedra Verde e Condomínio Residencial Solar das Esmeraldas;
- d) ALTANEIRA: São João, Jardim Cristo Rei, Jardim Marajoara, Santa Lourdes, Jardim Yara, Jardim Progresso e anexo, Jardim Betânia, Altaneira e Prolongamento, Betel, Prolongamento e chácaras, Jardim Alvorada e anexo, parte do Jardim Maria Izabel, Jardim Flora Rica, Condomínio Residencial Jardim do Bosque, Garden Park, Jardim Santa Rosa e Bosque Municipal Rangel Pietraroia;
- e) AEROPORTO: Jardim Itamaraty, Jardim Jequitibá, Jardim Europa, Vila Recreio, Jardim Aeroporto, Jardim Colibri e anexo, Jardim Luciana e anexo, Jardim Estoril, Vila Romana e chácaras anexas, Sítios de Recreio Nascimento, Village do Bosque, Jardim Santa Gertrudes I, Villa Flora e Yara Park;
- f) SANTA CAROLINA: Sítios de Recreio Santa Carolina e Jardim Altos da Cidade;
- g) SANTA GERTRUDES: Jardim São Domingos, Sítios de Recreio Santa Gertrudes, Parque Residencial Santa Gertrudes e Residencial Portal da Serra;
- h) NOVO HORIZONTE: Núcleo Habitacional Novo Horizonte.



- IX - ZONA OESTE, formada pelos seguintes Bairros e respectivos loteamentos:
- a) CAVALARI: Higienópolis e Prolongamento, Jardim Paraíso e Prolongamento, Mirante, Jardim Cavalari, Parque das Vivendas, Jardim Universitário, Jardim Morumbi, Sítios de Recreio Céu Azul, Sítios de Recreio Panambi, Residencial Altos da Colina;
 - b) CALIFÓRNIA: Jardim Fontanelli e anexo, Eliana, Vila Coimbra, Núcleo Habitacional Thereza Bassan Argollo Ferrão, Núcleo Habitacional Chico Mendes, Jardim Califórnia, Núcleo Habitacional José Teruel Martinez, Jardim Polyana, Residencial Alto Cafezal, Residencial San Remo, Vila Maria, Vila dos Comerciantes I e II e Conjunto Residencial Jardim Ismael;
 - c) ACAPULCO: Jardim Acapulco e Jardim Acapulco II;
 - d) CAMPUS UNIVERSITÁRIO: Campus Universitário, Jardim Araxá e Jardim São Gabriel;
 - e) BANDEIRANTES: Jardim Olinda, Jardim América, Jardim Pérola, Jardim Virgínia, Jardim Eldorado, Jardim Bandeirantes e Vila Operária da Alimentação I;
 - f) BELA VISTA: Jardim Bela Vista, Cavalieri e Jardim D. Frei Daniel Tomasella;
 - g) SERRA DOURADA: Sítios de Recreio Parque Serra Dourada, Vale do Canaã e Jardim Flamingo;
 - h) JARDIM MARÍLIA: Polón, Marília e anexo, parte do Jardim Fontanelli, São José, Jardim IV Centenário, Realengo, Souza e anexo, Rio Branco, Mirante, Higienópolis e Chácara São Carlos.

SUBSEÇÃO II DA ZONA DE EXPANSÃO URBANA CONTINUADA

Art. 124. A Zona de Expansão Urbana Continuada corresponde às áreas não urbanizadas do perímetro urbano, contíguas ou circundadas por setores já urbanizados, definindo os limites do perímetro urbano consolidado, conforme Anexo 2, tendo seu perímetro alterado sempre que uma gleba pertencente a este for integrada à malha urbana consolidada.

Art. 125. As glebas na Zona de Expansão Urbana Continuada que já são servidas por infraestrutura da Zona Urbana estarão sujeitas à incidência de IPTU, ou outra contribuição específica a ser regulamentada em lei complementar.

Parágrafo único. Glebas na Zona de Expansão Urbana Continuada que venham a ser beneficiadas pela implantação de qualquer tipo de melhoramento urbano promovido pelo Poder Público estarão sujeitas ao recolhimento de contribuição de melhoria.

Art. 126. Na Zona de Expansão Urbana Continuada deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- I - promover uma ocupação territorial ordenada e sustentável integrada à malha urbana já existente, mediante a solicitação de parcelamentos para fins urbanos;
- II - compatibilizar o sistema viário com a malha existente e em conformidade com as diretrizes viárias estabelecidas nesta Lei Complementar;
- III - manter o respeito ao meio ambiente conforme o contido nesta Lei Complementar.



Art. 127. Para os novos parcelamentos implantados na Zona de Expansão Urbana Continuada, os mesmos serão considerados integrantes do bairro anexo e zoneamento existente.

§ 1º. Para o caso de 2 (dois) ou mais bairros vizinhos, prevalece o bairro e zoneamento que apresentar a maior confrontação de divisas.

§ 2º. Para o caso do novo loteamento apresentar maiores dimensões em relação aos bairros vizinhos ou apresentar referenciais significativos quanto aos aspectos físicos e/ou históricos, o novo loteamento será considerado um novo bairro.

§ 3º. Para os novos bairros a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano em função dos casos indicados no § 2º deste artigo, poderá propor novos coeficientes urbanísticos e uso do solo com alteração do zoneamento.

SUBSECÃO III DA ZONA DE EXPANSÃO URBANA

Art. 128. A Zona de Expansão Urbana é a parte do perímetro urbano caracterizada pela apresentação de usos diversificados que se configuram como transição entre o meio rural e o meio urbano, conforme Anexo 2.

Art. 129. Na Zona de Expansão Urbana deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- I - regulamentar e disciplinar novos empreendimentos que impliquem na alteração do uso do solo rural, estabelecendo critérios e contrapartida por meio da Outorga Onerosa de Alteração do Uso do Solo, devidamente regulamentados em lei;
- II - impedir os desmembramentos nos parcelamentos já existentes e a ocorrência de novos parcelamentos irregulares ou clandestinos;
- III - compatibilizar o sistema viário com a malha existente e com as diretrizes viárias estabelecidas nesta Lei Complementar;
- IV - promover a recuperação e a preservação do meio ambiente conforme previsto nesta Lei Complementar.

Art. 130. Na Zona de Expansão Urbana será permitido o parcelamento de solo na modalidade loteamento atendendo as seguintes diretrizes:

- I - o acesso ao loteamento por via pavimentada interligada ao sistema viário existente do perímetro urbano;
- II - distância mínima de 1.000,00 (mil) metros a uma unidade pertencente a rede de saúde e pelo menos 1 escola de ensino infantil e fundamental;
- III - outorga onerosa de alteração do uso do solo que poderá ser paga em dinheiro ou em obras de infraestrutura ou construção e reforma de próprios municipais;
- IV - a gleba será considerada integrante do bairro anexo e zoneamento existente;
- V - a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano poderá propor novos coeficientes urbanísticos e uso do solo com alteração do zoneamento para gleba integrada.



SUBSEÇÃO IV DA ZONA ESPECIAL DE INTERESSE AMBIENTAL - PARQUE DOS ITAMBÉS

Art. 131. A Zona Especial de Interesse Ambiental - Parque dos Itambés (ZEIA-PI) é constituída por Área de Proteção Permanente, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), ficando definida como a área caracterizada pela ocupação de mata atlântica e presença de escarpas que definem a linha de ruptura topográfica, separando planalto e planície, destinadas à proteção e recuperação da paisagem e do meio ambiente, conforme Anexo 2.

Art. 132. Para a ZEIA-PI deverão ser observadas as seguintes diretrizes para criação do Parque dos Itambés, através de lei específica, definindo os seus limites, forma de ocupação e usos, a exploração do potencial turístico de forma sustentável e os instrumentos necessários à sua recuperação e preservação ambiental, considerando:

- I - a delimitação georeferenciada;
- II - o levantamento das condições fundiárias;
- III - o cadastramento das edificações;
- IV - a identificação dos usos rurais, fauna, flora e elementos naturais significativos;
- V - o cadastramento das áreas invadidas;
- VI - o programa de recuperação e preservação das matas;
- VII - o programa de potencialização turística sustentável.

Parágrafo único. Até a promulgação de lei específica, considera-se como a área do Parque dos Itambés a porção do território delimitada pela franja de terra de largura igual a 100,00 (cem) metros à montante da linha de ruptura e pela franja de terra de largura igual a 50,00 (cinquenta) metros à jusante da linha de ruptura caracterizada pelo início dos maciços arbóreos.

SUBSEÇÃO V DA ZONA DOS VALES DOS ITAMBÉS

Art. 133. Ficam definidas como Zona dos Vales dos Itambés as porções do território situadas na planície do Município, delimitadas pela franja inferior do Parque dos Itambés e parcialmente confinadas pelo Parque dos Itambés, conforme Anexo 2, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 134. A Zona dos Vales dos Itambés terá as seguintes diretrizes:

- I - Definição de planta georeferenciada, com captação de recursos para sua implantação.
- II - Promoção prioritariamente da proteção, da preservação e da recuperação ambiental, com ênfase nas Áreas de Proteção Permanente, Rios, Córregos, Nascentes e Corpos D'Água.
- III - Compatibilização do uso agrícola e do meio ambiente através de manejo sustentável.
- IV - Promoção da proteção aos assentamentos existentes e prevenção da criação de novos assentamentos nas Áreas de Proteção Permanente e nas Áreas de Risco.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- V - Promoção do associativismo e do cooperativismo.
- VI - Criação de Parques Lineares nos mananciais dos Rios Barbosa, Pombo e Palmital.
- VII - Criação do Anel Viário Municipal dotado de ciclovia, interligando as zonas Norte, Sul, Leste e Oeste da cidade pela planície do Vale dos Itambés.
- VIII - Criação de vicinais dotadas de ciclovia delimitando os Parques Lineares.
- IX - Promoção do desenvolvimento do ecoturismo através de zoneamento e parcelamento de solo específico.

SEÇÃO II DA MACROZONEAMENTO RURAL

Art. 135. A Macrozona Rural corresponde à porção do território limitada pelos Municípios vizinhos e pela Macrozona Urbana, ocupando a planície do Município de Marília.

Parágrafo único. A lei específica do Plano Diretor Rural deverá ser elaborada a partir das diretrizes contidas nesta Lei Complementar.

Art. 136. A Macrozona rural é composta concomitantemente por:

- I - Zona Rural de Produção;
- II - Distritos Rurais;
- III - Zonas Especiais de Interesse Ambiental.

SUBSEÇÃO I DA ZONA RURAL DE PRODUÇÃO

Art. 137. A Zona Rural de Produção, caracterizada pela grande diversidade de solos, estrutura fundiária e de produção agrícola, fica dividida, conforme Anexo 2, em:

- I - Zona do Bairro Centro Mesquita;
- II - Zona da Fazenda do Estado;
- III - Zona do Distrito de Rosália;
- IV - Zona do Distrito de Dirceu;
- V - Zona do Distrito de Amadeu Amaral;
- VI - Zona do Distrito de Avencas.

Art. 138. A Zona Rural de Produção terá as seguintes diretrizes:

- I - promover o potencial econômico dos recursos naturais a partir dos atributos da região;
- II - priorizar a preservação ambiental, com ênfase nas Áreas de Proteção Permanente, Rios, Córregos, Nascentes e Corpos D'Água;
- III - inibir a implantação de usos urbanos que impliquem em adensamento populacional e construtivo, promovendo, preferencialmente o uso agrícola;
- IV - promover a gestão integrada das divisas com os Municípios vizinhos;
- V - adequar a rede viária rural ao deslocamento seguro da população e produção rural;
- VI - compatibilizar o uso turístico, a preservação ambiental e o uso agrícola;





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- VII - implementar técnicas conservacionistas com manejos sustentáveis;
- VIII - implementar políticas integradas na gestão sustentável dos recursos hídricos, promovendo a preservação do sistema hidrográfico;
- IX - promover programas de geração de trabalho e renda para a população rural.

SUBSEÇÃO II DOS DISTRITOS RURAIS

Art. 139. As sedes dos Distritos Rurais são os aglomerados urbanos situados na Zona Rural de Produção Rural, dotados de alguma infraestrutura em atendimento ao morador rural, e consideradas extensões da malha urbana municipal.

§ 1º. São considerados Distritos Rurais no Município de Marília:

- I - Avencas;
- II - Amadeu Amaral;
- III - Dirceu;
- IV - Rosália.

§ 2º. Os aglomerados rurais de menor porte, que também servem de apoio às atividades rurais são a Fazenda do Estado, Bairro Centro Mesquita, Bairro Florida, Bairro Cereja, Bairro Primavera, Bairro Primeiro Macuco, Bairro Segundo Macuco, Bairro Boa Esperança.

SUBSEÇÃO III DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE AMBIENTAL

Art. 140. As Zonas Especiais de Interesse Ambiental - ZEIAS são porções do Município destinadas a proteger e recuperar os mananciais, nascentes e corpos d'água, áreas que apresentam vegetação significativa e paisagens naturais notáveis, áreas de reflorestamento, parques e fundos de Vales.

§ 1º. São consideradas Zonas Especiais de Interesse Ambiental, na Zona Urbana, a porção de terra que compreende o Parque dos Itambés e, na Zona Rural, a área específica situada na Fazenda do Estado.

§ 2º. Leis específicas para ambas as ZEIAS definirão programas sustentáveis de preservação e de usos, devendo ser elaboradas pelo Poder Executivo no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação desta Lei Complementar.

TÍTULO III DOS PARÂMETROS PARA O USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO

CAPÍTULO I DO ZONEAMENTO URBANO

SEÇÃO I DO USO DO SOLO





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 141. Para efeito desta Lei Complementar, e em atendimento a Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade que regulamenta a política urbana, o uso do solo fica classificado em:

- I - Residencial - aquele destinado à moradia;
- II - Não residencial - aquele destinado ao exercício de atividades comerciais, de prestação de serviços, institucionais e industriais;
- III - Misto - aquele que admite diversidade de uso no mesmo lote ou edificação.

§ 1º. O uso residencial divide-se em:

- I - R1 - residência unifamiliar: caracterizada por uma habitação por lote;
- II - R2 - residência multifamiliar: unidades residenciais agrupadas horizontalmente até 2 (dois) pavimentos (R2R) ou agrupadas verticalmente (R2V);
- III - RS1 - residência unifamiliar de cunho social.(RS2H ou RS2V);
- IV - RS2- residência multifamiliar de cunho social.

§ 2º. O uso não residencial é classificado em:

- I - Compatível: usos e atividades que não interferem nas condições de habitabilidade;
- II - Não compatível: usos e atividades que, de alguma forma, interferem nas condições de habitabilidade.

§ 3º. Todos os usos e atividades poderão ser instalados na Zona Urbana desde que em conformidade das condições definidas nesta Lei Complementar e em função das características da Zona na qual vier a se instalar, atendendo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do município e suas modificações.

Art. 142. Fica a Zona Urbana dividida quanto ao uso e ocupação do solo em:

- I - ZR - Zona Predominantemente Residencial;
- II - ZM - Zona Mista;
- III - ZEC - Zona Especial de Corredor;
- IV - ZEA - Zona Especial do Aeroporto;
- V - ZI - Zona Industrial;
- VI - ZEIS - Zona Especial de Interesse Social;
- VII - ZV - Zona Verde;
- VIII - ZES - UNI - Zona Especial do Campus Universitário.

§ 1º. Considera-se Zona Predominantemente Residencial o conjunto de quadras interno à malha viária definida pelas vias locais.

§ 2º. Considera-se Zona Mista a área urbana de transição onde é permitido o uso diversificado. Com o objetivo de conferir qualidade urbana na ZM, foram definidos os seguintes incentivos urbanísticos a serem definidos na Lei de Zoneamento:

- I - fachada ativa;
- II - fruição pública;



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- III - calçadas largas;
- IV - uso misto;
- V - vias largas;
- VI - em construções mistas acima do CA básico a porcentagem total de área construída das unidades residenciais poderá ser descontada de forma proporcional na outorga onerosa.

§ 3º. Consideram-se Zona Especial de Corredor os lotes com frente para os corredores. Com o objetivo de conferir qualidade urbana aos corredores, foram definidos os seguintes incentivos urbanísticos a serem definidos na Lei de Zoneamento:

- I - fachada ativa;
- II - fruição pública;
- III - calçadas largas;
- IV - uso misto;
- V - vias largas;
- VI - em construções mistas acima do CA básico a porcentagem total de área construída das unidades residenciais poderá ser descontada de forma proporcional na outorga onerosa.

§ 4º. Consideram-se ZEA as áreas das imediações do Aeroporto, que requerem tratamento diferenciado quanto à ocupação, gabaritos, usos e tratamento acústico.

§ 5º. Considera-se ZI a que detém predominância industrial.

§ 6º. Consideram-se ZEIS, conforme Anexo 4, as porções do território da Zona Urbana destinadas à população de baixa renda, classificadas em:

- I - ZEI-1: aquelas já ocupadas por população de baixa renda, abrangendo ocupações espontâneas e irregulares, carentes de infraestrutura urbana e social;
- II - ZEI-2: as áreas compostas por empreendimentos de iniciativa pública ou privada, já consolidados ou em implantação, destinados às habitações de interesse social;
- III - ZEI-3: as áreas livres do território que apresentam potencial para atender a demanda de moradias ou parcelamentos de interesse social;
- IV - ZEI-4: os lotes e áreas livres inseridos num raio de 500,00m (quinhentos metros) a partir dos aglomerados de sub-moradias.

§ 7º. Considera-se Zona Verde a área de largura de 50,00 (cinquenta) metros a jusante da linha de ruptura dos Itambés, sendo delimitada pela ZEIA-PI a montante.

Art. 143. As Zonas Predominantemente Residenciais classificam-se em:

- I - ZR1 - Zona Residencial caracterizada pelo uso predominantemente residencial unifamiliar;
- II - ZR2 - Zona Residencial caracterizada pelo uso predominantemente residencial diversificado;
- III - ZR3 - Zona Residencial caracterizada pelo uso predominantemente residencial diversificado com tolerância.





Art. 144. As Zonas e Usos não residenciais, com tolerância serão divididos em:

- I - Zona Especial de Corredor categoria A (ZEC-A), quando o corredor é uma Via Arterial;
- II - Zona Especial de Corredor categoria C (ZEC-C), quando o corredor é uma Via Coletora;
- III - Zona Especial de Corredor categoria M (ZEC-M), quando o corredor é uma Via Marginal;
- IV - Zona Especial de Corredor categoria F (ZEC-F), quando o corredor é a região do leito ferroviário e adjacências;
- V - Zona Industrial.

SUBSEÇÃO I DOS USOS E ATIVIDADES INCÔMODAS

Art. 145. Os usos não residenciais serão analisados pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano em função de suas potencialidades como geradores de:

- I - incomodidades;
- II - interferência no tráfego;
- III - impacto de vizinhança.

§ 1º. Considera-se incomodidade o estado de desacordo de uso ou atividade que interfiram nas condicionantes locais de habitabilidade e trabalho, gerando reações adversas da vizinhança.

§ 2º. Os eventuais pedidos de construção, instalação e licenças de funcionamento deverão ter os documentos necessários devidamente acompanhados de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, assinado por profissional competente.

§ 3º. Em projetos de natureza específica cujo uso e tipologia diferem muito do usual, criando dificuldade na caracterização das atividades geradoras de incomodidades, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano poderá solicitar parecer em caráter consultivo ao GEA - Grupo Especial de Análise, e demais Autarquias e Secretarias Municipais.

Art. 146. Para fins de localização, os usos e atividades serão classificados conforme os fatores de incomodidade.

Art. 147. Definem-se os fatores de incomodidade conforme geradores de:

- I - poluição sonora;
- II - poluição atmosférica;
- III - poluição hídrica;
- IV - poluição visual;
- V - resíduos sólidos;
- VI - vibrações.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 148. Os usos e atividades serão enquadrados nos níveis de incomodidade conforme:

- I - Não Incômodas (NI): atividades que não causam incômodo ao ambiente urbano, por não se enquadrarem nas situações de incomodidade estabelecidas, nos termos desta Lei Complementar;
- II - Incômodas 1 (R): atividades geradoras de incômodo ao ambiente urbano, porém compatíveis com o uso residencial, devendo ser previstas e implantadas medidas mitigadoras específicas;
- III - Incômodas 2 (NR): atividades geradoras de incômodo ao ambiente urbano incompatíveis com o uso residencial, sendo restritas a determinadas regiões e devendo ser previstas e implantadas medidas mitigadoras específicas.

Art. 149. O licenciamento das atividades classificadas como incômodas estará sujeito ao cumprimento das medidas mitigadoras abaixo, sendo analisado pelos setores competentes da Administração Municipal e, quando couber, a obtenção de aprovação junto aos órgãos estaduais e federais:

- I - adequação dos níveis de ruídos emitidos pela atividade, atendendo ao disposto na legislação vigente;
- II - adequação dos equipamentos que produzam “choque ou vibração”, por meio de fixação em bases próprias e adequadas, evitando-se incômodos à vizinhança e atendendo as normas da ABNT - NBR 10.273/88;
- III - desenvolvimento de métodos para evitar emissão de material particulado e odores;
- IV - cumprimento da legislação ambiental de âmbito federal, estadual e municipal vigentes;
- V - obtenção de autorização por parte de órgão competente;
- VI - implementação do número de vagas com estacionamento, áreas de carga e descarga, áreas de acesso para pedestres devidamente sinalizados através do atendimento das diretrizes fornecidas pelos órgãos públicos competentes e do atendimento do Código de Obras do Município;
- VII - cumprimento de toda legislação urbanística municipal vigente e do Código Sanitário Estadual;
- VIII - execução e implementação de projeto de isolamento acústico do estabelecimento em conformidade com a legislação que regula a poluição sonora, atendendo as normas da ABNT vigentes, em especial as NBR 10.151 e 10.152, ou outra norma que vier a substituí-las;
- IX - destinação adequada para os resíduos sólidos gerados pela atividade, sendo vedado dispô-los a céu aberto ou incinerá-los, observando-se o disposto nas normas técnicas da ABNT, em especial a NBR 10.004, ou outra norma que eventualmente a substitua.

§ 1º. Uma atividade poderá ser enquadrada em mais de um tipo de incomodidade.

§ 2º. Nas edificações existentes, poderão ser instaladas as categorias de atividades Incômodas, desde que sejam adotadas as medidas mitigadoras cabíveis, incluindo-se as adequações da edificação e a compatibilização com o zoneamento.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 3º. O imóvel utilizado para mais de uma atividade deverá atender cumulativamente as exigências mitigadoras para cada uma delas.

Art. 150. As atividades não habitacionais são classificadas em Comércio, Prestação de Serviços, institucionais e industriais e, quando geradoras de incômodo devem atender às medidas mitigadoras apontadas no artigo anterior através de classificação a ser definida na lei de zoneamento.

Art. 151. Quanto à permissibilidade, os usos não habitacionais ficam classificados da forma abaixo, e sua permissibilidade consta na tabela a seguir:

- I - Permitidos: Compreendem as atividades que apresentem clara compatibilidade com as finalidades urbanísticas da zona correspondente, devendo atender às medidas mitigadoras cabíveis;
- II - Permissíveis: Compreendem as atividades cujo grau de adequação à zona dependerá de prévia análise do Estudo de Impacto de Vizinhança e aprovação por parte do órgão competente, devendo atender também às medidas mitigadoras cabíveis;
- III - Proibidos: Compreendem as atividades que, por sua categoria, porte ou natureza, são nocivas, perigosas, incômodas ou incompatíveis com as finalidades urbanísticas da zona correspondente.

Parágrafo único. Os parâmetros para a classificação dos fatores de incomodidade terão amparo na legislação e normatização municipal, estadual e federal.

SUBSEÇÃO II DOS USOS GERADORES DE INTERFERÊNCIA NO TRÁFEGO

Art. 152. São considerados Usos Geradores de Interferência no Tráfego quando identificadas as seguintes atividades:

- I - geradoras de cargas e descargas;
- II - geradoras de embarque e desembarque;
- III - polos Geradores de Tráfego;
- IV - geradoras de aglomeração e concentração de pessoas e veículos.

SUBSEÇÃO III DOS USOS E EMPREENDIMENTOS GERADORES DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 153. Os usos e empreendimentos geradores de impacto de vizinhança são aqueles que implicam em alteração significativa no meio ambiente natural ou construído ou comprometimento da capacidade da infraestrutura disponível.

Art. 154. São considerados como empreendimentos geradores de impacto devendo ser objeto de análise em Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, assinado por profissional competente em função da área construída:





- I - edificações não residenciais com área acima de 2.000,00m² (dois mil metros quadrados);
- II - empreendimentos residenciais com mais de 50 (cinquenta) unidades.

Art. 155. São considerados como empreendimentos de impacto independentemente da área construída, devendo ser objeto de análise em Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, assinado por profissional competente:

- I - centrais de carga;
- II - centrais de abastecimento;
- III - terminais de transportes;
- IV - transportadoras;
- V - garagens;
- VI - estações de tratamento;
- VII - cemitérios;
- VIII - presídios;
- IX - postos de serviço e venda de combustível;
- X - depósitos de materiais inflamáveis, tóxicos e similares;
- XI - supermercados;
- XII - condomínios residenciais e comerciais;
- XIII - edifícios residenciais e comerciais;
- XIV - loteamentos;
- XV - shopping centers;
- XVI - hotéis;
- XVII - templos religiosos;
- XVIII - casas de shows;
- XIX - bares, restaurantes e similares com música ao vivo;
- XX - clubes;
- XXI - escolas;
- XXII - hospitais;
- XXIII - torres de telefonia celular;
- XXIV - estações de Radio Base;
- XXV - indústrias.

SUBSEÇÃO IV DA OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 156. Consideram-se parâmetros disciplinadores e reguladores da ocupação do solo:

- I - taxa de ocupação;
- II - coeficiente de aproveitamento;
- III - recuos.
- IV - gabarito;
- V - taxa de permeabilidade do solo;
- VI - EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança;
- VII - área mínima dos Lotes por zoneamento, permissão ou proibição de desmembramento.



§ 1º. Entende-se como taxa de ocupação o quociente, expresso em porcentagem, entre a área ocupada pela projeção em plano horizontal da edificação e a área do lote, considerando-se todas as partes edificadas de todos os pavimentos, inclusive solos e garagens subterrâneas.

§ 2º. Entende-se por coeficiente de aproveitamento mínimo aquele abaixo do qual o terreno pode ser caracterizado como solo urbano subutilizado, passível de parcelamento ou utilização compulsória.

§ 3º. O Coeficiente de Aproveitamento (CA) é a relação entre a área edificável e a área do terreno, e subdivide-se, em determinadas zonas, em Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) e o Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM), sendo que:

- I - Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) é a relação entre a área edificável básica e a área do terreno;
- II - Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM) é o fator pelo qual a área do lote deve ser multiplicada para se obter a área máxima de edificação permitida neste mesmo lote, mediante a aplicação dos instrumentos da Outorga Onerosa do Direito de Construir ou da Transferência do Direito de Construir.

§ 4º. Entende-se por recuo a medida mínima, em metros, que estabelece a distância de frente, fundos e laterais que a edificação deverá guardar em relação às divisas do lote.

§ 5º. Gabarito de altura de uma edificação é a distância entre o piso do pavimento térreo e o ponto mais alto da cobertura e seus acessórios, sendo as cotas de altura máximas definidas pelo Município em lei específica.

§ 6º. Entende-se por taxa de permeabilidade do solo aquela dada pela relação percentual da área do terreno descoberta, não ocupada por edificação ou qualquer tipo de pavimentação impermeável, e a área total do lote.

Art. 157. Lei específica disporá sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo, a qual deverá ser revisada e editada no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação desta Lei Complementar.

SEÇÃO II DO PARCELAMENTO DO SOLO NA ZONA URBANA E NA ZONA DE EXPANSÃO URBANA CONTINUADA

Art. 158. O parcelamento do solo poderá ocorrer por meio de loteamento, desmembramento, desdobro ou unificação, sendo que:

- I - Loteamento: é a divisão da gleba ou lote já urbanizado em lotes destinados a edificação com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação de vias existentes;
- II - Desmembramento: é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação com aproveitamento do sistema viário e da infraestrutura existente, desde que não



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;

III - Desdobro: divisão do lote em dois ou mais;

IV - Unificação: junção de lotes;

V - Gleba: é a porção de terra que não tenha sido submetida a parcelamento para fins urbanos sob a égide da Lei Federal nº 6.766/1979.

VI - Lote: terreno servido de infraestrutura básica nos termos da Lei Federal nº 6.766/1979, cujas dimensões atendem aos parâmetros urbanísticos definidos pelas leis municipais.

§ 1º. Poderá ser utilizada mais de uma modalidade de parcelamento, simultânea ou consecutivamente, no mesmo imóvel ou parte dele, desde que atendidos os requisitos legais e atendida a legislação estadual e federal vigentes.

§ 2º. Em qualquer das modalidades de parcelamento o projeto de implantação poderá prever a construção concomitante das unidades habitacionais, figura essa que se denominará Plano Integrado.

§ 3º. O condomínio urbanístico não constitui forma de parcelamento do solo e poderá ser implantado em lote urbano devidamente dotado de infraestrutura básica, originado de procedimento prévio de parcelamento do solo, devendo atender à legislação municipal específica.

Art. 159. Na expedição das diretrizes, o órgão licenciador definirá a localização para a implantação das áreas públicas, ou seja, espaços livres de uso público, área institucional e sistema viário, áreas de proteção permanente e áreas verdes tomando a cautela de garantir que as novas vias se articulem com o sistema viário adjacente.

Art. 160. Os terrenos com área igual ou inferior a 50.000,00m² (cinquenta mil metros quadrados), os quais poderão receber qualquer tipo de empreendimento, respeitadas as exigências legais quanto aos parâmetros de uso e ocupação do solo, impacto de vizinhança e coeficiente de aproveitamento mínimo estabelecido para a zona, serão considerados parcelamentos de pequeno porte, ficando dispensados da reserva de áreas de uso público, institucional e patrimonial, mantendo-se as exigências quanto aos sistemas de lazer (10%) e viário, observadas as áreas mínimas previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo e na legislação federal e estadual vigentes.

Parágrafo único. Nos desdobros e desmembramentos é dispensada a reserva de áreas de uso público.

Art. 161. Nas glebas com área superior a 50.000,00m² (vinte mil metros quadrados) serão destinados à Municipalidade: 3% (três por cento) do terreno como área institucional, 2% (dois por cento) como área patrimonial e 10% (dez por cento) como espaço livre de uso público, independentemente da porcentagem destinada ao sistema viário.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano a definição quanto à localização das áreas tratadas no *caput* deste artigo.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 162. Do total da área a ser urbanizada, além daquela destinada ao sistema viário, deve-se destinar, enquanto doação de áreas públicas, o mínimo de:

- I - 10% (dez por cento) para o Sistema de Lazer;
- II - 3% (três por cento) para Área Institucional;
- III - 2% (dois por cento) para Área Patrimonial.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

- I - Sistema de Lazer: área destinada ao sistema de áreas livres públicas, visando à implantação de praças, parques, áreas com equipamentos de lazer, culturais ou esportivos, como playgrounds, quadras, campos de jogos, dentre outras;
- II - Área Institucional: área pública destinada à implantação de edificações e/ou equipamentos públicos ou de uso comunitário;
- III - Área Patrimonial: área pública destinada à implantação de edificações, sistema viário e/ou equipamentos públicos ou de uso comunitário, podendo ser doada para projetos de interesse público, permutada ou vendida conforme critério e conveniência do Poder Público.

§ 2º. Não serão consideradas, para fins de cálculo das áreas públicas institucionais e patrimoniais a serem reservadas em parcelamentos de solo, eventuais Áreas de Proteção Permanente nos termos da lei federal, áreas inservíveis ou degradadas.

§ 3º. As áreas de Sistema Viário interno ao parcelamento, uso Institucional e Sistema de Lazer deverão ter declividades máximas de 12% (doze por cento), 12% (doze por cento) e 20% (vinte por cento), respectivamente.

§ 4º. As áreas Institucionais não poderão possuir maciços arbóreos, árvores imunes ao corte e fragmentos de cerrado ou outra vegetação nativa, podendo estas ser utilizadas como Sistema de Lazer.

§ 5º. O Sistema Viário dos loteamentos deverá possuir conectividade com as vias públicas dos loteamentos lindeiros existentes, bem como respeitar a hierarquia viária lindeira.

§ 6º. As diretrizes indicadas neste artigo deverão ser ajustadas de tal forma que o limite total de áreas públicas somadas não ultrapasse o percentual de 55% (cinquenta e cinco por cento) do total da área a ser urbanizada.

Art. 163. Os percentuais mínimos exigidos para compor o sistema de áreas públicas poderão ser parcialmente transferidos, de acordo com as características do local ou do empreendimento e a critério do órgão público competente de análise, mediante a apresentação de laudo técnico que justifique a compensação, sendo efetuada através das seguintes formas de compensação:

- I - compensação com a implantação de equipamentos públicos destinados ao esporte, cultura, lazer, convivência comunitária ou outras finalidades institucionais, projeto urbanístico, edifício e paisagístico que garantam o atendimento à demanda, à





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

adequação e à finalidade do parcelamento, com prazo de execução especificado em conjunto com cronograma de implantação do empreendimento;

- II - compensação que implique na doação ao Município de áreas públicas em regiões que apresentem déficits de atendimento à demanda existente, quando o Poder Executivo Municipal, a seu critério, determinar a transferência da destinação de áreas públicas nos casos de empreendimentos implantados em regiões cujos padrões de atendimento dos equipamentos públicos comunitários sejam considerados satisfatórios;
- III - compensação em recursos financeiros destinados ao Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Art. 164. A maior dimensão das quadras dos loteamentos será de 300 m (trezentos metros).

Art. 165. Nos parcelamentos destinados a abrigar empreendimentos em condomínio, deverão ser observados os seguintes parâmetros:

- I - as áreas públicas deverão ser localizadas integralmente fora dos limites dos muros do condomínio;
- II - as quadras que contêm os condomínios fechados não poderão exceder a 200,00m (duzentos metros) em sua maior dimensão.
- III - O condomínio poderá ser do tipo urbanístico, de lazer, horizontal, vertical ou misto, e se dar em regime de propriedade compartilhada, por instituição de condomínio em multipropriedade, a ser regulamentada em lei específica, com as devidas adequações do Código Tributário do Município.

Art. 166. Os parcelamentos destinados a chácaras de recreio só serão permitidos na zona de expansão urbana e deverão atender às seguintes diretrizes:

- I - serem atendidos por vias oficiais;
- II - apresentar lotes com área igual ou superior a 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), não sendo permitida a subdivisão e desmembramento dos lotes, bem como destinação diversa da finalidade quando da aprovação;
- III - as vias de caráter essencialmente local poderão ser dispensadas de pavimentação asfáltica, desde que seja implantado projeto de piso ecológico com tratamento da pista de rolamento e calçadas que garantam condições satisfatórias de mobilidade e segurança aos veículos e pedestres, e que a drenagem previna o desenvolvimento dos processos erosivos e de assoreamentos e em conformidade com o estabelecido na Certidão de Diretrizes;
- IV - todas as restrições e exigências previstas para as demais modalidades de parcelamento do solo deverão ser consideradas quanto ao parcelamento para chácaras e sítios de recreio.

Parágrafo único. Fica proibido o desdobro e desmembramento de lotes de chácaras e sítios de recreio após a promulgação desta Lei Complementar.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 167. Não poderão ser computadas no percentual mínimo exigido para sistema de lazer:

- I - as faixas não edificáveis ao longo de dutos, rodovias, ferrovias e linhas de transmissão;
- II - as áreas de taludes resultantes de cortes e aterros;
- III - as áreas com declividade superior a 25% (vinte e cinco por cento);
- IV - rotatórias e canteiros centrais.

Parágrafo único. As áreas de preservação ambiental poderão ser computadas para o percentual exigido de sistema de lazer, observadas as vedações dispostas em normas e legislação vigentes.

Art. 168. Lei específica disporá sobre o Parcelamento do Solo Urbano, a qual deverá ser editada no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação desta Lei Complementar, devendo unificar as leis de parcelamento existentes.

Parágrafo único. Até a promulgação da Lei a que se refere o *caput*, deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar nº 54, de 28 de dezembro de 1992, com a alteração introduzida pela presente Lei Complementar e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 6766, de 19 de dezembro de 1979 (Parcelamento do Solo Urbano).

TÍTULO IV DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA

Art. 169. Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano, serão adotados, dentre outros, os seguintes instrumentos da política urbana:

- I - Instrumentos de planejamento:
 - a) Plano Plurianual;
 - b) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 - c) Lei Orçamentária Anual;
 - d) Lei de Uso e Ocupação do Solo da Zona Urbana;
 - e) Lei de Criação do Parque dos Itambés;
 - f) Plano Diretor de Mobilidade Urbana;
 - g) Plano Diretor Rural;
 - h) Plano Diretor de Arborização Urbana;
 - i) Planos de Desenvolvimento Econômico e Social;
 - j) Planos, Programas e Projetos Setoriais;
 - k) Programas e Projetos Especiais de Urbanização.
- II - Instrumentos jurídicos e urbanísticos:
 - a) Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios;
 - b) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo (IPTU);
 - c) Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
 - d) Zonas Especiais de Interesse Social;
 - e) Outorgas Onerosas;





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- f) Transferência do Direito de Construir;
 - g) Operações Urbanas Consorciadas;
 - h) Consórcio Imobiliário;
 - i) Direito de Preferência;
 - j) Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança;
 - k) Licenciamento Ambiental;
 - l) Tombamento;
 - m) Desapropriação;
 - n) Compensação Ambiental.
- III - Instrumentos de regularização fundiária:
- a) Concessão de Direito Real de Uso;
 - b) Concessão de Uso Especial para fins de Moradia;
 - c) Usucapião;
 - d) Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos menos favorecidos, especialmente na propositura de ações de usucapião e reintegração de posse;
 - e) Lei de regularização fundiária.
- IV - Instrumentos tributários e financeiros:
- a) Tributos municipais diversos;
 - b) Código Tributário;
 - c) Tarifas públicas específicas;
 - d) Incentivos e benefícios fiscais;
 - e) Planta genérica de valores e valor venal;
 - f) Contribuição de Melhoria.
- V - Instrumentos jurídico-administrativos:
- a) Servidão administrativa e limitações administrativas;
 - b) Concessão, Permissão ou Autorização de uso de bens públicos municipais;
 - c) Contratos de concessão de serviços públicos urbanos;
 - d) Contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;
 - e) Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
 - f) Termo administrativo de ajustamento de conduta;
 - g) Dação em pagamento de tributos e dívidas fiscais.
- VI - Instrumentos de democratização da gestão urbana:
- a) Conselhos Municipais;
 - b) Fundos Municipais;
 - c) Gestão orçamentária participativa;
 - d) Audiências e consultas públicas;
 - e) Conferências Municipais;
 - f) Iniciativa popular de projetos de lei;
 - g) Referendo popular e plebiscito;
 - h) Sistema de Gestão.





CAPÍTULO I DA UTILIZAÇÃO, DA EDIFICAÇÃO E DO PARCELAMENTO COMPULSÓRIOS

Art. 170. A Prefeitura Municipal de Marília determinará o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória de imóveis situados na Zona Urbana e Zona de Expansão Urbana Continuada que não atendam sua função social, por serem considerados não utilizados, subutilizados, não edificados ou não parcelados.

Art. 171. Lei de Parcelamento do Solo determinará o perímetro das áreas, de acordo com as seguintes condições:

- I - serão passíveis de utilização compulsória os imóveis desocupados há mais de 24 (vinte e quatro) meses ou que tenham área edificada menor do que 10% (dez por cento) nos terrenos com dimensão igual ou superior a 1.000,00m² (mil metros quadrados), desde que não seja o único imóvel do proprietário e que a área livre não possua espécies vegetais significativas pelo porte ou espécie;
- II - serão passíveis de edificação compulsória os lotes vagos com área igual ou superior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados) incluindo áreas contíguas pertencentes ao mesmo titular do imóvel, ainda que tenham inscrições municipais distintas, desde que não seja o único bem imóvel do proprietário e que a área não possua espécies vegetais significativas pelo porte ou espécie;
- III - serão passíveis de parcelamento compulsório as glebas desocupadas com área igual ou superior a 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados);
- IV - a edificação desocupada há mais de 2 (dois) anos, independentemente da área construída.

§ 1º. A avaliação da relevância da cobertura vegetal do imóvel deverá ser feita por meio de certidão, emitida pelo órgão municipal competente, após verificação que comprove a idade botânica, a quantidade das espécies e o grau de comprometimento das espécies vegetais com a edificação no lote.

§ 2º. A lei específica também definirá a forma de utilização, de edificação e de parcelamento compulsórios dos imóveis mencionados no *caput* deste artigo, bem como fixará as condições e os prazos para a implementação da referida obrigação e estabelecerá a forma de participação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e do Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana nas diversas etapas de aplicação desse instrumento urbanístico.

Art. 172. Para a aplicação do disposto no artigo anterior, o Poder Público Municipal expedirá notificação, acompanhada de laudo técnico, que ateste a situação do imóvel de subutilizado, não utilizado, não edificado ou não parcelado, e determinará prazo para utilização do imóvel.

§ 1º. A notificação de que trata o *caput* deverá ser averbada no Cartório de Registro de Imóveis e far-se-á da seguinte forma:



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- I - por servidor municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso deste ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;
- II - por edital, quando frustrada, por 3 (três) vezes, a tentativa de notificação na forma prevista no inciso I.

§ 2º. Os prazos a que se refere o *caput* não poderão ser inferiores a:

- I - 6 (seis) meses, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto no órgão municipal competente;
- II - 6 (seis) meses, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento, após o que deverá ser arquivado.

§ 3º. Caso o proprietário alegue como impossibilidade jurídica a inviabilidade de ocupação do imóvel não utilizado em razão de normas edilícias, o Executivo poderá conceder prazo de 1 (um) ano, a partir da notificação, exclusivamente para promover a regularização da edificação se possível, nos termos da legislação vigente, ou a sua demolição, fluindo a partir de então prazo igual para apresentação de projeto de nova edificação ou documentação relativa à regularização do imóvel.

§ 4º. Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de um ano a partir do recebimento da notificação, protocolar pedido de aprovação e execução de parcelamento ou edificação.

§ 5º. Somente será admitida uma única reapresentação de pedido de aprovação de projeto para o mesmo lote.

§ 6º. Os parcelamentos e edificações compulsórios deverão ser iniciados e concluídos no prazo máximo de dois anos, contado da primeira aprovação do projeto.

§ 7º. A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere ao novo adquirente as obrigações do parcelamento, edificação ou utilização previstas neste artigo, sem interrupção de quaisquer prazos.

Art. 173. Ficam excluídos da obrigação estabelecida no *caput* deste artigo, após comprovação técnica pelo órgão municipal competente e aprovação pelo Conselho Municipal de Política Urbana e Habitação os imóveis que:

- I - abriguem atividades que não necessitem de edificação para suas finalidades, com exceção de estacionamentos;
- II - integrem o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, devidamente classificadas ou cumpram função ambiental relevante;
- III - forem classificados como de interesse Cultural, tombados, ou que tenham processo de tombamento aberto pelo órgão competente de qualquer ente federativo, ou ainda cujo potencial construtivo tenha sido transferido;
- IV - estejam nestas condições devido a impossibilidades jurídicas momentaneamente insanáveis pela simples conduta do proprietário, e apenas enquanto estas perdurarem;
- V - exercendo função ambiental essencial;



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- VI - considerados de interesse socioambiental;
- VII - ocupados por clubes sociais ou de lazer ou associações de classe;
- VIII - com produção agrícola familiar sem o uso de agroquímicos, cujo proprietário reside no local e não possui outra propriedade na área urbana do Município.

Art. 174. São considerados imóveis não utilizados aqueles com coeficiente de aproveitamento utilizado igual ou inferior ao coeficiente de aproveitamento mínimo, e que tenham, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de sua área construída desocupada por mais de 1 (um) ano ininterrupto.

§ 1º. Quando se tratar de edificação constituída por unidades autônomas para fins residenciais ou não residenciais, a não utilização será aferida pela desocupação de pelo menos 60% (sessenta por cento) dentre elas, também pelo prazo de 1 (um) ano.

§ 2º. A desocupação dos imóveis poderá ser comprovada, por meio de consulta às concessionárias, pela não utilização ou pela interrupção do fornecimento de serviços essenciais como água, luz e gás.

§ 3º. A classificação do imóvel como não utilizado poderá ser suspensa devido a impossibilidades jurídicas momentaneamente insanáveis pela simples conduta do proprietário, e apenas enquanto estas perdurarem, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 175. Os empreendimentos de grande porte localizados em terrenos objeto da notificação poderão ser, excepcionalmente, executados em etapas, em prazo superior ao previsto na lei específica, desde que o projeto seja aprovado na íntegra, juntamente com o cronograma de execução de todas as etapas.

Parágrafo único. A paralisação das obras ou o não atendimento do cronograma de obras previsto no *caput*, sem justificativa aceita pelo Poder Público Municipal, implicará na imediata caracterização do imóvel como não edificado, subutilizado, não utilizado ou não parcelado, sujeitando a propriedade à imediata incidência do IPTU progressivo, além de outras cominações legais aplicáveis ao caso.

Art. 176. Poderão ser aceitas como formas de aproveitamento de imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados a construção de equipamentos comunitários ou espaços livres arborizados, desde que seja assegurado o uso público e garantida a melhoria da qualidade ambiental, conforme diretrizes fornecidas pela Administração Municipal.

Art. 177. A lei específica que tratar do instrumento de utilização, de edificação e de parcelamento compulsórios deverá estabelecer a forma de participação Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e do Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana nas diversas etapas de aplicação desse instrumento.

CAPÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA PROGRESSIVO NO TEMPO - IPTU PROGRESSIVO





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 178. O Poder Executivo procederá à aplicação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos, nos casos de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma dos artigos 5º, 79 e seguintes da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

§ 1º. O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado em lei específica e não excederá a 2 (duas) vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de 15% (quinze por cento).

§ 2º. Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em 5 (cinco) anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.

§ 3º. É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

§ 4º. A retomada da iniciativa de aproveitamento da área, mediante novo cronograma em relação aos prazos, manterá congelada a última alíquota progressiva aplicada ao Imposto Predial e Territorial Urbano, até o término das obras.

§ 5º. Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa de proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 6º. Serão suspensas quaisquer isenções do IPTU incidentes em um dado imóvel quando o proprietário for notificado para o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.

§ 7º. Em casos de parcelamento do solo ou implantação de condomínio, o IPTU será cobrado tendo como base de cálculo a área de terra nua durante a fase de obras a partir da emissão do respectivo alvará, sendo que o IPTU sobre os lotes individualizados ou unidades habitacionais somente será lançado após a finalização das obras do empreendimento, com a expedição do respectivo TVO ou Habite-se, a partir do qual será computado o prazo para aplicação do instrumento do IPTU progressivo no tempo.

SEÇÃO ÚNICA DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS

Art. 179. Decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 1º. Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até 10 (dez) anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais anuais.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º. Findo o prazo do artigo anterior, a Prefeitura deverá publicar o respectivo decreto de desapropriação do imóvel em até 1 (um) ano, salvo em caso de ausência de interesse público na aquisição, que deverá ser devidamente justificada.

§ 3º. O valor real da indenização:

- I - refletirá o valor real de mercado, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo está localizado, após a notificação de que trata esta Lei Complementar;
- II - não comportará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 4º. Os títulos de que trata este artigo poderão ser utilizados para pagamento de tributos municipais.

§ 5º. Adjudicada a propriedade do imóvel à Prefeitura, esta deverá determinar a destinação urbanística do bem, vinculada à implantação de ações estratégicas do Plano Diretor, ou iniciar o procedimento para sua alienação ou concessão, nos termos do art. 8º do Estatuto da Cidade.

§ 6º. O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel ou dará início ao procedimento licitatório de alienação ou concessão a terceiros no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados da sua incorporação ao patrimônio público.

§ 7º. Ficam mantidas para o adquirente ou concessionário do imóvel as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas nesta Lei Complementar.

§ 8º. Nos casos de alienação do imóvel previstas nos §§ 5º e 6º deste artigo, os recursos auferidos deverão ser destinados ao Fundo Municipal de Habitação.

§ 9º. O aproveitamento do imóvel deverá ser efetivado diretamente pelo Poder Público.

CAPÍTULO III DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 180. O Município poderá, através de leis específicas, delimitar áreas em qualquer local do território municipal, nas quais a Prefeitura Municipal de Marília terá a preferência para aquisição nos casos de alienação onerosa entre particulares, por um prazo de até 2 (dois) anos, renovável a partir de 1 (um) ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

Parágrafo único. O direito de preferência poderá ser exercido para fins de regularização fundiária, execução de programas habitacionais de interesse social, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, criação de espaços públicos de recreação e lazer, bem como criação de unidades de conservação ambiental e proteção a áreas de interesse cultural ou paisagístico, devendo o motivo ser especificado na lei que definir os perímetros nos quais o direito de preferência será exercido.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 181. Serão definidos em lei os imóveis ou áreas que estarão sujeitos à incidência do direito de preempção.

Parágrafo único. A Prefeitura terá preferência de aquisição dos imóveis sujeitos ao direito de preempção pelo prazo de cinco anos.

Art. 182. A Prefeitura dará publicidade à incidência do direito de preempção e instituirá controles administrativos para possibilitar a eficácia do instrumento, podendo utilizar, dentre outros meios, o controle por meio de sistemas informatizados, averbação da incidência do direito de preempção na matrícula dos imóveis atingidos e declaração nos documentos de cobrança do IPTU.

§ 1º. No caso de existência de terceiros interessados na compra do imóvel, o proprietário deverá comunicar sua intenção de alienar onerosamente o imóvel ao órgão competente da Prefeitura em até 30 (trinta) dias, contados da celebração do contrato preliminar entre o proprietário e o terceiro interessado.

§ 2º. A declaração de intenção de venda do imóvel deve ser apresentada com os seguintes documentos:

- I - proposta de compra apresentada pelo terceiro interessado na aquisição do imóvel, na qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade;
- II - endereço do proprietário, para recebimento de notificação e de outras comunicações;
- III - certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente;
- IV - declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou pessoal reipersecutória.

Art. 183. Recebida a declaração de intenção de venda a que se refere o § 2º do artigo anterior, a Prefeitura deverá manifestar, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, o interesse em exercer a preferência para aquisição do imóvel.

§ 1º. A manifestação de interesse da Prefeitura na aquisição do imóvel conterà a destinação futura do bem a ser adquirido, vinculada ao cumprimento dos objetivos e ações prioritárias deste Plano Diretor.

§ 2º. A Prefeitura fará publicar, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da declaração de intenção de venda recebida e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

§ 3º. Findo o prazo de 30 (trinta) dias para manifestação da Prefeitura, é facultado ao proprietário alienar onerosamente o seu imóvel ao proponente interessado nas condições da proposta apresentada sem prejuízo do direito de a Prefeitura exercer a preferência em face de outras propostas de aquisições onerosas futuras dentro do prazo legal de vigência do direito de preempção.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 4º. Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a entregar ao órgão competente da Prefeitura cópia do instrumento particular ou público de alienação do imóvel dentro do prazo de 30 (trinta) dias após sua assinatura, sob pena de pagamento de multa diária em valor equivalente a 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) do valor total da alienação.

Art. 184. Concretizada a venda do imóvel a terceiro com descumprimento ao direito de preempção, a Prefeitura promoverá as medidas judiciais cabíveis para:

- I - anular a comercialização do imóvel efetuada em condições diversas da proposta de compra apresentada pelo terceiro interessado;
- II - imitir-se na posse do imóvel sujeito ao direito de preempção que tenha sido alienado a terceiros apesar da manifestação de interesse da Prefeitura em exercer o direito de preferência.

§ 1º. Em caso de anulação da venda do imóvel efetuada pelo proprietário, a Prefeitura poderá adquiri-lo pelo valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

§ 2º. Outras sanções pelo descumprimento das normas relativas ao direito de preempção poderão ser estabelecidas em lei.

CAPÍTULO IV DAS OUTORGAS ONEROSAS

SEÇÃO I DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 185. O Poder Executivo aplicará a Outorga Onerosa do Direito de Construir na área da Zona Urbana, delimitada na Lei de Zoneamento e Uso do Solo, autorizando os proprietários de imóveis urbanos a construir acima dos coeficientes máximos estabelecidos para as respectivas Zonas.

Parágrafo único. Mediante a Outorga Onerosa do Direito de Construir, o Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) poderá ser alterado até o limite fixado no Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM).

Art. 186. Lei específica disporá sobre os valores aplicados no mecanismo de Outorga Onerosa do Direito de Construir, a qual deverá ser editada no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação desta Lei Complementar, determinando:

- I - A fórmula de cálculo para a cobrança;
- II - Os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;
- III - A contrapartida do beneficiário.

§ 1º. Os recursos auferidos com a Outorga Onerosa do Direito de Construir serão destinados ao Fundo Municipal de Habitação e Política Urbana, fiscalizados pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, que serão aplicados com as finalidades



previstas nos incisos de I a VIII, do artigo 26, da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

§ 2º. São passíveis de isenção de pagamento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, os Empreendimentos de Habitação de Interesse Social - EHIS, implantados em parceria com o Poder Público Municipal, a partir dos recursos do Fundo de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

§ 3º. O valor da contrapartida, as condições e o cronograma de desembolso para pagamentos relativos à Outorga Onerosa do Direito de Construir serão estabelecidos por meio de instrumento próprio, que fará parte integrante do “Habite-se”.

§ 4º. A Outorga Onerosa do Direito de Construir somente será concedida uma vez para cada empreendimento ou edificação.

Art. 187. As obras, serviços ou quaisquer outros benefícios resultantes da contrapartida proveniente da Outorga Onerosa do Direito de Construir deverão ocorrer de forma concomitante à implantação do respectivo empreendimento.

SEÇÃO II DA OUTORGA ONEROSA DE ALTERAÇÃO DE USO DO SOLO

Art. 188. O Poder Executivo aplicará a Outorga Onerosa de Alteração do Uso do Solo mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, em conformidade com o artigo 29 da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

Art. 189. O valor da Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo será correspondente a 10% (dez por cento) do valor de mercado do imóvel sobre o qual incidirá o parcelamento.

Parágrafo único. O valor de mercado referido no *caput* deste artigo, será apurado pela Prefeitura Municipal de Marília, com base na matrícula do imóvel.

Art. 190. As condições a serem observadas na aplicação da Outorga Onerosa de Alteração de Uso de Solo deverão ser estabelecidas em conformidade com Lei específica que disporá sobre o Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo, a qual deverá ser editada no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação desta Lei Complementar, e que determinará:

- I - Os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga.
- II - A contrapartida do beneficiário, nos casos de pagamento em forma de serviços, obras ou terrenos.
- III - A forma de cálculo e cobrança dos valores.

Parágrafo único. Os recursos auferidos com a Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo serão destinados ao Fundo Municipal de Habitação e Política Urbana, fiscalizados pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano; que serão aplicados com



as finalidades previstas nos incisos de I a VIII, do artigo 26, da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

Art. 191. As obras, os serviços, a aquisição de áreas para constituição de AEIS - Área Especial de Interesse Social ou quaisquer outros benefícios resultantes da contrapartida proveniente da Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo deverão ocorrer anteriormente à implantação do respectivo empreendimento.

SEÇÃO III DA OUTORGA ONEROSA DE ALTERAÇÃO DE TAXA DE OCUPAÇÃO E RECUOS

Art. 192. O Poder Executivo aplicará a Outorga Onerosa de Alteração da Taxa de Ocupação e Recuos, em toda Zona Urbana, para os imóveis que apresentarem taxas maiores de ocupação, permeabilidade ou ocupação de recuos obrigatórios de frente para vias públicas.

Art. 193. As condições a serem observadas na aplicação da Outorga Onerosa de Alteração de Taxa de Ocupação e Recuos deverão ser estabelecidas através de lei específica, em conformidade com esta Lei Complementar.

CAPÍTULO V DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA (PIU)

Art. 194. Os Projetos de Intervenção Urbana objetivam subsidiar e apresentar as propostas de transformações urbanísticas, econômicas e ambientais nos perímetros onde forem aplicados os instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana, como as operações urbanas, as áreas de intervenção urbana, áreas de estruturação local e concessão urbanística.

§ 1º. O Projeto de Intervenção Urbana deverá indicar os objetivos prioritários da intervenção, as propostas relativas a aspectos urbanísticos, ambientais, sociais, econômico-financeiros e de gestão democrática, podendo ser contratados pela Prefeitura Municipal e integrados na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano dentre as quais:

- I - estudo do perímetro para a realização do Projeto de Intervenção Urbana, o qual deve gerar diretrizes integradas;
- II - indicações, por meio de mapas, desenhos ou outras formas de representação visual, das intervenções propostas;
- III - indicações, por meio de quadros, mapas, desenhos ou outras formas de representação visual, dos parâmetros de controle do uso, ocupação e parcelamento do solo propostos, quando aplicável, para o perímetro do Projeto de Intervenção Urbana;
- IV - intervenções para melhorar as condições urbanas, ambientais, morfológicas, paisagísticas, físicas e funcionais dos espaços públicos;
- V - atendimento das necessidades habitacionais e sociais da população de baixa renda residente na área, afetada ou não pelas intervenções mencionadas no inciso





- anterior, com prioridade para o atendimento das famílias moradoras de favelas e cortiços que possam ser realocadas;
- VI - instalação de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas a serem ofertadas a partir das demandas existentes, do incremento de novas densidades habitacionais e construtivas e da transformação nos padrões de uso e ocupação do solo;
 - VII - soluções para as áreas de risco e com solos contaminados;
 - VIII - estudo sobre a viabilidade econômica das intervenções propostas na modelagem urbanística com estimativas de custo, previsão das dificuldades de execução e avaliação dos impactos positivos e negativos decorrentes das intervenções propostas sobre a economia local;
 - IX - estratégias de financiamento das intervenções previstas na modelagem urbanística, com identificação de fontes de recursos passíveis de serem utilizadas e proposta, se for o caso, de parcerias com outras esferas do setor público e com o setor privado para a implantação das intervenções previstas;
 - X - priorização do atendimento das necessidades sociais, da realização das intervenções urbanas e da realização dos investimentos previstos;
 - XI - etapas e fases de implementação da intervenção urbana.

§ 2º. Os instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana poderão estabelecer requisitos adicionais para os Projetos de Intervenção Urbana, a depender das características e escala de cada intervenção proposta.

Art. 195. Os Projetos de Intervenção Urbana, deverão se ater prioritariamente ao estabelecido como ZEC F, de acordo com os trechos e perímetros a serem definidos na Lei de Zoneamento Municipal.

Parágrafo único. Os processos para elaboração do PIU realizado na ZEC F deve seguir o seguinte ordenamento.

- I - estudo do perímetro completo da ZEC F, o qual deve gerar diretrizes para serem realizadas em todos os Trechos a serem detalhados, levando em consideração a Ferrovia e soluções para sua Transposição, assim como o Parque Linear que deve contemplar toda sua extensão;
- II - estudo do perímetro de cada trecho da ZEC F, desenvolvendo diretrizes e propostas integradas com os demais e com a malha urbana de modo a solucionar os problemas pontuados no Zoneamento de cada Trecho.

CAPÍTULO VI DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 196. Considera-se Operação Urbana Consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar, em uma área específica, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo único. Poderão ser previstas nas Operações Urbanas Consorciadas, ouvidos devidamente a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e o Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana, dentre outras medidas:

- I - a modificação de coeficientes e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental e de vizinhança delas decorrente;
- II - a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

Art. 197. A proposta de Operação Urbana Consorciada após manifestação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano deverá ser submetida a parecer do Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana, para posterior envio à Câmara Municipal.

Art. 198. Fica autorizada constituição de Operações Urbanas Consorciadas, mediante aprovação de lei específica, na ZEC F.

Art. 199. Na lei que aprovar a Operação Urbana Consorciada deverá constar o plano de trabalho com o seguinte conteúdo mínimo:

- I - definição da área a ser atingida;
- II - plano básico de ocupação da área;
- III - programa de atendimento econômico e social para a população de baixa renda diretamente afetada pela operação;
- IV - finalidades da operação;
- V - estudo prévio de Impacto de Vizinhança - EIV e, quando for o caso, apresentação do Relatório de Impacto de Trânsito - RIT, devidamente apresentados e assinados por profissionais das áreas competentes;
- VI - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos;
- VII - forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação na sociedade civil.

§ 1º. O Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana acompanhará a implementação das Operações Urbanas Consorciadas e apreciará os relatórios acerca da aplicação dos recursos e da implementação de melhorias urbanas.

§ 2º. A partir da publicação da lei prevista no *caput*, perderão a eficácia as licenças e autorizações a cargo da Prefeitura Municipal de Marília, expedidas em desacordo com o Plano da Operação Urbana Consorciada.

Art. 200. A lei específica que aprovar a Operação Urbana Consorciada poderá prever a emissão, pelo Município, de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação, depois de devidamente regularizada.





§ 1º. Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação, depois de devidamente regularizada.

§ 2º. Apresentado pedido de licença para construir, o certificado de potencial adicional será utilizado no pagamento da área de construção que supere os padrões estabelecidos pela legislação de uso e ocupação do solo, até o limite fixado pela lei específica que aprovar a Operação Urbana Consorciada.

CAPÍTULO VII DA CONCESSÃO URBANÍSTICA

Art. 201. Com base em autorização legislativa específica, poderá ser realizada concessão para implantar Projeto de Intervenção Urbana elaborado pelo Poder Público, consideradas as diretrizes do Plano Diretor Estratégico.

§ 1º. A implantação poderá ser delegada à empresa estatal municipal ou, mediante licitação, a empresa ou a conjunto de empresas em consórcio.

§ 2º. O Projeto de Intervenção Urbana a que faz referência o *caput* deverá ser elaborado pelo Executivo previamente à solicitação de autorização à Câmara Municipal.

§ 3º. A concessionária poderá obter sua remuneração mediante exploração:

- I - dos terrenos;
- II - do potencial construtivo a ser utilizado na implantação do Projeto de Intervenção Urbana;
- III - das edificações destinadas a usos privados que resultarem da obra realizada;
- IV - da renda derivada da exploração de espaços públicos;
- V - das receitas acessórias, nos termos que forem fixados no respectivo edital de licitação e contrato de concessão urbanística.

§ 4º. A intervenção nos imóveis particulares para a implantação do Projeto de Intervenção Urbana, elaborado pelo Executivo dependerá de prévia negociação com os proprietários dos imóveis diretamente atingidos que, desde que compatível com a intervenção planejada, poderão ser convidados a realizar, por conta própria, nos termos e condições determinadas pela delegação realizada pelo Poder Público ou do competente edital de licitação, a intervenção proposta.

§ 5º. A concessão urbanística fica sujeita ao regime jurídico federal das concessões comuns e das parcerias público-privadas, com as complementações constantes da legislação específica estadual e municipal.

§ 6º. Deverá ser constituído Conselho Gestor próprio, paritário, com representantes do Poder Público e da sociedade civil para controle social e acompanhamento contínuo de cada concessão urbanística.



CAPÍTULO VIII DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 202. Lei específica disporá sobre autorização ao proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito básico de construir previsto nesta Lei Complementar ou em legislação urbanística dela decorrente, a qual deverá ser editada no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação desta, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

- I - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- II - preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;
- III - servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;
- IV - a execução de melhoramentos viários para a implantação de corredores de ônibus;
- V - a implantação de parques planejados;
- VI - programas de provisão de Habitação de Interesse Social.

§ 1º. A lei mencionada no *caput* estabelecerá as condições relativas à aplicação da Transferência do Direito de Construir, definindo:

- I - as áreas da cidade aptas a oferecer e a receber o potencial construtivo a ser transferido;
- II - as formas de registro e de controle administrativo;
- III - as formas e mecanismos de controle social;
- IV - a previsão de avaliações periódicas.

§ 2º. A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público o seu imóvel ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I a IV do *caput* deste artigo.

Art. 203. A transferência do direito de construir poderá ser concedida ao proprietário de um imóvel impedido de utilizar o potencial construtivo básico por interesse público, podendo transferir total ou parcialmente o potencial com restrição, mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. A autorização de transferência do direito de construir se dará por meio de escritura pública averbada na respectiva matrícula do imóvel, a qual indicará o montante de área construída passível de ser transferida, total ou parcialmente, a outro imóvel, respeitada a equivalência financeira entre os imóveis.

§ 2º. Ocorrendo transferência parcial do direito de construir, para cada transferência, o Município emitirá certidão indicando a área a ser transferida e seu equivalente em termos de área construída a ser agregada no local de recepção.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 3º. O exercício da transferência, total ou parcial, será averbada na respectiva matrícula do imóvel gerador da transferência, devendo cada transferência parcial ser descontada do total de área transferível.

§ 4º. A averbação na matrícula do imóvel objeto de doação deverá conter as condições da transferência, devendo ser obrigatoriamente apresentada à Diretoria Municipal de Habitação e Conselho Municipal de Política Urbana e Habitação, ficando o registro da área transferida à custa do receptor.

Art. 204. O potencial construtivo decorrente da Transferência do Direito de Construir poderá ser utilizado apenas de acordo com as determinações da Municipalidade.

Art. 205. Os imóveis que se enquadrarem em uma das situações abaixo poderão se utilizar da Transferência do Direito de Construir:

- I - Imóveis de Interesse Histórico Arquitetônico;
- II - Imóveis de Interesse Paisagístico.

§ 1º. A transferência do direito de construir referente aos imóveis tombados e de interesse histórico e cultural está condicionada à preservação, recuperação e manutenção do bem, mediante laudo técnico, e as condições de preservação deles devem ser inscritas na matrícula do respectivo imóvel.

§ 2º. A certificação de que se trata de imóvel de interesse histórico, arquitetônico ou paisagístico deverá ser emitida por órgão técnico competente e submetido à análise do Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana.

Art. 206. O potencial construtivo a ser transferido das Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS será calculado com base na metragem quadrada resultante da diferença entre o CAB (Coeficiente de Aproveitamento Básico) de 1,4 e o CAM (Coeficiente de Aproveitamento Máximo) de 3, admitindo-se os valores de construção incidentes no local para o qual será transferida.

CAPÍTULO IX DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. 207. O Poder Executivo poderá facultar ao proprietário de área atingida pela obrigação de que trata o artigo 5º da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, a requerimento deste, o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.

§ 1º. Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio dos quais o proprietário transfere ao Poder Público Municipal o seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º. O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto no § 2º, do artigo 8º, da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

§ 3º. Os demais lotes ou unidades ficam sob propriedade do Poder Público, que poderá comercializá-los ou alugá-los para atender às demandas habitacionais da população, conforme diretrizes e prioridades estabelecidas em lei ou pelos órgãos competentes.

§ 4º. A Prefeitura Municipal poderá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência, mediante concessão urbanística ou outra forma de contratação.

§ 5º. O consórcio imobiliário previsto no *caput* deverá ser precedido de autorização legislativa em pedido enviado pelo executivo municipal.

Art. 208. O Consórcio Imobiliário será aplicado como instrumento de cooperação entre o poder público municipal e a iniciativa privada nas seguintes situações:

- I - em áreas com solo urbano não edificado, imóveis urbanos subutilizados e não utilizados, conforme disposto na utilização, edificação e parcelamento compulsório;
- II - para realizar urbanização em áreas que tenham carência de infraestrutura e serviços urbanos;
- III - para viabilizar empreendimentos de Habitação de Interesse Social nas ZEIS 4.

§ 1º. O Consórcio Imobiliário deve viabilizar a utilização do imóvel, atendendo ao princípio da função social da propriedade.

§ 2º. Fica facultado ao proprietário de área atingida pela obrigação legal de edificar, utilizar e parcelar o estabelecimento de Consórcio Imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.

Art. 209. O pagamento mediante unidades imobiliárias ou edificadas dependerá da obrigação estabelecida ao proprietário:

- I - o proprietário deverá receber como pagamento os lotes urbanizados contendo infraestrutura, se a obrigação for de parcelar;
- II - o proprietário deverá receber unidades edificadas, se a obrigação for de utilizar ou edificar.

§ 1º. O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário deverá corresponder ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto no § 2º do art. 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

§ 2º. Os demais lotes ou unidades ficam sob propriedade do Poder Público, que poderá comercializá-los ou alugá-los para atender às demandas habitacionais da população, conforme diretrizes e prioridades estabelecidas em lei ou pelos órgãos competentes.

§ 3º. A Prefeitura Municipal poderá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência, mediante concessão urbanística ou outra forma de contratação.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 210. O Consórcio Imobiliário deve ser formalizado por um contrato entre a Administração Pública e o proprietário, especificando:

- I - as condições para a transferência do imóvel para o Poder Público;
- II - as condições para a realização da obra;
- III - a forma de pagamento ao proprietário através do recebimento de unidades imobiliárias urbanizadas ou edificadas.

§ 1º. Recebida a proposta, o Poder Público Municipal providenciará um estudo de viabilidade financeira, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, abrangendo no mínimo:

- I - avaliação do valor do imóvel;
- II - estimativa de valor das obras de infraestrutura básica e/ou complementar, se for o caso;
- III - estimativa do custo da edificação possível ou pretendida no local, se for o caso, permitindo-se a utilização de cálculo expedito baseado no Custo Unitário Básico (CUB) da construção, devidamente afetado de coeficiente aplicável ao tipo de edificação pretendido;
- IV - estimativa do percentual de unidades imobiliárias cabíveis ao Poder Público e ao proprietário da área.

§ 2º. O estudo de que trata o § 1º deste artigo será submetido ao Prefeito Municipal e à parte interessada, os quais terão 15 (quinze) dias corridos para decidir pela formação ou não do Consórcio Imobiliário.

§ 3º. Tomada a decisão, o Município fará publicar, no Diário Oficial do Município, edital onde conste o recebimento da proposta, o resumo do estudo preliminar de viabilidade, e a decisão proferida pelo Prefeito Municipal.

§ 4º. Até 30 (trinta) dias após a publicação, poderá qualquer eleitor com domicílio eleitoral no Município de Marília apresentar objeções ao estudo preliminar de viabilidade, cabendo manifestação do Conselho Municipal de Política Pública e Habitação, que se reunirá, extraordinariamente se necessário, dentro de 15 (quinze) dias corridos após o decurso do prazo para a apresentação das objeções.

§ 5º. Sendo a decisão favorável à formação do Consórcio Imobiliário, providenciará o Poder Público, em 120 (cento de vinte) dias corridos o anteprojeto do empreendimento, o orçamento detalhado das obras necessárias e o recálculo do percentual de unidades imobiliárias atribuído a cada participante.

§ 6º. No caso do recálculo do percentual de unidades imobiliárias divergir após o anteprojeto definitivo mais do que 2% (dois por cento) da estimativa preliminar, esta deverá ser refeita e novamente publicada, correndo novamente os prazos.

§ 7º. Submetido o estudo definitivo à aprovação do Conselho Municipal de Política Pública e Habitação, a Prefeitura Municipal providenciará a lavratura de escritura e matrícula imobiliária da transferência do imóvel ao Município de Marília, constando do





documento as obrigações de cada parte, os valores envolvidos, os prazos para o término das obras e entrega das unidades imobiliárias ao interessado.

§ 8º. Estabelecido o Consórcio Imobiliário, o Poder Público Municipal assume a responsabilidade de promover a obrigação de utilizar, edificar ou parcelar um imóvel urbano que não cumpre com a função social.

§ 9º. A individualização das unidades imobiliárias cabíveis a cada parte consorciada será efetuada através de sorteio público, devidamente notificado por edital no Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de sete dias corridos.

§ 10. Os valores das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário, em conformidade com os art. 46, § 2º, e art. 8º, § 2º, da Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, em que a definição do valor real da indenização:

- I - refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde ele se localiza;
- II - não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 11. Por se tratar de doação em pagamento, sobre a transferência imobiliária não incide Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

§ 12. A qualquer tempo, recebida proposta de Consórcio Imobiliário, o Executivo deverá enviar à Câmara Municipal, em regime de urgência, o Projeto de Lei criando ou acrescentando dotação para a execução do Consórcio Imobiliário, mencionando a fonte de recursos.

CAPÍTULO X DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 211. Os empreendimentos que tenham significativa repercussão no meio ambiente ou sobre a infraestrutura, adicionalmente ao cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, terão sua aprovação condicionada à elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV e aprovação de Relatório de Impacto de Trânsito - RIT, quando for o caso.

§ 1º. A exigência do RIT e EIV não substitui a elaboração e aprovação dos relatórios ambientais requeridos nos termos da legislação ambiental.

§ 2º. O Poder Público Municipal, nos empreendimentos por ele promovidos, obriga-se a elaborar e ou contratar a elaboração dos relatórios previstos neste.

§ 3º. O Estudo de Impacto de Vizinhança tem por objetivo, no mínimo:

- I - definir medidas mitigadoras e compensatórias em relação aos impactos negativos de empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas;
- II - definir medidas intensificadoras em relação aos impactos positivos de empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas;



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- III - democratizar o processo de licenciamento urbano e ambiental;
- IV - orientar a realização de adaptações aos projetos objeto de licenciamento urbano e ambiental, de forma a adequá-los às características urbanísticas, ambientais, culturais e socioeconômicas locais;
- V - assegurar a utilização adequada e sustentável dos recursos ambientais, culturais, urbanos e humanos;
- VI - subsidiar processos de tomadas de decisão relativos ao licenciamento urbano e ambiental;
- VII - contribuir para a garantia de boas condições de saúde e segurança da população;
- VIII - evitar mudanças irreversíveis e danos graves ao meio ambiente, às atividades culturais e ao espaço urbano.

§ 4º. O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento, atividade e intervenção urbanística sobre a qualidade de vida da população residente, usuária e circulante na área e em suas proximidades incluindo, no mínimo, a análise sobre:

- I - o adensamento populacional e seus efeitos sobre o espaço urbano e a população moradora e usuária da área;
- II - as demandas por serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas e comunitárias;
- III - as alterações no uso e ocupação do solo e seus efeitos na estrutura urbana;
- IV - os efeitos da valorização imobiliária no perfil socioeconômico da área e da população moradora e usuária;
- V - os efeitos na valorização ou desvalorização imobiliária;
- VI - a geração de tráfego e de demandas por melhorias e complementações nos sistemas de transporte coletivo e de circulação não motorizada, em especial de bicicletas e pedestres;
- VII - os efeitos da volumetria do empreendimento e das intervenções urbanísticas propostas sobre a ventilação, iluminação, paisagem urbana, recursos naturais e patrimônios culturais do entorno;
- VIII - a geração de poluição ambiental e sonora na área;
- IX - as águas superficiais e subterrâneas existentes na área;
- X - o acúmulo de impactos urbanos, ambientais, socioeconômicos e culturais gerados tanto pelos empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas propostas quanto já existentes.

§ 5º. A elaboração do Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança não substitui a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental.

Art. 212. Para efeito desta Lei Complementar, consideram-se empreendimentos de impacto aqueles que apresentem uma das seguintes características:

- I - projetos de parcelamento do solo que resultem mais de 200 (duzentos) lotes;
- II - edificação ou equipamento com capacidade para reunir mais de 200 (duzentas) pessoas simultaneamente;
- III - empreendimentos resultantes da aplicação dos instrumentos urbanísticos Operações Urbanas Consorciadas;





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- IV - empreendimentos com dimensão de testada de quarteirão ou com área superior a 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), situados na Região Central e ZECs;
- V - empreendimentos com estacionamentos de veículos que comportem mais de 50 (cinquenta) vagas ou garagens comerciais com mais de 20 (vinte) vagas;
- VI - empreendimentos que demandem alteração do perímetro urbano, delimitações das Zonas, modalidade de coeficientes ou que apresentem normas próprias de uso do solo diferentes daquelas admitidas nesta Lei Complementar;
- VII - empreendimentos que coloquem ou possam colocar em risco a integridade dos recursos naturais, podendo afetar a fauna, a flora, os recursos hídricos ou comprometer o sistema e o controle de drenagem, assim definidos pelos órgãos e setores competentes;
- VIII - empreendimentos que coloquem ou possam colocar em risco a preservação do Patrimônio Cultural, Artístico, Histórico, Paisagístico e Arqueológico, desde que tombados ou em processo de tombamento ou em que haja interesse manifesto de Conselho específico ou do município;
- IX - empreendimentos causadores de modificações estruturais do sistema viário;
- X - empreendimentos residenciais murados com vias internas privadas, caracterizados como condomínio urbanístico ou simplesmente condomínio.

Art. 213. Além das características elencadas no artigo 112 desta Lei Complementar, serão considerados empreendimentos de impacto aqueles que envolvam a implementação dos seguintes equipamentos urbanos:

- I - aterros sanitários e usinas de reciclagem de resíduos sólidos;
- II - estádios esportivos;
- III - cemitérios, crematórios e necrotérios;
- IV - matadouros, frigoríficos e abatedouros;
- V - presídios, quartéis, corpo de bombeiros;
- VI - terminais rodoviários, ferroviários e aeroviários;
- VII - terminais de carga;
- VIII - hospitais e unidades de pronto atendimento e atendimento emergencial;
- IX - escolas, teatros e ginásios esportivos;
- X - indústrias;
- XI - clubes de serviço;
- XII - igrejas;
- XIII - postos de abastecimento;
- XIV - motéis e hotéis;
- XV - torres de telefonia celular;
- XVI - estações rádio base.

Art. 214. Os empreendimentos serão analisados sobre os possíveis impactos:

- I - na infraestrutura urbana;
- II - na estrutura viária urbana;
- III - na paisagem urbana;
- IV - na estrutura socioeconômica;
- V - no ambiente natural, histórico e morfológico;
- VI - na produção de qualquer tipo de poluição;



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

VII - na rede de serviços urbanos públicos e privados.

Art. 215. O EIV tem por objetivo avaliar o grau de alteração da qualidade de vida da população residente ou usuária da área envolvida e das suas imediações, com a indicação de medidas corretivas e mitigatórias necessárias, compatibilizando-as com a preservação, a recuperação e a manutenção da qualidade do meio ambiente, natural ou construído, destacando os aspectos positivos e negativos do empreendimento, bem como a incluir, no que couber, a análise e a proposição de solução para os seguintes aspectos:

- I - adensamento populacional e aumento de demanda de infraestrutura;
- II - uso e ocupação do solo;
- III - valorização ou desvalorização imobiliária;
- IV - áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;
- V - equipamentos e mobiliários urbanos, comunitários e institucionais de saúde, educação, lazer e outros;
- VI - sobrecarga incidente na infraestrutura instalada e a capacidade suporte, incluindo consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;
- VII - equipamentos comunitários, como os de saúde e de educação;
- VIII - sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, o sistema viário, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, geração de vagas, carga e descarga, embarque e desembarque, transporte coletivo e individual;
- IX - geração de qualquer tipo de poluição;
- X - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;
- XI - impacto socioeconômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. 216. A Prefeitura Municipal de Marília, para eliminar ou minimizar impactos gerados pelo empreendimento, deverá solicitar, como condição para a sua aprovação, projeto no qual constem as alterações e as complementações, bem como a execução de obras e serviços de melhorias de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, tais como:

- I - melhoria ou ampliação das redes de infraestrutura;
- II - área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;
- III - ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, ponto de ônibus, faixa de pedestres, semaforização, necessários à mitigação do impacto provocado pelo empreendimento;
- IV - proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem os impactos da atividade;
- V - manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais considerados de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, desde que tombadas ou em processo de tombamento ou desde que haja interesse manifesto de Conselho específico, bem como recuperação ambiental da área, caso os mesmos sejam danificados pela implantação do empreendimento;
- VI - possibilidade de implantação de equipamentos sociais, comunitários e mobiliários urbanos em locais a serem definidos pela Administração Municipal.





Parágrafo único. A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura em conjunto com o Poder Público, de Termo de Compromisso e Termo de Ajustamento de Conduta, o qual deverá ser mandado publicar pelo Município no seu órgão oficial ou jornal de circulação local ou regional, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua assinatura e, posteriormente, ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis pelo interessado, em que este se compromete a arcar integralmente com as obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento, executando-os concomitantemente ao empreendimento.

Art. 217. Os empreendimentos e as proposições para a eliminação de impactos sugeridos pelo EIV deverão ser aprovados pelo Poder Executivo mediante apreciação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Parágrafo único. Em empreendimentos onde a eliminação dos impactos sugeridos pelo EIV possam gerar interpretações dúbias, dificultando a caracterização das atividades geradoras de incomodidades, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano poderá solicitar parecer ao GEA - Grupo Especial de Análise.

Art. 218. O Poder Executivo regulamentará através de decreto os critérios e procedimentos para aplicação desse instrumento.

CAPÍTULO XI DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

Art. 219. A regularização fundiária compreende o processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que tem por objetivo legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação, implicando melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária, conforme previsto na Lei Federal 10257/2001 - Estatuto da Cidade que regulamenta a política urbana.

Art. 220. A regularização fundiária de áreas públicas ocupadas poderá ser efetivada por meio da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia.

Art. 221. Aquele que possuir como seu, até a publicação da presente Lei Complementar, por 05 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, até 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural no município ou em qualquer outra unidade da Federação.

§ 1º. A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º. O direito que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo concessionário mais de 1 (uma) vez.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 3º. Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão, e esteja em sua posse efetiva, não podendo este ter sido objeto de comercialização ou alienação a terceiros.

Art. 222. Nos imóveis com mais de 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), que, até a publicação da presente Lei Complementar, estavam ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º. O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar à sua posse a de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 2º. Na concessão de uso especial de que trata este artigo será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os ocupantes, estabelecendo frações ideais diferenciadas, e com a anuência do Poder Público.

§ 3º. A fração ideal atribuída a cada possuidor não poderá ser superior a 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Art. 223. Será garantida a opção de exercer os direitos de concessão de direito de uso individual e coletivo também aos ocupantes, regularmente inscritos, de imóveis públicos, com até 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que estejam situados em área urbana, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 224. No caso de a ocupação acarretar risco à vida ou à saúde dos ocupantes, o Poder Público garantirá ao possuidor o exercício do direito individual e coletivo de uso especial em outro local.

Art. 225. É facultado ao Poder Público assegurar o exercício do direito individual e coletivo de uso especial em outro local na hipótese de ocupação de imóvel:

- I - de uso comum do povo;
- II - destinado a projeto de urbanização;
- III - de interesse da defesa nacional, da preservação ambiental, de preservação permanente e da proteção dos ecossistemas naturais;
- IV - reservado à construção de represas e obras congêneres;
- V - situado em via de comunicação.

Art. 226. O título de concessão de uso especial para fins de moradia será obtido pela via administrativa perante o órgão competente da Administração Pública ou, em caso de recusa ou omissão deste, pela via judicial.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º. A Administração Pública terá o prazo máximo de 06 (seis) meses para decidir o pedido, contado da data de seu protocolo.

§ 2º. O título conferido por via administrativa ou por sentença judicial servirá para efeito de registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 227. O direito de concessão de uso especial para fins de moradia é transferível por ato inter vivos ou causa mortis.

Art. 228. O direito à concessão de uso especial para fins de moradia extingue-se no caso de:

- I - o concessionário dar ao imóvel destinação diversa da moradia para si ou para sua família;
- II - o concessionário adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural;
- III - o concessionário comercializar ou alienar o imóvel objeto de concessão.

Parágrafo único. A extinção de que trata este artigo será averbada no Cartório de Registro de Imóveis, por meio de declaração do Poder Público concedente.

TÍTULO V DO SISTEMA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS E DIRETRIZES

Art. 229. O Plano Diretor é parte integrante do processo contínuo de planejamento e gestão municipal, em que são assegurados os objetivos e as diretrizes definidas nesta Lei Complementar, com participação popular na sua implementação e revisão.

Art. 230. O Poder Executivo implementará um Sistema Municipal de Gestão e de Planejamento, visando à adequada administração das ações e investimentos públicos, no âmbito de sua competência, constituído pelo sistema de tomada de decisões.

Art. 231. O Poder Executivo articulará e promoverá os canais democráticos de participação da sociedade civil na discussão e formulação de diretrizes da política urbana.

CAPÍTULO II DOS ORGANISMOS DE GESTÃO

Art. 232. O Sistema Municipal de Gestão e de Planejamento é um processo interativo dos diversos órgãos e setores da Administração Municipal, devendo:

- I - elaborar, desenvolver e compatibilizar planos e programas que envolvam a participação conjunta de órgãos, empresas e autarquias da Administração Municipal e de outras esferas de governo;



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

- II - desenvolver, analisar, reestruturar, compatibilizar e revisar, periodicamente, as diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica do Município, nesta Lei Complementar e na legislação vigente mediante a edição de leis, decretos e demais normas, visando à constante atualização e adequação dos instrumentos legais de apoio à Administração Pública Municipal;
- III - supervisionar e participar do processo de definição das diretrizes para a formulação do Plano Plurianual e da Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Art. 233. O Executivo promoverá a adequação da sua estrutura administrativa, quando necessário, para a incorporação dos objetivos, diretrizes e ações previstos nesta Lei Complementar, mediante a reformulação das competências de seus órgãos da administração direta.

Parágrafo único. Cabe ao Executivo garantir os recursos e procedimentos necessários para a formação e manutenção dos quadros necessários no funcionalismo público para a implementação desta Lei Complementar.

Art. 234. O Executivo promoverá a cooperação com municípios vizinhos e com órgãos estaduais, visando formular políticas, diretrizes, planos, projetos e ações conjugadas destinadas à superação de problemas setoriais ou regionais comuns, bem como firmar convênios ou estabelecer consórcios para articulação com o Governo do Estado de São Paulo e o Governo Federal, no gerenciamento e implementação de projetos urbanísticos, na aplicação conjunta de recursos e na regularização e administração das áreas remanescentes.

Art. 235. A Conferência Municipal da Cidade é um foro de debates e de deliberações, aberto à participação de todos os setores da sociedade, tendo por objetivos:

- I - avaliar a condução e os impactos da implementação das normas contidas nesta Lei Complementar, na Lei de Parcelamento do Solo, na Lei de Uso e Ocupação do Solo, na Lei do Patrimônio Histórico, na Lei dos Mananciais de Abastecimento Público e nos demais instrumentos legais que articulem a política urbana;
- II - estabelecer as diretrizes gerais para a elaboração do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III - sugerir diretrizes para alterações ou complementações da legislação urbana de âmbito edilício e urbanístico.

Parágrafo único. A Conferência Municipal da Cidade será organizada pelo Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana e deverá ocorrer, no mínimo, a cada 3 (três) anos devendo ser amplamente divulgada.

SEÇÃO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E POLÍTICA URBANA

Art. 236. Fica criado o Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana, órgão de caráter consultivo, fiscalizador e de acompanhamento e assessoramento do Poder Executivo em relação às políticas urbanas.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana ficará vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Art. 237. O Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana será composto por 36 (trinta e seis) membros, dentre representantes do Poder Público e da sociedade civil, sendo:

- I - 18 (dezoito) representantes do Poder Público Municipal e 2 (dois) suplentes, para cada titular.
 - a) 2 (dois) membros da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
 - b) 2 (dois) membros da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
 - c) 1 (um) membro das Secretarias e Autarquias afins existente no Município;
- II - 18 (dezoito) representantes da sociedade civil e 2 (dois) suplentes, para cada titular, sendo:
 - a) 3 (três) representantes de empresários sendo 1 (um) do setor imobiliário, 1 (um) do ramo da construção civil e 1 (um) do setor econômico;
 - b) 6 (seis) representantes de movimentos sociais, sendo pelo menos 1 (um) do setor dos movimentos de habitação; 1 (um) de sindicato de trabalhadores e 4 (quatro) de associação de moradores;
 - c) 6 (seis) representantes de organização não-governamentais, de entidades técnicas ou profissionais e instituições de ensino e pesquisa, sendo 2 (dois) de organização não-governamental (ONGs, OSCIP e entidades de interesse público) 3 (três) de categoria profissional relacionada ao desenvolvimento urbano e 1 (um) de instituição de ensino e de pesquisa;
 - d) 3 (três) representantes de Conselhos Municipais afins.

Art. 238. O Conselho Municipal de Política Urbana e Habitação reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses.

§ 1º. As reuniões do Conselho Municipal de Política Urbana poderão ser acompanhadas por qualquer munícipe e a documentação decorrente das reuniões deverá ser publicada no portal eletrônico da Prefeitura no prazo de 15 (quinze) dias após a sua realização.

§ 2º. As datas, horários e pautas das reuniões serão disponibilizadas no portal eletrônico da Prefeitura para pleno acesso público com, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência de sua realização.

Art. 239. O Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana terá as atribuições abaixo indicadas, dentre outras previstas nesta Lei Complementar e em outras leis que venham a ser editadas:

- I - monitorar a gestão e aplicação do Plano Diretor;
- II - acompanhar o uso dos recursos oriundos do Fundo Municipal de Habitação e Política Urbana;





- III - elaborar propostas, examinar e emitir pareceres nos temas afetos à política urbana ou quando solicitado;
- IV - acompanhar a elaboração e a regulamentação da legislação urbana, analisar e emitir pareceres, quando necessário em casos específicos;
- V - colaborar na elaboração da política de infraestrutura e desenvolvimento do Município;
- VI - monitorar a aplicação dos Instrumentos de Indução da Política Urbana descritos nesta Lei Complementar;
- VII - colaborar na política de saneamento e de preservação ambiental em conjunto com o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES;
- VIII - analisar projetos de lei de interesse da política urbana;
- IX - opinar sobre as omissões e casos não perfeitamente definidos pela legislação urbanística municipal;
- X - convocar audiências públicas;
- XI - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, a ser homologado por decreto do Executivo;
- XII - convocar, organizar e coordenar quando necessário conferências e assembleias territoriais;
- XIII - encaminhar ao Executivo ao final de cada gestão, para subsidiar a elaboração do Programa de Metas do próximo Governo, memorial sugerindo prioridades no tocante à implantação do Plano Diretor;
- XIV - debater as diretrizes para áreas públicas municipais;
- XV - acompanhar a prestação de contas do FUNDURB.

SEÇÃO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 240. Será criado por lei específica o Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à consecução da política municipal de desenvolvimento urbano e habitação de interesse social, organizando a captação, o repasse e a aplicação de recursos.

Art. 241. A lei de criação do Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano deverá prever, dentre outras disposições:

- I - a constituição das receitas;
- II - a destinação dos recursos;
- III - a definição dos órgãos de gestão, operacionalização e fiscalização;
- IV - a regulamentação do seu funcionamento.

SUBSEÇÃO I

DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 242. O Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano será constituído de recursos provenientes de:

- I - dotações orçamentárias e créditos adicionais suplementares a ele destinados;



- II - repasses ou dotações de origem orçamentária da União ou do Estado de São Paulo a ele destinados;
- III - empréstimos de operações de financiamento internos ou externos;
- IV - contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- V - contribuições ou doações de entidades internacionais;
- VI - acordos, contratos, consórcios e convênios;
- VII - rendimentos obtidos com a aplicação do seu próprio patrimônio;
- VIII - outorga onerosa e transferência de potencial construtivo;
- IX - receitas provenientes de concessão urbanística;
- X - retornos e resultados de suas aplicações;
- XI - multas, correção monetária e juros recebidos em decorrência de suas aplicações;
- XII - outras receitas eventuais.

Art. 243. Os recursos do Fundo de Habitação e Desenvolvimento Urbano - FUNDURB serão depositados em conta corrente especial mantida em instituição financeira, especialmente aberta para esta finalidade.

SUBSEÇÃO II DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS

Art. 244. Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB serão aplicados com base nos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos urbanísticos e ambientais integrantes ou decorrentes da Lei do Plano Diretor e tendo como referência o previsto no Programa de Metas do Município, conforme as seguintes prioridades:

- I - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, incluindo a regularização fundiária e a aquisição de imóveis para constituição de reserva fundiária e de parque habitacional público de locação social;
- II - implantação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer, áreas verdes e parques lineares;
- III - proteção, recuperação e valorização de bens e de áreas de valor histórico, cultural ou paisagístico;
- IV - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental.

Parágrafo único: Despesas com gerenciamento de obras ou projetos ficam limitadas no máximo ao valor de 10% (dez por cento) do destinado pelo FUNDURB para cada obra ou projeto.

SUBSEÇÃO III DA GESTÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 245. O Fundo de Habitação e Desenvolvimento Urbano - FUNDURB será administrado por um Conselho Gestor paritário, composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, assim definidos:

- I - 5 (cinco) representantes de órgãos do Poder Público;



II - 5 (cinco) representantes da sociedade civil, oriundos dos seguintes Conselhos Municipais:

- a) 3 (três) representantes do Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana;
- b) 1 (um) representante do Conselho Municipal Assistência Social; - CMAS;
- c) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES.

§ 1º. O Prefeito indicará a Presidência do Conselho Gestor do FUNDURB.

§ 2º. No caso de empate nas deliberações, caberá ao Presidente do Conselho Gestor do FUNDURB o voto de qualidade.

§ 3º. O mandato dos conselheiros eleitos será de 2 (dois) anos, sendo permitida apenas uma recondução.

Art. 246. O plano de aplicação de recursos financeiros do FUNDURB deverá ser aprovado pelo Conselho Gestor do Fundo e encaminhado, anualmente, anexo à Lei Orçamentária, para aprovação da Câmara Municipal.

§ 1º. Além do plano anual de aplicação de recursos aprovado, a Secretaria Executiva do FUNDURB deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, semestralmente, relatório detalhado dos recursos e das respectivas aplicações realizadas no período.

§ 2º. O Conselho Gestor do Fundo deverá analisar, anualmente, a prestação de contas do exercício anterior e aprová-la, se a considerar adequada e correta, garantindo sua publicação no sítio eletrônico da Prefeitura.

SEÇÃO III DO GRUPO ESPECIAL DE ANÁLISE - GEA

Art. 247. Fica criado o Grupo Especial de Análise - GEA, órgão consultivo e de assessoramento do Poder Executivo.

§ 1º. O GEA quando acionado, terá as seguintes atribuições:

- I - analisar projetos e emitir pareceres sobre a aprovação dos Planos de Urbanização Específica e nas Operações Urbanas Consorciadas;
- II - analisar os projetos e emitir pareceres sobre a aprovação dos empreendimentos resultantes da aplicação dos Instrumentos de Indução da Política Urbana, descritos no Capítulo I, do Título IV, desta Lei Complementar;
- III - proceder à análise dos casos contraditórios e de difícil enquadramento nas atividades consideradas Incômodas e Impactantes e elaborar os pareceres a serem submetidos à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
- IV - colaborar na elaboração da Lei de Zoneamento e Uso do Solo.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º. O Grupo Especial de Análise - GEA será composto por ao menos 01 (um) representante dos seguintes setores: Secretaria Municipal de Obras Públicas, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Departamento de Água e Esgoto - DAEM, Empresa Municipal de Mobilidade Urbana de Marília - EMDURB, Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana, ou órgãos/setor que venham substituir estes.

§ 3º. Os membros do GEA deverão ter experiência compatível com o planejamento e a gestão urbana, notadamente nos campos do urbanismo, construção civil, engenharia, paisagismo e meio ambiente.

Art. 248. O Grupo Especial de Análise - GEA será regulamentado através de lei específica.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 249. Esta Lei Complementar será revisada pelo menos a cada 10 (dez) anos, a partir da data de sua publicação, respeitando-se os mesmos procedimentos estabelecidos no § 4º, do artigo 40, da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, ou qualquer outra que venha a substituí-la.

Art. 250. As normas referentes ao parcelamento, uso e ocupação do solo estabelecidas nesta Lei Complementar têm aplicação imediata, ressalvados os prazos legais já vigentes.

Art. 251. Os processos administrativos, inclusive os que tratam de parcelamento, uso e ocupação do solo, ainda sem despachos decisórios, protocolizados em data anterior à publicação desta Lei Complementar, serão decididos de acordo com a legislação anterior, mediante análise da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Art. 252. O prazo de validade das Certidões de Uso do Solo, expedidas até a data de publicação desta Lei Complementar, será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da expedição.

Art. 253. A regulamentação, a gestão e a complementação deste Plano Diretor será feita por meio de um conjunto normativo composto, no mínimo, dos seguintes instrumentos:

- I - Código de Obras e Edificações;
- II - Lei de criação do Fundo Municipal de Habitação e Política Urbana;
- III - Lei das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais;
- IV - Lei de Parcelamento do Solo;
- V - Plano Municipal de Mobilidade Sustentável;
- VI - Plano Diretor de Arborização Urbana;
- VII - Lei de Preservação do Patrimônio Histórico;
- VIII - Plano de Macrodrenagem Urbana e Rural;
- IX - Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo para as sedes dos Distritos;





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

X - Lei de criação dos Parques dos Itambés.

Art. 254. Ficam ressalvadas, para todos os efeitos legais, as convenções quanto ao uso e ocupação do solo e às restrições relativas às edificações, discriminadas nos atos constitutivos de loteamentos devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Imóveis de Marília, garantindo, assim, os direitos adquiridos dos proprietários e possuidores desses imóveis.

Art. 255. O Município de Marília fica autorizado a celebrar convênios com os Municípios da região, objetivando viabilizar soluções comuns para a coleta, manejo, destinação final e tratamento de lixo domiciliar, industrial e outros considerados rejeitos especiais.

Art. 256. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente ou, se necessário, através de crédito adicional especial.

Art. 257. Fica revogada, em seu inteiro teor, a Lei Complementar nº 480, de 09 de outubro de 2006 e respectivas modificações.

Art. 258. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Marília, 30 de novembro de 2023.

DANIEL ALONSO
Prefeito Municipal

CASSIO LUIZ PINTO JUNIOR
Secretário Municipal da Administração

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Planejamento Urbano

Registrada na Secretaria Municipal da Administração na data acima e publicada no Diário Oficial do Município de Marília no site <https://www.marilia.sp.gov.br/portal/diario-oficial>

(Aprovada pela Câmara Municipal em 27.11.2023 - Projeto de Lei Complementar nº 16/2022, de autoria do Prefeito Municipal, com Substitutivo do Autor e Emenda proposta pelo Autor)





RELAÇÃO DOS ANEXOS

ANEXO 1 - GLOSSÁRIO

ANEXO 2 - MAPA MUNICÍPIO DE MARÍLIA - MACROZONEAMENTO

ANEXO 3 - MAPA ABAIRRAMENTO DA ZONA URBANA

ANEXO 4 - MAPA ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

ANEXO 5 - MAPA DAS DIRETRIZES VIÁRIAS

ANEXO 6 - MAPA DAS VIAS VERDES E CICLOVIAS

ANEXO 7 - MAPA DA ZONA NORTE - PROPOSTAS

ANEXO 8 - MAPA DA ZONA SUL - PROPOSTAS

ANEXO 9 - MAPA DA ZONA LESTE - PROPOSTAS

ANEXO 10 - MAPA DA ZONA OESTE - PROPOSTAS



ANEXO 1

GLOSSÁRIO

1. **Acessibilidade e Mobilidade Urbana:** assegura condições de circulação e uso por todas as pessoas, independente de suas características, garantindo o atendimento da legislação federal, para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida, contemplando os conceitos de desenho universal..
2. **Alinhamento predial:** linha legal limitando a edificação construída em relação ao passeio público.
3. **Área bruta:** área total de um logradouro ou imóvel.
4. **Área Construída Computável:** somatório das áreas dos pisos cobertos de todos os pavimentos de uma edificação, com exceção das projeções de beiral e de balanço de até 1,20m (um metro e vinte centímetros), consideradas para o cálculo da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento.
5. **Área construída total:** a soma de todas as áreas cobertas (de todos os pavimentos) construídas de uma edificação.
6. **Área de utilização comum:** área que pode ser utilizada de forma comunitária por todos moradores de um condomínio ou agrupamento.
7. **Área Institucional** - área destinada à instalação de edificações e/ou equipamentos públicos comunitários.
8. **Área de Lazer:** área livre de preservação ambiental destinada à implantação de áreas para esportes, cultura e lazer, praças e parques.
9. **Coeficiente de Aproveitamento:** é o número pelo qual se deve multiplicar a área do lote, para se obter a área máxima de construção nesse lote.
10. **Coeficiente de Permeabilidade:** relação entre a área permeável de um determinado terreno e a sua área total.
11. **Chácaras de Recreio:** empreendimentos imobiliários resultantes de parcelamento do solo rural para fins urbanos.
12. **Condomínio:** empreendimento imobiliário destinado a abrigar conjunto de edificações verticais ou horizontais, em unidades autônomas, dispendo de espaços de uso comum (vias de circulação interna privada, área de lazer, área estrutural na construção etc.) caracterizados como bem de condomínio, cuja propriedade comum e indivisível é fracionada em partes ideais.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

13. **Desdobro:** retalhamento do terreno em 2 (duas) partes, constituindo novas unidades independentes de propriedade devidamente registradas.
14. **Desmembramento:** subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem o prolongamento, a modificação ou a ampliação dos existentes.
15. **Empreendimentos de Interesse Social:** elaborados, desenvolvidos e implantados por entidades públicas, privadas ou agentes promotores, autorizados por lei, destinados a assegurar moradia à população de baixa renda, quando caracterizado o interesse público e vinculado à Política Habitacional do Município, de acordo com padrões urbanísticos e construtivos estabelecidos no Plano Diretor e em legislação específica.
16. **Equipamentos Comunitários:** instalações públicas destinadas a atividades relacionadas à educação, à cultura, à saúde, ao lazer e similares.
17. **Fluidez:** nível de facilidade que um modo de transporte requer para se deslocar sem impedimentos.
18. **Infraestrutura Básica Urbana:** equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica, serviços de telefonia, transporte, vias de circulação pavimentadas ou não e outros equipamentos públicos necessários conforme o loteamento.
19. **Sub-Moradias:** núcleo urbano de ocupação espontânea, cujos moradores não adquiriram a propriedade ou a posse, por instrumento de compra e venda, em que o lote esteja discriminado.
20. **Fracionamento:** retalhamento de terreno em mais de 2 (dois) e menos de 6 (seis) lotes edificáveis para fins urbanos.
21. **Gleba:** toda área em que se pode, nos termos da lei, implantar um loteamento ou um desmembramento para fins urbanos.
22. **Habitação Unifamiliar:** implantação de 1 (uma) unidade habitacional por terreno.
23. **Habitação Multifamiliar:** implantação de mais de 1 (uma) unidade habitacional por terreno.
24. **Habitação Multifamiliar Horizontal:** conjunto edificado de unidades justapostas horizontalmente e/ou casas sobrepostas de até 2 (dois) pavimentos com acessos independentes.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

25. **Habitação Multifamiliar Vertical:** conjunto edificado de unidades sobrepostas verticalmente.
26. **Impacto:** alteração da condição urbanística claramente perceptível em relação à situação anterior a essa incidência.
27. **Leito Carroçável:** trecho da via destinado à circulação de veículos.
28. **Lote:** o terreno resultante de loteamento, desmembramento, desdobro, fracionamento e remembramento, servido por infraestrutura básica com acesso pela via oficial de circulação, que constitua unidade independente de propriedade devidamente registrada.
29. **Loteamento:** subdivisão de gleba em lotes destinados ao uso urbano para edificação que implique na abertura, no prolongamento, na modificação ou na ampliação de vias de circulação ou de logradouros públicos.
30. **Macrozoneamento:** divisão de caráter administrativo do território municipal, com diretrizes de ocupação específicas estabelecidas pelo Plano Diretor.
31. **Mobilidade:** medida da capacidade de um indivíduo se locomover, utilizando-se tanto da infraestrutura instalada como dos meios de transporte à disposição.
32. **Parcelamento do Solo:** processo de divisão ou subdivisão (loteamento e desmembramento) da propriedade urbana no território do Município.
33. **Quadra:** área resultante de um parcelamento, delimitada por vias de circulação de veículos.
34. **Remembramento (ou Unificação de Glebas ou Lotes):** soma das áreas de 2 (duas) ou mais glebas ou lotes para a formação de nova gleba ou lote que constitua nova unidade independente de propriedade, devidamente registrada.
35. **Sistema de Lazer:** área pública destinada à implantação de equipamentos de lazer, como quadras, praças, campos de jogos, play-grounds, parques, áreas de convívio com adequação paisagística.
36. **Taxa de ocupação:** por taxa de ocupação dos lotes entende-se o quociente expresso em porcentagem, entre a área ocupada pela projeção vertical de todas as partes edificadas de todos os pavimentos e a área do lote em que estão localizadas
37. **Testada:** comprimento da frente do lote ou gleba, expressa em metros, medida entre as divisas laterais do lote ou gleba.
38. **Unidade Habitacional:** edificação ou parte da edificação destinada a moradia de caráter permanente, com acesso independente e contendo pelo menos 1 (uma) instalação sanitária.





Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

39. **Urbanização:** qualquer forma de parcelamento do solo que implique em loteamento, desmembramento, desdobro, remembramento ou empreendimento em regime condominial.
40. **Uso Misto:** utilização da mesma via, do mesmo bairro, do mesmo loteamento, do mesmo lote ou da mesma edificação por mais de uma categoria de uso.
41. **Zoneamento:** divisão de caráter administrativo do território municipal, com diretrizes e parâmetros de uso, ocupação e urbanização do solo específicos estabelecidos por lei.
42. **Plano Plurianual (PPA):** Estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública por um período de 4 (quatro) anos, devendo ser apresentado no primeiro ano de mandato.
43. **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):** Destaca as prioridades de investimento e define as regras para aplicação das receitas em um determinado ano.
44. **Lei Orçamentária Anual (LOA):** Estabelece as ações e os programas a serem executados no ano a partir de projetos, atividades e operações especiais.



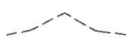


RODOVIA ESTADUAL

MAR-329

ESTRADAS MUNICIPAIS

RODOVIAS RADIAIS(MAR-010 A MAR-080)
RODOVIAS LONGITUDINAIS(MAR-100 A MAR-199)
RODOVIAS TRANSVERSAIS(MAR-200 A MAR-299)
RODOVIAS DIAGONAIS(MAR-301 A MAR-399)
LIGAÇÕES(MAR-400 A MAR-499)



CAMINHO, CARREADOR



ESTRADA DE FERRO



PONTE



RIBEIRÃO, CÓRREGO OU RIO



LAGO, REPRESA



SEDE DE MUNICÍPIO, SÍTIOS DE RECREIO, DISTRITOS(MANCHA URBANA)



MARCO ZERO



FAIXA DE PROTEÇÃO DO PARQUE DOS ITAMBÉS

Procs. PC nº 16 / 22
Fls. 113 Ass. *VD*

Fontes:

Base Cartográfica Digital do município gerada a partir da vetorização de imagens rasterizadas (Fonte:IBGE)

Projeção Universal Transversa de Mercator
(Datum Horizontal: Córrego Alegre - MG)



Prefeitura Municipal de Marília

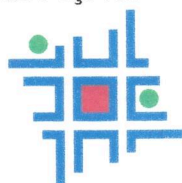
PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Mapa Município de Marília - Macrozoneamento

Escala: 1:50.000(Cada centímetro equivale a 500m)

Base Cartográfica: ver fonte

ELABORAÇÃO:



SPU SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA

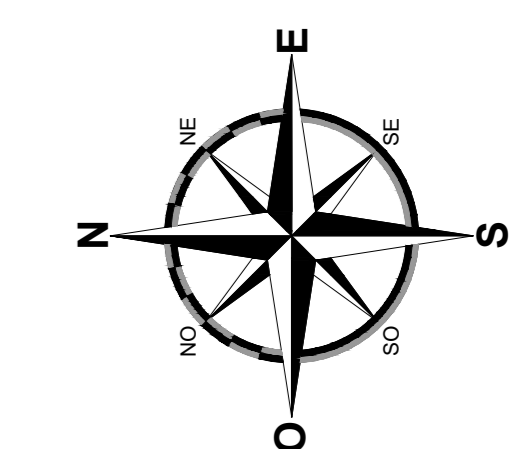
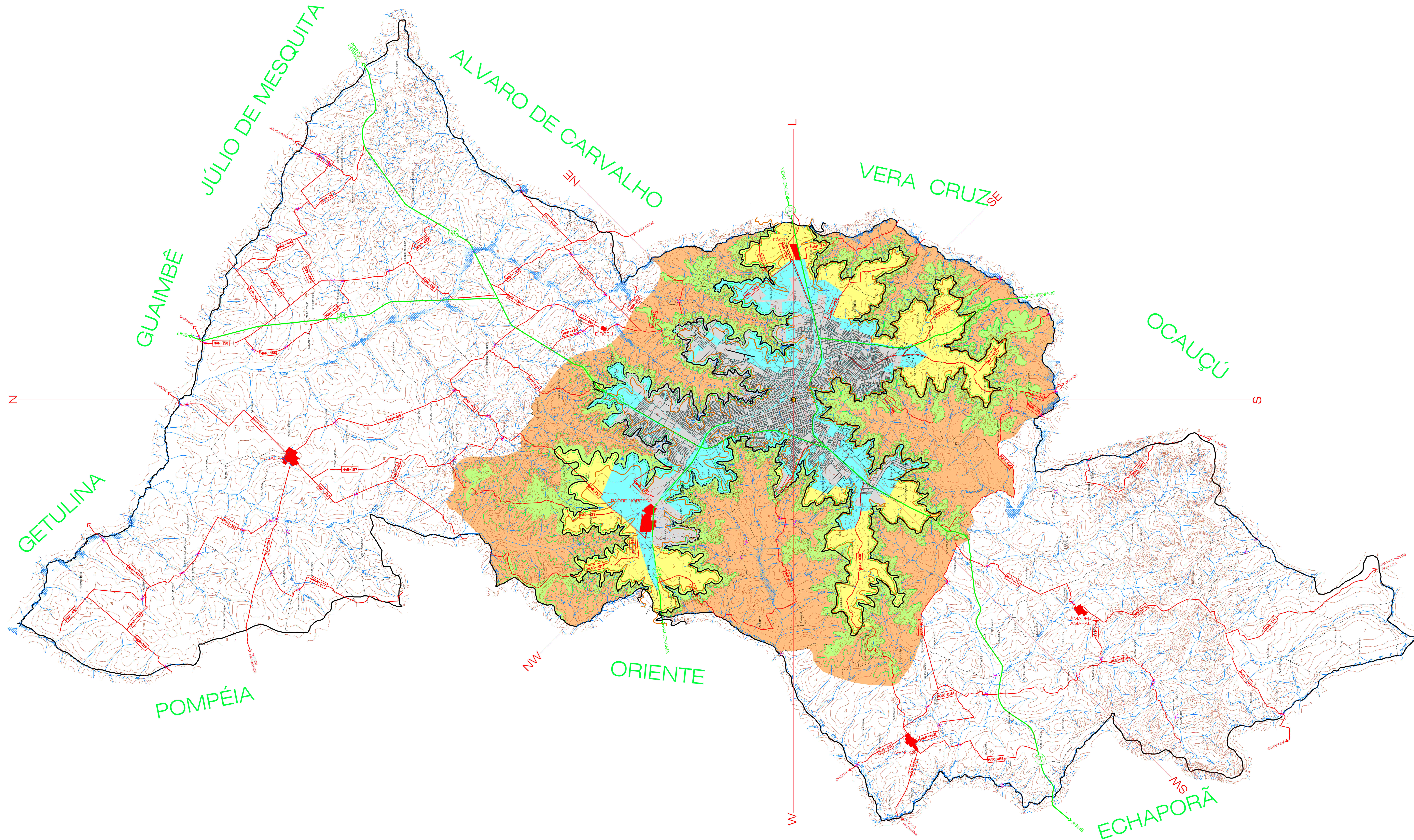
ANEXO:

02

Data: junho de 2021

Assinado por 3 pessoas: DANIEL ALONSO, CÁSSIO LUIZ PINTO JUNIOR e JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/333B-A604-771D-C141> e informe o código 333B-A604-771D-C141





MUNICÍPIO DE MARÍLIA
Escala 1:100.000

LEGENDA:

- ZONA URBANA
- ÁREA DE EXPANSÃO URBANA CONTINUADA
- ÁREA DE EXPANSÃO URBANA
- PROPOSTA PARQUE DOS ITAMBÉS
- VALE DOS ITAMBÉS
- ÁREA PREDOMINANTEMENTE AGRÍCOLA

CONVENÇÕES:

- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- ESTRADAS MUNICIPAIS
- CAMINHO, CARREADOR
- ESTRADA DE FERRO
- PONTE
- RIBEIRÃO, CÓRREGO OU RIO
- LAGO, REPRESA
- SEDE DE MUNICÍPIO, SÍTIOS DE RECREIO, DISTRITOS(MANCHA URBANA)
- MARCO ZERO
- FAIXA DE PROTEÇÃO DO PARQUE DOS ITAMBÉS

Fontes: Base Cartográfica Digital do município gerada a partir da vetorização de imagens autorizadas (Fonte: IBGE)
Projeção Universal Transversa de Mercator
(Datum Horizontal: Córrego Alegre - MG)

Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Mapa Município de Marília - Macrozoneamento
Escala: 1:50.000(Cada centímetro equivale a 500m) Base Cartográfica: ver fontes


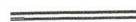


ELABORAÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ANEXO: 02
Data: junho de 2022

| | | | |
|------------|---|--|---|
| Loteamento | 117-Jardim Tangará 04-Cascata(Parte) 177-Residencial de Recreio Maria Izabel 230-Residencial Pedra Verde Conjunto Residencial Solar das Esmeraldas | 196-Condomínio Village do Bosque 206-Parque Residen. Santa Gertrudes 232-Condomínio Residenciail Jardim Colibri 162-Residencial Vale Verde Villa Flora Área/Yara Park | |
| População | 5.575Hab. | População | 3.826Hab. |
| Bairro | BAIRRO ALTANEIRA | Bairro | BAIRRO STA. GERTRUDES |
| Loteamento | 60-São João 77-Jardim Cristo Rei 131-Jardim Marajoara 88-Santa Lourdes Jardim Yara 33-Jardim Progresso e Anexo 116-Jardim Betânia 34/43-Altaneira e Prol. 40/66/85-Betel, Prol. e Chácaras 53-Jardim Alvorada e Anexo 42-Maria Izabel (Parte) 197-Jardim Flora Rica 229-Condomínio Residen. Jardim do Bosque 210-Condomínio Residen. Garden Park Chácara Santa Rosa Bosque Municipal | Loteamento | 179-Jardim São Domingos 167-Sítios de Recreio Santa Gertrudes Portal da Serra |
| População | 3.800Hab. | População | 492Hab. |
| | | Bairro | BAIRRO SANTA CAROLINA |
| | | Loteamento | 166-Sítios de Recreio Santa Carolina 201-Altos da Cidade |
| | | População | 515Hab. |
| | | Bairro | BAIRRO NOVO HORIZONTE |
| | | Loteamento | 150-Parque Residencial Novo Horizonte |
| | | População | 872Hab. |

Procs. PC nº 16 221
Fls. 114 Ass.

CONVENÇÕES:

-  Córrego
-  Rodovia
-  Lago
-  Linha Férrea



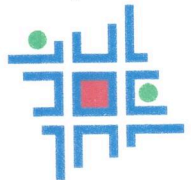
Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Abairramento da Zona Urbana

Escala: 1:12.500(Cada centímetro equivale a 125m)

ELABORAÇÃO:



SPU SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ANEXO:

03

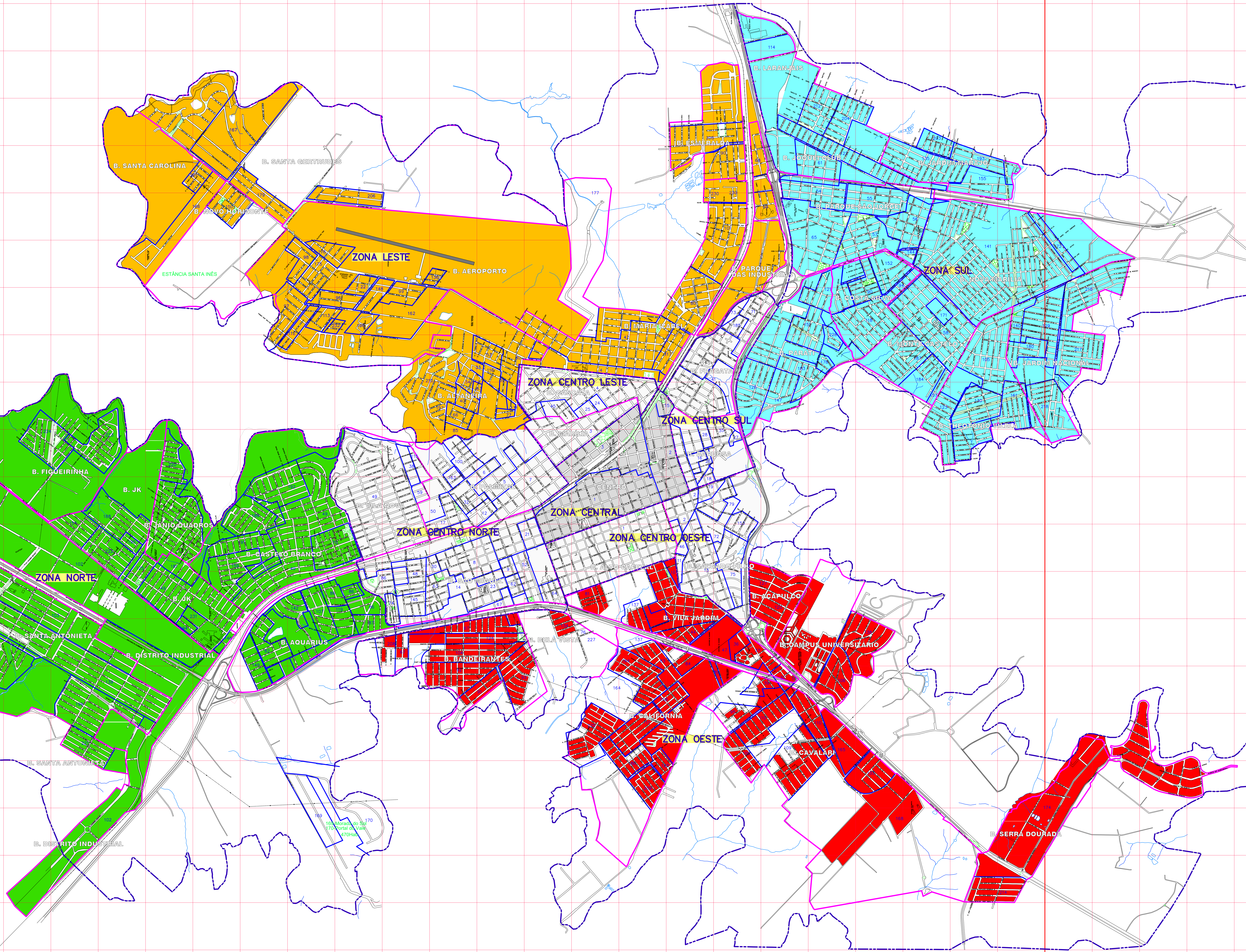
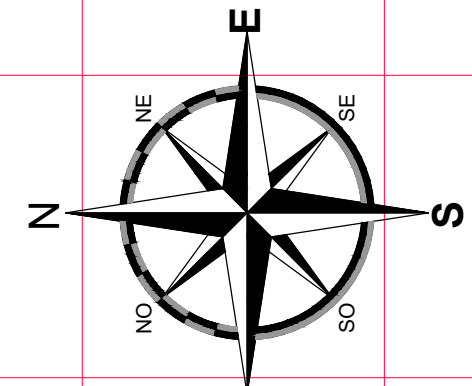
Data: junho de 202

Assinado por 3 pessoas: DANIEL ALONSO, CÁSSIO LUIZ PINTO JÚNIOR e JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia-1dpc.com.br/verificacao/333B-A604-771D-C141> e informe o código 333B-A604-771D-C141



MAPA DE MARÍLIA

escala 1:12.500



| ABAIRRAMENTO | | ABAIRRAMENTO | |
|---------------------------|-----------|------------------|-----------|
| Nome | Área (ha) | Nome | Área (ha) |
| B. SANTA CAROLINA | 114 | B. AEROPORTO | 102 |
| B. SANTA GERTRUDES | 114 | B. BANDEIRANTES | 102 |
| B. NOVO HORIZONTE | 114 | B. CALIFORNIA | 102 |
| ESTÂNCIA SANTA INÊS | 114 | B. VILA JARDIM | 102 |
| B. AEROPORTO | 114 | B. CAVALARI | 102 |
| B. MARTINHAZEL | 114 | B. SERRA DOURADA | 102 |
| B. ALVARA | 114 | | |
| B. SANTA ANA | 114 | | |
| B. SANTA LUÍZA | 114 | | |
| B. SANTA CRUZ | 114 | | |
| B. SANTA RITA | 114 | | |
| B. SANTA ROSA | 114 | | |
| B. SANTA TERESA | 114 | | |
| B. SANTA JOANA | 114 | | |
| B. SANTA EMÍLIA | 114 | | |
| B. SANTA ANA DO LESTE | 114 | | |
| B. SANTA ANA DO OESTE | 114 | | |
| B. SANTA ANA DO NORTE | 114 | | |
| B. SANTA ANA DO SUL | 114 | | |
| B. SANTA ANA DO SUDOESTE | 114 | | |
| B. SANTA ANA DO SOUTOESTE | 114 | | |

CONVENÇÕES:

| | | | |
|--|---------|--|--------------|
| | Córrego | | Rodovia |
| | Lago | | Linha Fênice |

Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Abairramento da Zona Urbana

Escala: 1:12.500 (Cada centímetro equivale a 125m)






ELABORAÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ANEXO: 03



Data: Junho de 2022

LEGENDA:

Proces. PC nº 16/22
Fls. 115 Ass. VD

-  ZEIS 1 - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 1
-  ZEIS 2 - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 2
-  ZEIS 3 - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 3
-  ZEIS 4 - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 4
-  ZEIA - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE AMBIENTAL - PARQUE DOS ITAMBÉS

CONVENÇÕES:

-  Córrego
-  Lago
-  Rodovia
-  Linha Férrea



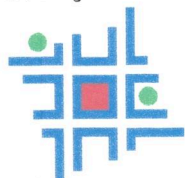
Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Zonas Especiais de Interesse Social

Escala: 1:12.500(Cada centímetro equivale a 125m)

ELABORAÇÃO:

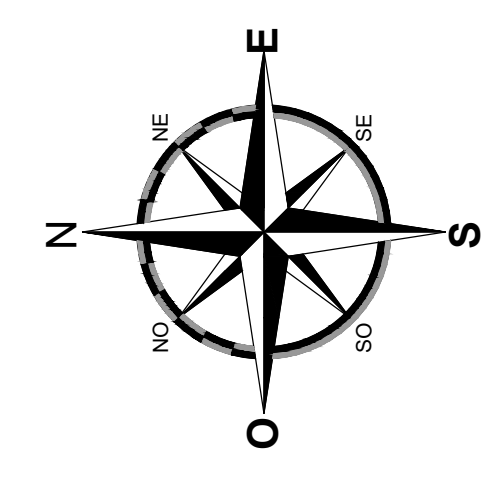
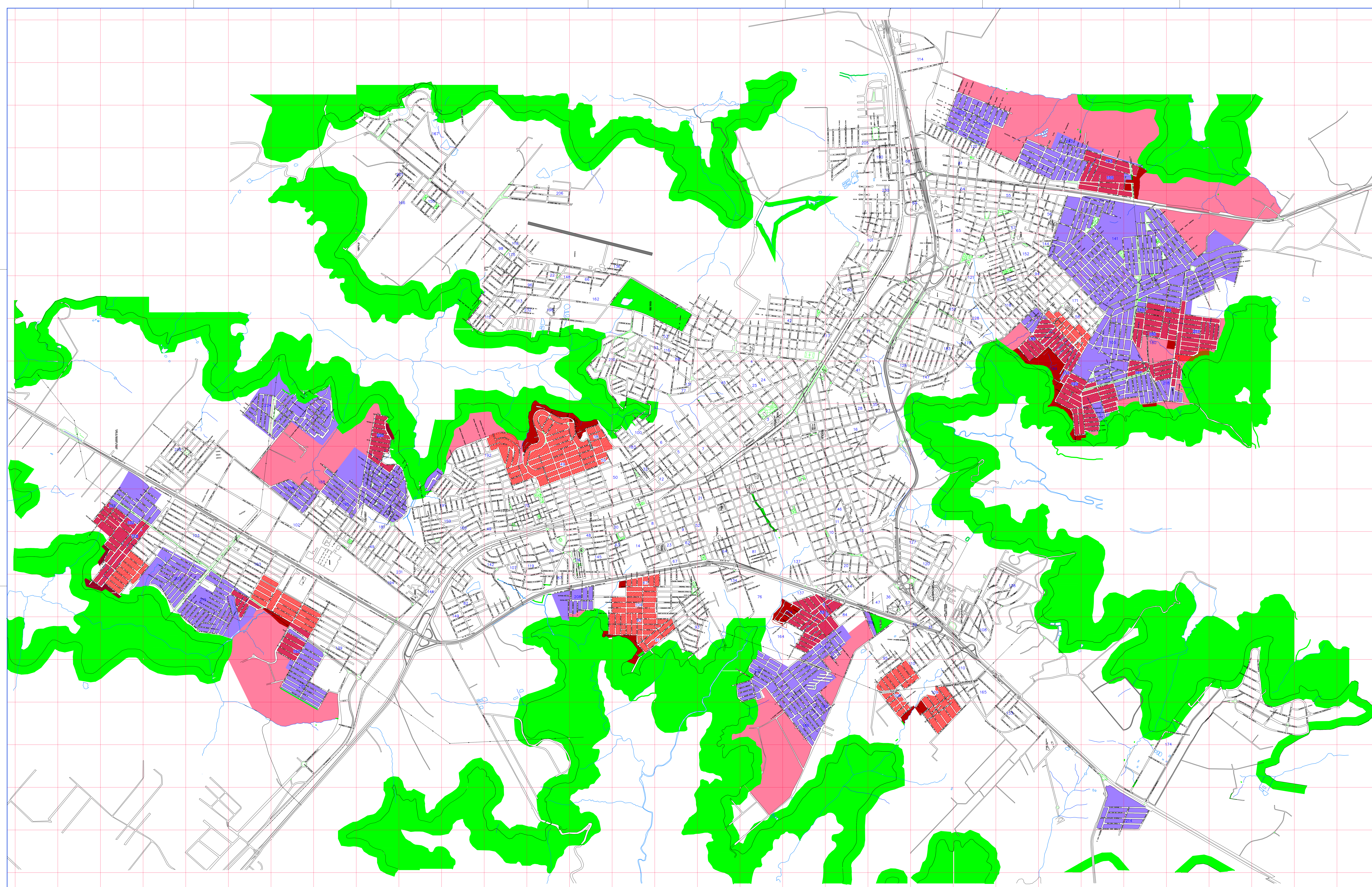


SPU SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ANEXO:

04

Data: junho de 2022



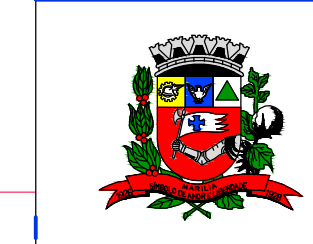
MAPA DE MARÍLIA
escala 1:12.500

LEGENDA:

- ZEIS 1 - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 1
- ZEIS 2 - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 2
- ZEIS 3 - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 3
- ZEIS 4 - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 4
- ZEIA - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE AMBIENTAL - PARQUE DOS ITAMBÉS

CONVENÇÕES:

- Córrego
- Lago
- Rodovia
- Linha Férrea



Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Zonas Especiais de Interesse Social

Escala: 1:12.500 (Cada centímetro equivale a 125m)







SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

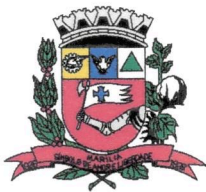
ANEXO: **04**
Data: junho de 2022

- 06 Passagem ferrovia em sub nível interligando a Av. das Esmeraldas próximo a praça do Colégio Criativo e Via arterial projetada.
- 07 Passagem ferrovia em sub nível interligando a Av. República a Via marginal projetada.
- 01 Interseção Av. Ermelinda Clarice Sanches Casarini, R. Amador Bueno e R. Yassutaro Matsubara.
- 02 Interseção R. Arnaldo Henrique Gimenes e R. do Algodão
- 03 Interseção R. André Moura, R. Angelo Seleguin e Av. Sampaio Vidal.
- 04 Interseção R. Francisco Barrueco Prolong. projetado e Av. Sampaio Vidal.
- 01 Passarela sobre a Rodovia interligando a Av. Eugênio Coneglian e a Rua Pedro Martins Parra.

Proces. PC nº 16 / 22
 Fls. 116 Ass. VD

CONVENÇÕES:

-  Córrego
-  Rodovia
-  Lago
-  Linha Férrea



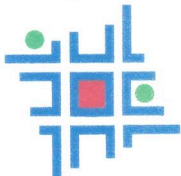
Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Diretrizes Viárias e Interseções da Zona Urbana

Escala: 1:19.000(Cada centímetro equivale a 190m)

ELABORAÇÃO:



SPU SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

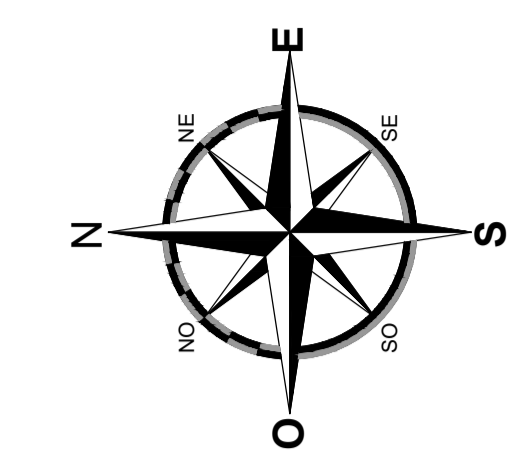
ANEXO:

05

Data: junho de 2022

Assinado por 3 pessoas: DANIEL ALONSO, CÁSSIO LUIZ PINTO JÚNIOR e JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/333B-A604-771D-C-141> e informe o código 333B-A604-771D-C-141





MAPA DE MARÍLIA

escala 1:12.500

LEGENDA:

- INTERSEÇÃO EM SOBRE NÍVEL (RODOVIAS)
- INTERSEÇÃO EM SUB-NÍVEL (PROJETADA)
- PASSAGEM FERROVIA EM SUB-NÍVEL (PROJETADA)
- ROTATÓRIA (PROPOSTA)
- PASSARELA (PROPOSTA)

- VIA MARGINAL
- VIA MARGINAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL ESTRUTURAL
- VIA ARTERIAL ESTRUTURAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL
- VIA ARTERIAL PROJETADA
- VIA COLETORA
- VIA COLETORA PROJETADA

- Terminal Urbano de Distribuição Zona Norte - Prolongamento da Av. Elzeir Rocha até a linha férrea.
- Terminal Urbano de Distribuição Zona Sul - Área anexa a R. Jesus Montlor e linha férrea.

RELAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE PREVISITAS

- Interseção em sobre nível na Rodovia interligando as Ruas Caçara e Glório Povões.
- Interseção em sobre nível na Rodovia interligando as Avenidas Maria Fernandes Cavallari e Av. da Saúde.
- Interseção em sobre nível na Rodovia interligando as Ruas Azarias Carvalho Leme e Antonio Pereira da Silva.
- Interseção em sobre nível na Rodovia pela Av. Quomar Novais interligando o Bairro Santa Antonieta II ao Distrito Industrial.
- Interseções em sub nível pela Rodovia interligando as Av. Afetu C. Padrosa e Av. Sampaio Vidal.
- Interseções em sub nível pela Rodovia interligando as Av. Miguel Granito Neto e Av. Antonio Z. Sobrinho.
- Interseções em sub nível pela Rodovia interligando o Bairro Nova Marília a via arterial projetada.
- Interseções em sub nível pela Rodovia interligando via arterial projetada a Via Expressa do Prêmio.
- Interseções em sub nível pela Rodovia interligando via marginal projetada a Av. José Carlos Sanchez Cibantos.
- Passagem ferroviária em sub nível interligando a Av. Benedito Alves Delfino Rua Arnold Rodrigues e Av. Natal Sanchez Cibantos.
- Passagem ferroviária em sub nível interligando a Rua Antonio Prado a Av. Castro Alves.
- Passagem ferroviária em sub nível interligando a Rua Rui Barbosa a Av. Sampaio Vidal.
- Passagem ferroviária em sub nível interligando a Rua Paraná a Av. Sampaio Vidal.
- Passagem ferroviária em sub nível pela Rua 9 de julho.
- Passagem ferroviária em sub nível interligando a Av. das Esmeraldas próximo a praça do Colégio Criativo e Via arterial projetada.
- Passagem ferroviária em sub nível interligando a Av. República a Via marginal projetada.
- Interseção Av. Ermelinda Clarice Sanchez Cassarini, R. Amador Bueno e R. Vespertino Matheusara.
- Interseção R. Amado Henrique Gimenes e R. do Algodão.
- Interseção R. André Moura, R. Angelo Seleguin e Av. Sampaio Vidal.
- Interseção R. Francisco Barusco Prolong. projetado e Av. Sampaio Vidal.
- Passarela sobre a Rodovia interligando a Av. Eugênio Coneglian e a Rua Pedro Martins Piana.

CONVENÇÕES:

- Córrego
- Lago
- Rodovia
- Linha Férrea



Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Diretrizes Viárias e Interseções da Zona Urbana

Escala: 1:12.500 (Cada centímetro equivale a 125m)

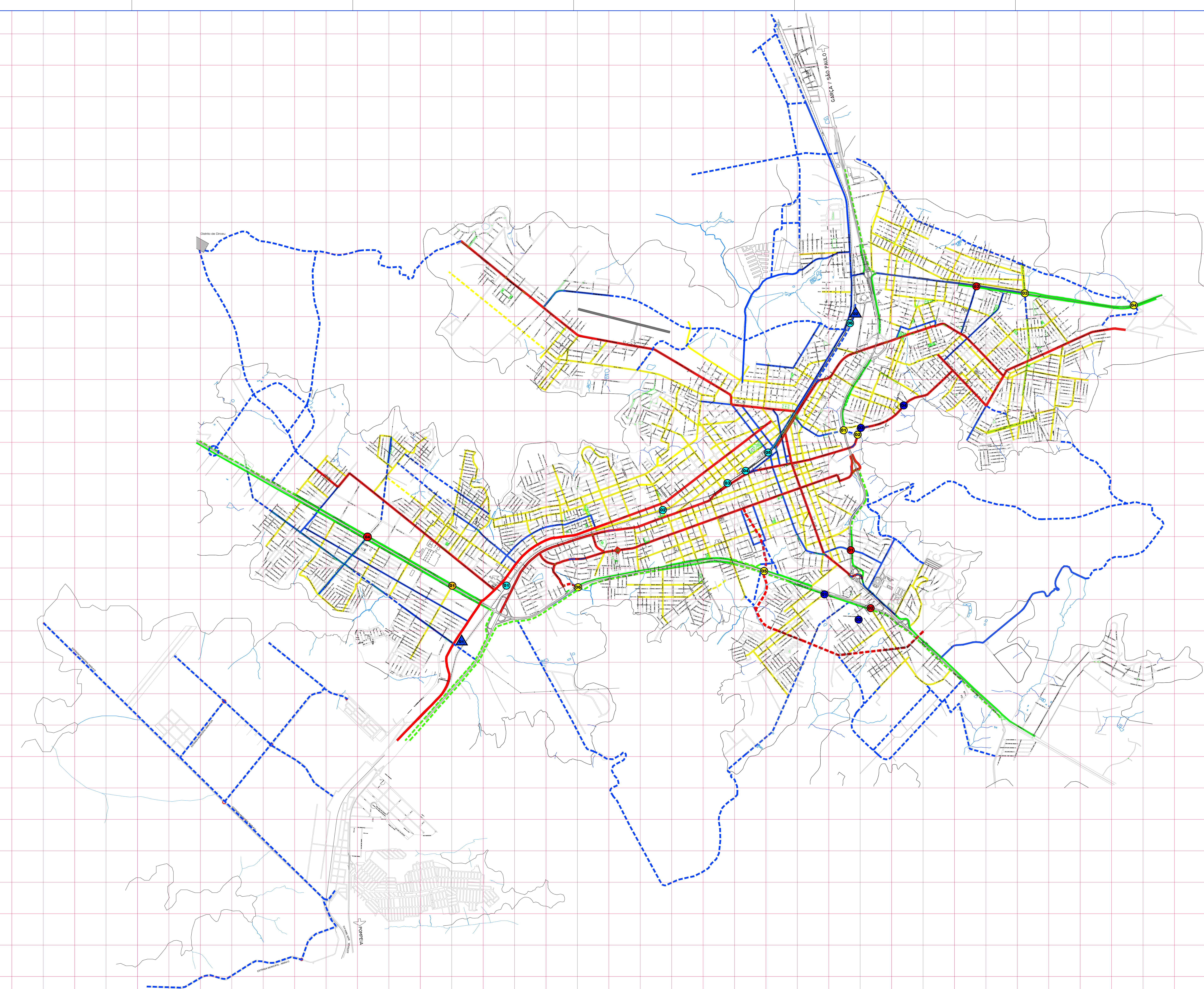
ELABORAÇÃO:










ANEXO:

05

Data: junho de 2022






LEGENDA:

-  U.B.S.-UNIDADE BÁSICA DA SAÚDE
-  U.S.F.-UNIDADE BÁSICA DA FAMÍLIA
-  ESCOLA ESTADUAL
-  EMEF - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
-  EMEI - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL
-  CICLOVIA
-  LINHA VERDE

Proces. PC nº 16 / 122
Fls. 11F Ass. [assinatura]

CONVENÇÕES:

-  Córrego
-  Lago
-  Rodovia
-  Linha Férrea



Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Vias Verdes e Ciclovias

Escala: 1:12.500(Cada centímetro equivale a 125m)

ELABORAÇÃO:

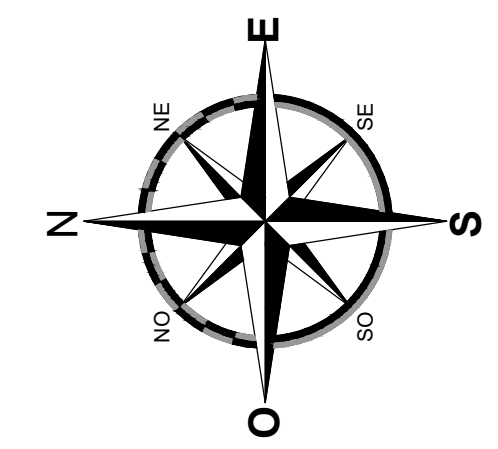


SPU SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA

ANEXO:

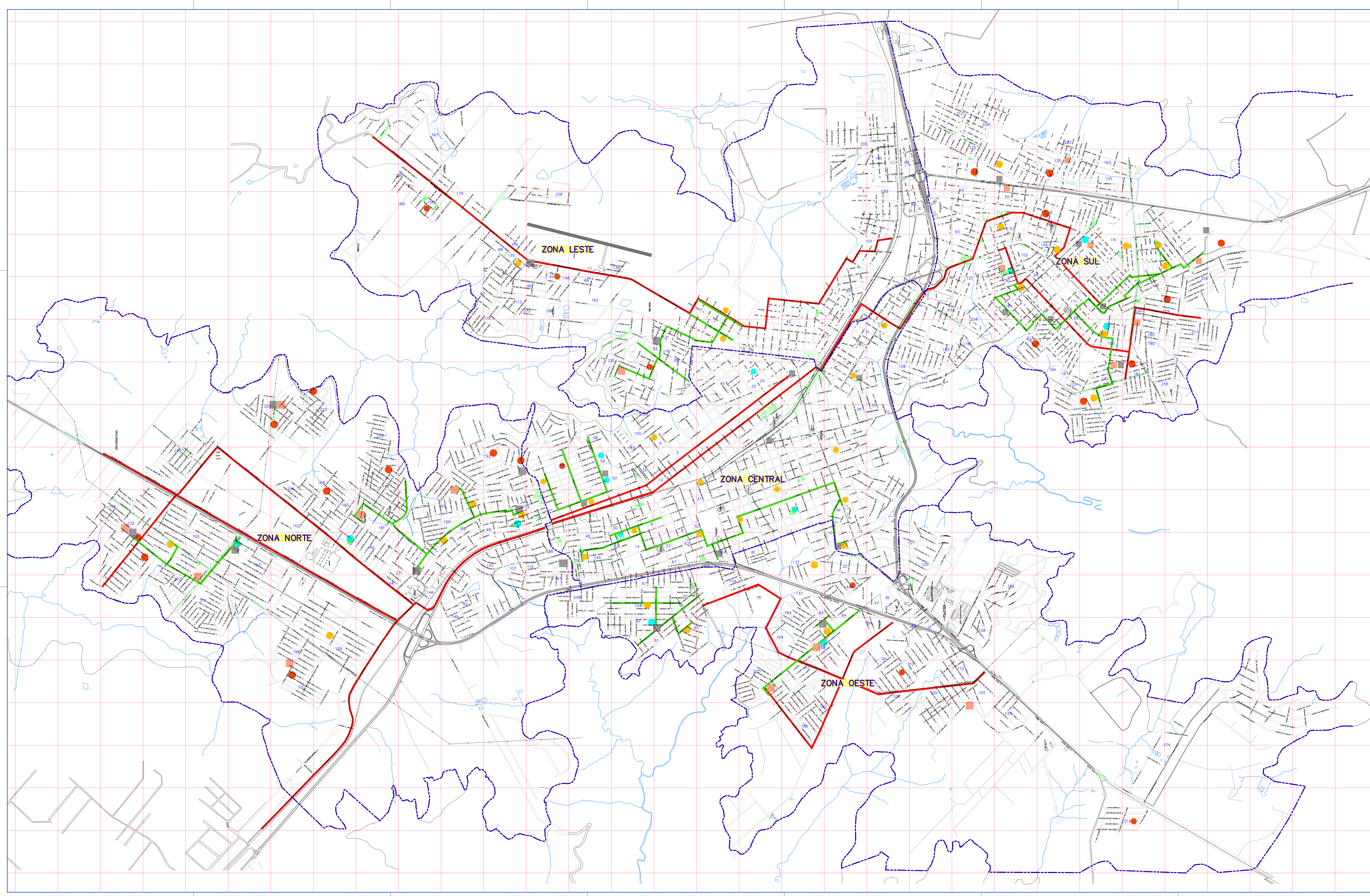
06

Data: junho de 2022



MAPA DE MARÍLIA

escala 1:12.500



| | | | |
|---|---|---|---|
| ZONA CENTRAL - LINHA VERDE(1) 01-RUA XE 02-AV. SANTO ANTONIO 03-RUA BOBIA GATO 04-RUA 24 DE DEZEMBRO 05-RUA NICOLAO ROSELI 06-RUA ANTONIO LORENZETTI 07-RUA JOSE FERREIRA DA COSTA 08-RUA EWERTON E CURADO 09-RUA CATANDEVA 10-RUA BONFIM 11-RUA ARCO VERDE 12-AV. SANTO ANTONIO 13-AV. RIO BRANCO 14-RUA GENERAL OSORIO 15-RUA DUQUE DE CAXIAS 16-RUA AMIGRES | ZONA CENTRAL - CICLOVIA 01-RUA PEDRO DE TOLEDO 02-AV. TRADENTES 03-AV. NELSON SEVERINO ZAMBOM 04-AV. PERES MATTAR 05-AV. REPUBLICA | | |
| ZONA LESTE | ZONA SUL - LINHA VERDE(2) 01-RUA RIBEIRÃO PRETO 02-RUA 25 DE JANEIRO 03-RUA ALVORADA 04-RUA CARLOS RODRIGUES DE OLIVEIRA | ZONA SUL - LINHA VERDE 01-RUA MARIO BATATAOLA 02-RUA DOMINGOS BASTA 03-RUA NARR ROSILHO GUTERREZ 04-RUA APARECIDA F. LANZI 05-RUA PEDRO TERRUEL MARTINEZ 06-RUA BENEDITO ROSARI 07-RUA EDUARDO PRADO 08-RUA RAFAEL ANGLERINZI 09-AV. DURVAL DE MENEZES 10-AV. JOAO RAMALHO 11-RUA CARLOS DE CAMPOS 12-RUA JOSE DE ALENCAR 13-RUA ANGELO TREVELIN 14-RUA FERNANDO ANTONIO AMORIM 15-AV. FREDRANO GOMETTI 16-RUA JOAO CORRÊA DE CARVALHO 17-RUA FRANCISCO TREVINTI 18-AV. THOMÉ DE SOUZA 19-RUA PEDRO MAZETO 20-RUA LAZARO TEIXEIRA DE CAMARGO 21-RUA JOSE PIRES 22-RUA BENJAMIM R. DE CASTRO 23-AV. THOMÉ DE SOUZA 24-RUA JOAQUIM BARRETO | ZONA SUL - CICLOVIA (1) 01-AV. PERES MATTAR 02-AV. JOAO RAMALHO 03-RUA ALFREDO AUGUSTO DE ARAUJO 04-RUA PASCUAL BONI 05-RUA BENEDITO MENDES DE FARIA 06-RUA JOAO NARCISSE 07-RUA FRANCISCO GARCIA 08-RUA JOSE RICO |
| ZONA NORTE | ZONA NORTE - LINHA VERDE(1) 01-RUA WASHINGTON LUIS 02-RUA OREITE 03-RUA ALVARO DE CARVALHO 04-RUA FREDRIL 05-RUA CORFEU DE AZEVEDO MARQUES 06-RUA THOMAZ ALCALDE 07-RUA FRANCISCO C. DE MORAES 08-RUA JOSE OSVALDO PETTO 09-RUA ANTONIO P. SANTOS | ZONA NORTE - LINHA VERDE(2) 01-AV. GUIMARINHOS 02-RUA LEONOR MATAI 03-RUA SOBRINHO BOTELHO 04-AV. ELIEZER ROCHA 05-RUA PEDRO PUCCI | ZONA NORTE - CICLOVIA (1) 01-AV. SANCHES CIBANTOS 02-RUA ANELIA M. MENEZES 03-AV. REPUBLICA 04-AV. BENEDITO ALVES DELFINO 05-RUA LUIZA DOS SANTOS ALVES 06-RUA JOSE GALVANI 07-AV. EUGENIO CONEGLIAN |
| ZONA OESTE | ZONA OESTE - LINHA VERDE(1) 01-RUA ALEXANDRE FERNANDES 02-RUA FRANCISCO ARDITO 03-RUA ABERICO NUNES PRATO 04-RUA JOAO FLORENCO DE CARVALHO 05-RUA BELCHIDES FRANCISCO FLORES 06-RUA PEDRO PLENE FONSECA | ZONA OESTE - LINHA VERDE(2) 01-RUA FRANCISCO GUAGLIANOME 02-RUA AMADOR BUENO 03-RUA ANTONIO POLLO 04-RUA REGINA CALINAM GRADIM 05-RUA ARMANDO STOCICO | ZONA OESTE - CICLOVIA (1) 01-AV. DR. AZEVEDAR DE TOLEDO 02-AV. HERCULES GALLETTI 03-RUA JOSE MARIA SOUTO 04-RUA JOAQUIM FERREIRA EVORA 05-AV. JOSE DA SILVA NOGUEIRA JUNIOR 06-RUA MARIA ROSA NUNES DE OLIVEIRA 07-RUA FRANCISCO GUAGLIANOME |
| ZONA NOROESTE | ZONA NOROESTE - LINHA VERDE(1) 01-RUA CINCRATINA 02-RUA LUIZ FERREIRA BARRETO 03-RUA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES 04-RUA SANTA HELENA 05-RUA ATIBANIA 06-RUA TENENTE ANTONIO JOAO 07-RUA MANOEL CAPICUDO 08-RUA BELEM | ZONA NOROESTE - LINHA VERDE(2) 01-RUA FRANCISCO GUAGLIANOME 02-RUA AMADOR BUENO 03-RUA ANTONIO POLLO 04-RUA REGINA CALINAM GRADIM 05-RUA ARMANDO STOCICO | ZONA NOROESTE - CICLOVIA 01-RUA OSVALDO GUEDIN 02-RUA PEDRO E. MORAES 03-RUA PAULO DA CUNHA MATTOS 04-RUA HENRIQUE GOMES FERNANDES 05-RUA DAS TURMALINAS 06-RUA DOS CRISTAIS 07-RUA JOSE CAMARINHA 08-RUA CLAUDIO MANDEL DA COSTA 09-RUA CARLOS BOTELHO 10-RUA CINCRATINA 11-RUA PAULO SETUBAL 12-AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES |

- LEGENDA:**
- U.B.S - UNIDADE BÁSICA DA SAÚDE
 - U.S.F - UNIDADE BÁSICA DA FAMÍLIA
 - ESCOLA ESTADUAL
 - EMEF - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
 - EMEI - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL
 - CICLOVIA
 - LINHA VERDE
- CONVENÇÕES:**
- Córrego
 - Lago
 - Rodovia
 - Linha Férrea

 Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Vias Verdes e Ciclovias

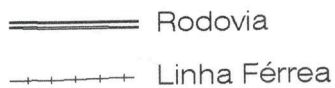
Escala: 1:12.500 (Cada centímetro equivale a 125m)

ELABORAÇÃO:  SPU SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ANEXO 06
Data: Junho de 2022

Mapa de Marília - Plano Diretor do Município de Marília - Vias Verdes e Ciclovias - Junho de 2022

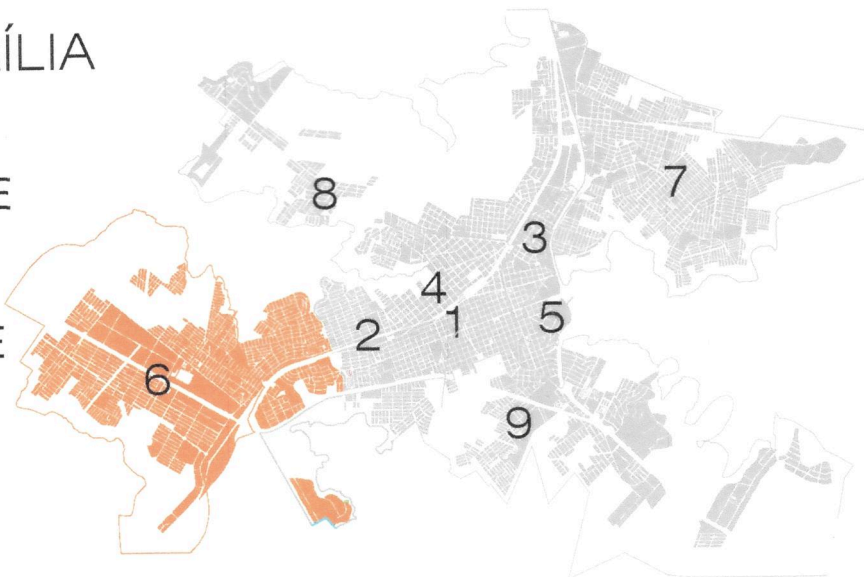
CONVENÇÕES:



Proces. PC nº 16 122
Fls. 118 Ass. [assinatura]

REGIÕES - MARÍLIA

- 1-CENTRO
- 2-CENTRO NORTE
- 3-CENTRO SUL
- 4-CENTRO LESTE
- 5-CENTRO OESTE
- 6-NORTE
- 7-SUL
- 8-LESTE
- 9-OESTE



Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO
DE MARÍLIA

Zona Norte - Propostas

Escala: 1:7.500(Cada centímetro equivale a 75m)

ELABORAÇÃO:



SPU SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

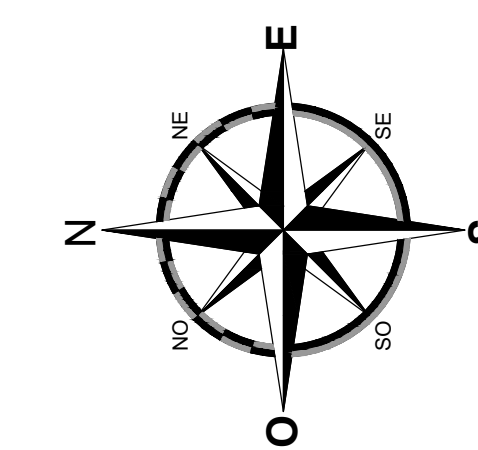
ANEXO:

07

Data: junho de 2022

Assinado por 3 pessoas: DANIEL ALONSO, CÁSSIO LUIZ PINTO JUNIOR e JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/333B-A604-771D-C-141> e informe o código 333B-A604-771D-C-141





MAPA DE MARÍLIA ZONA NORTE

escala 1/7.500

Relação das propostas pontuais e gerais para a Zona Norte.

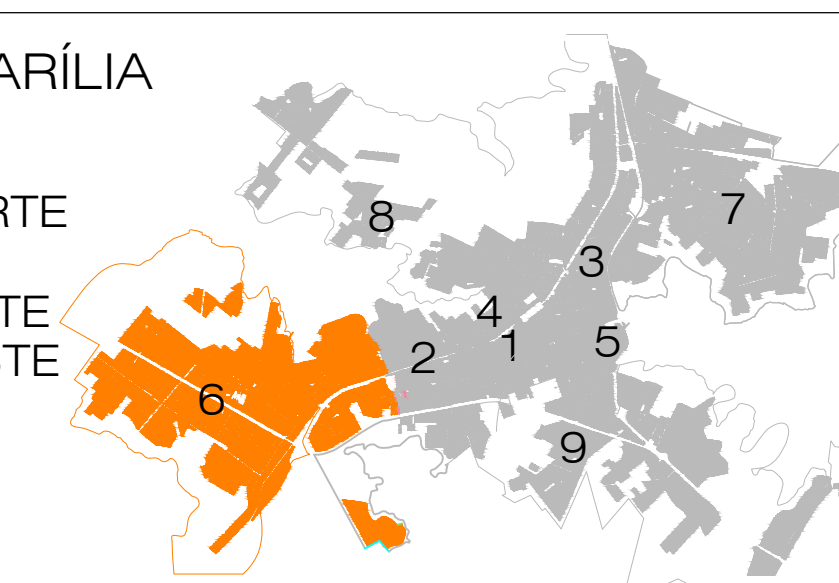
- 01** Abertura da Rua Etevínia Teixeira da Silva até a Rua Mariápolis.
- 02** Criação de uma alça de acesso para a Rodovia, na Av. República no sentido Barro - Centro.
- 03** Criação de Parque Público no Bairro Santa Antonieta.
- 04** Criação de Parque Público do Mariápolis.
- 01** Passagem ferroviária em sub nível interligando a Av. República a Via marginal projetada.
- 02** Passagem ferroviária em sub nível interligando a Av. Benedito Alves Delfino Rua Anísio Rodrigues e Av. Natal Sanches Cibantos.
- 01** Passarela sobre a Rodovia interligando a Av. Eugênio Coneglian e a Rua Pedro Martins Parra.
- 01** Interseção em sobre nível na Rodovia pela Av. Guimar Novaes interligando o Bairro Santa Antonieta II ao Distrito Industrial.
- 01** Interseções em sub nível pela Rodovia interligando via marginal projetada a Av. José Carlos Sanches Cibantos.
- 01** Terminal Urbano de Distribuição Zona Norte - Área anexa a Av. João Martins Coelho e CEASA.
- 01** Proposta PACI - Centro Comunitário Santa Antonieta
- VIA MARGINAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL ESTRUTURAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL PROJETADA
- VIA COLETORA PROJETADA

CONVENÇÕES:

- Córrego
- Lago
- Rodovia
- Linha Férrea

REGIÕES - MARÍLIA

- 1-CENTRO
- 2-CENTRO NORTE
- 3-CENTRO SUL
- 4-CENTRO LESTE
- 5-CENTRO OESTE
- 6-NORTE
- 7-SUL
- 8-LESTE
- 9-OESTE



Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Zona Norte - Propostas

Escala: 1:7.500(Cada centímetro equivale a 75m)

ELABORAÇÃO:

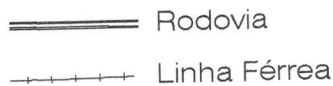
SPU SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ANEXO

07

Data: junho de 2022

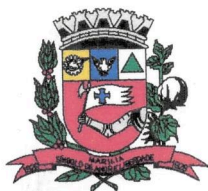
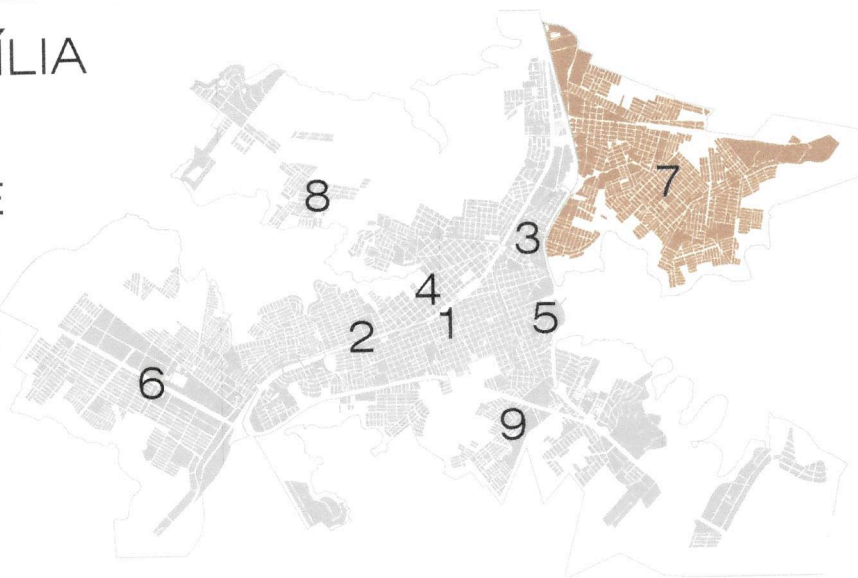
CONVENÇÕES:



Proces. PC nº 16 / 22
Fls. 119 Ass. [Signature]

REGIÕES - MARÍLIA

- 1-CENTRO
- 2-CENTRO NORTE
- 3-CENTRO SUL
- 4-CENTRO LESTE
- 5-CENTRO OESTE
- 6-NORTE
- 7-SUL
- 8-LESTE
- 9-OESTE



Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Zona Sul - Propostas

Escala: 1:6.000(Cada centímetro equivale a 60.00m)

ELABORAÇÃO:



SPU SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA

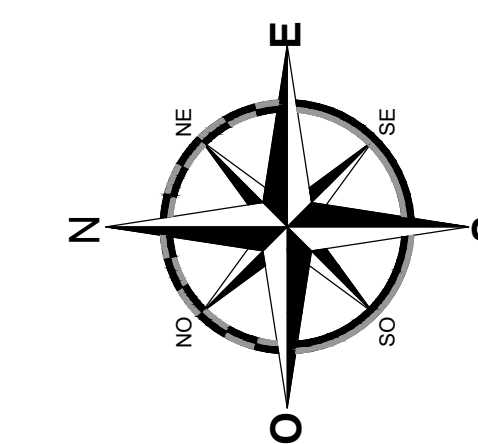
ANEXO:

08

Data: junho de 2022

Assinado por 3 pessoas: DANIEL ALONSO, CÁSSIO LUIZ PINTO JÚNIOR e JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/333B-A604-771D-C-141> e informe o código 333B-A604-771D-C-141





MAPA DE MARÍLIA ZONA SUL

escala 1:6.000

Relação das propostas pontuais e gerais para Zona Sul.

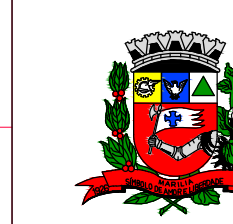
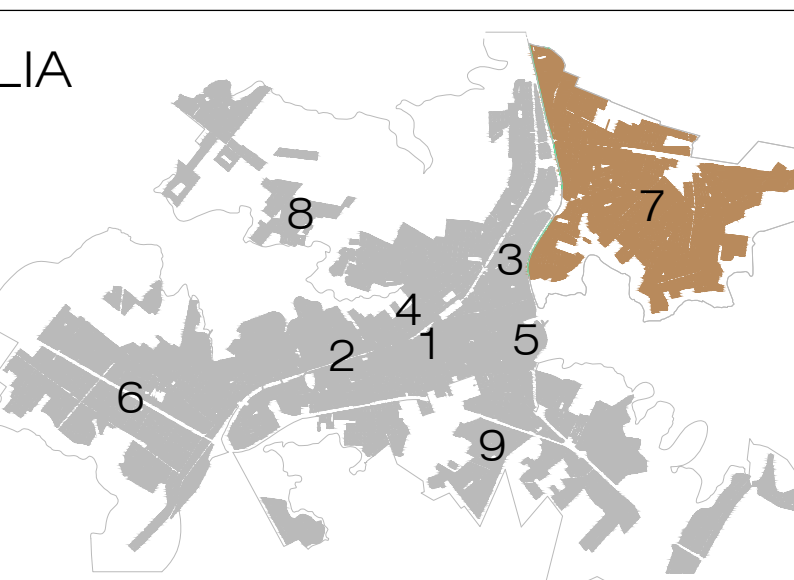
- 01** Criação do Parque Público do Flicho Doce.
- 02** Área anexa ao CDHU - criação de áreas de lazer e serviços públicos auxiliares.
- 03** Av. Miguel Granto Neto - Remodelação da área de comércio denominada "seirinha".
- 01** Intersseções em sub nível pela Rodovia interligando as Av. Afreu C. Pedrosa e a Av. Sampaio Vidal.
- 02** Intersseções em sub nível pela Rodovia interligando as Av. Afreu C. Pedrosa e a Av. Antonio Z. Sobrinho.
- 03** Intersseções em sub nível pela Rodovia interligando as Av. Miguel Granto Neto e a Av. Antonio Z. Sobrinho.
- 04** Intersseções em sub nível pela Rodovia interligando o Bairro Nova Marília a via arterial projetada.
- 01** Intersseção R. André Moura, R. Angelo Seleguin e Av. Sampaio Vidal.
- 02** Intersseção R. Francisco Barrueco Prolong. projetado e Av. Sampaio Vidal.
- 03** Intersseção em sobre nível na Rodovia pela Av. Antonio Pereira da Silva interligando o Bairro Nova Marília ao Bairro Jardim Esplanada e Marajó.
- 01** Terminal Urbano de Distribuição Zona Sul - Área anexa a R. João Ramalho e Supermercado Kawakami, no Jardim Brasília.
- 01** Proposta PAU - Poliesportivo "Tatá"

- VIA MARGINAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL ESTRUTURAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL PROJETADA
- VIA COLETORA PROJETADA

- CONVENÇÕES:
- Córrego
 - Lago
 - Rodovia
 - Linha Férrea

REGIÕES - MARÍLIA

- 1-CENTRO
- 2-CENTRO NORTE
- 3-CENTRO SUL
- 4-CENTRO LESTE
- 5-CENTRO OESTE
- 6-NORTE
- 7-SUL
- 8-LESTE
- 9-OESTE



Prefeitura Municipal de Marília

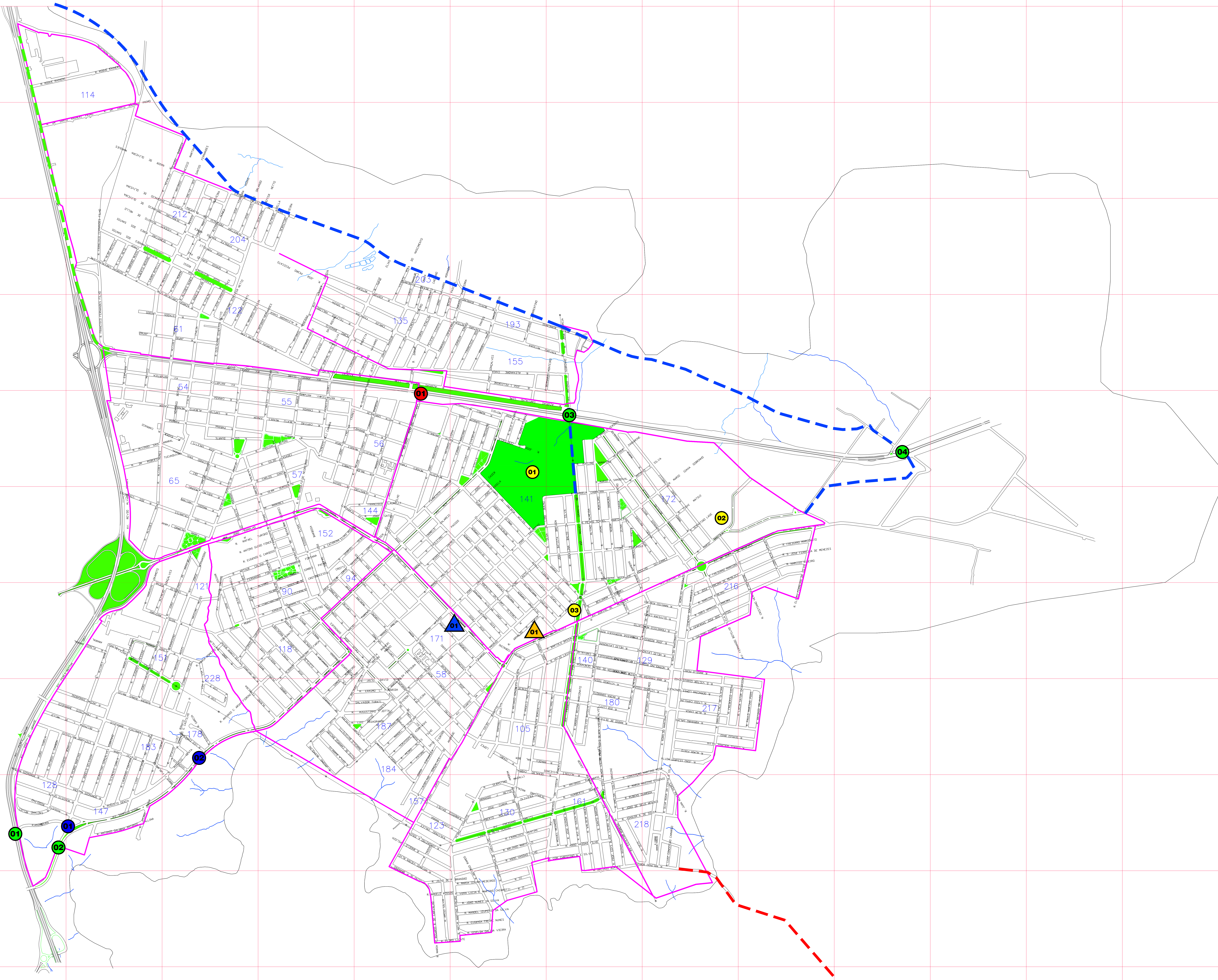
PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Zona Sul - Propostas

Escala: 1:6.000(Cada centímetro equivale a 60.00m)

ELABORAÇÃO:

ANEXO:
08
Data: junho de 2022



CONVENÇÕES:

 Córrego

 Lago

 Rodovia

 Linha Férrea

Proces. PC nº 16 / 122

Fis. 120 Ass. 

REGIÕES - MARÍLIA

- 1-CENTRO
- 2-CENTRO NORTE
- 3-CENTRO SUL
- 4-CENTRO LESTE
- 5-CENTRO OESTE
- 6-NORTE
- 7-SUL
- 8-LESTE
- 9-OESTE



Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO
DE MARÍLIA

Zona Leste - Propostas

Escala: 1:6.000(Cada centímetro equivale a 60m)

ELABORAÇÃO:



SPU SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA

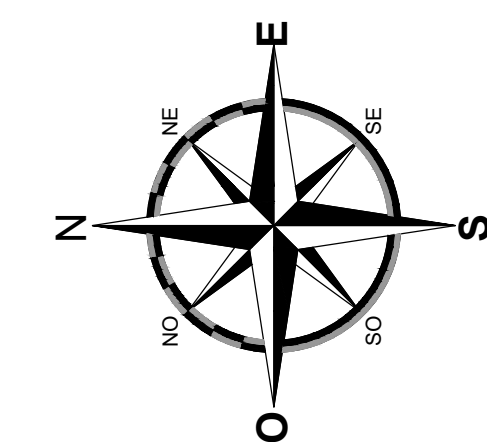
ANEXO:

09

Data: junho de 2021

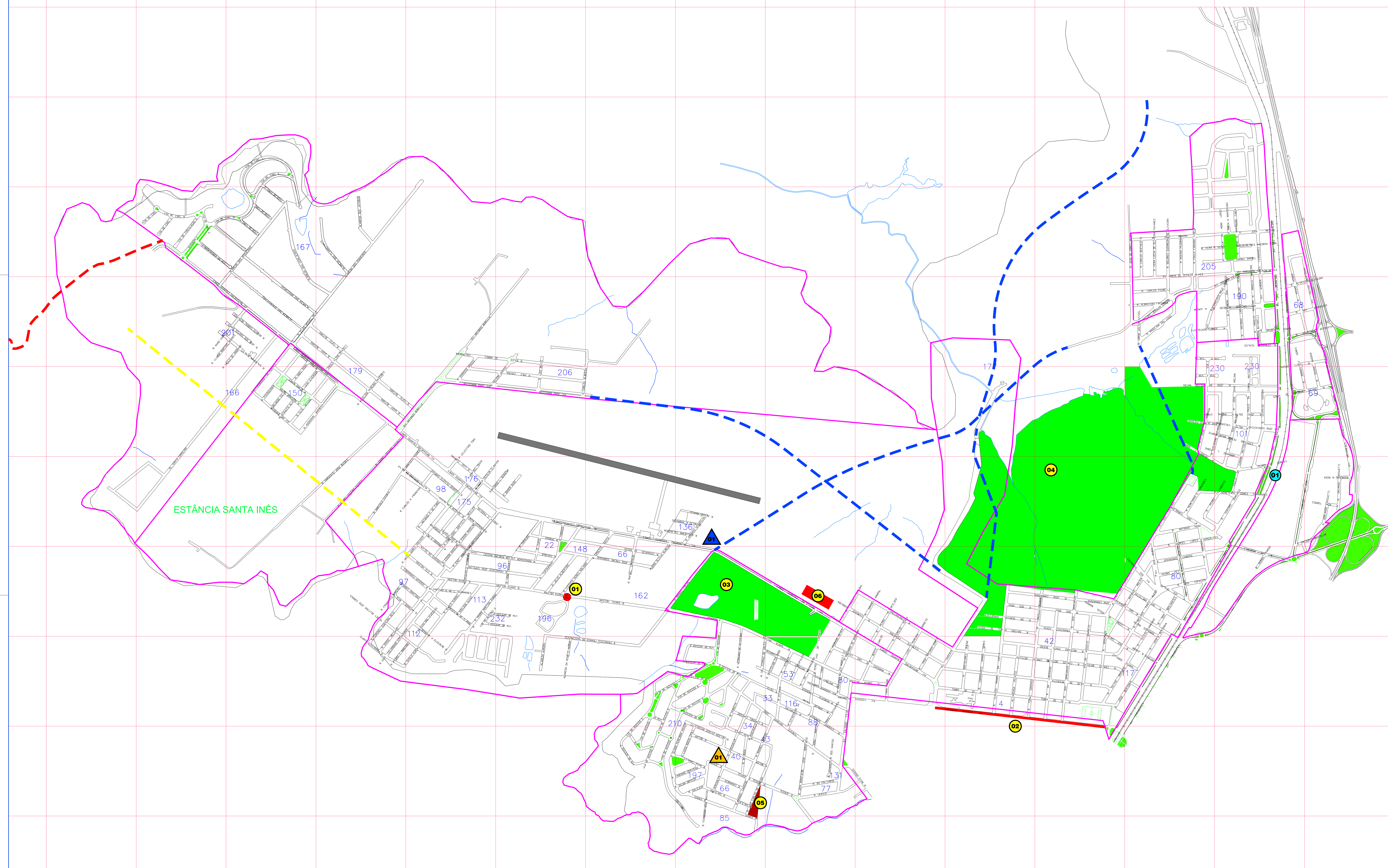
Assinado por 3 pessoas: DANIEL ALONSO, CÁSSIO LUIZ PINTO JÚNIOR e JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/333B-A604-771D-C141> e informe o código 333B-A604-771D-C141





MAPA DE MARÍLIA ZONA LESTE

ESCALA 1:6.000



Relação das propostas pontuais e gerais para Zona Leste.

- 01** Rotatória em frente ao Condomínio Vila do Bosque.
- 02** Definição de mão única na Av. Vicente Ferreira, no sentido Estádio - Santa Casa.
- 03** Remodelação total do Bosque, melhoria e manutenção da área de lazer.
- 04** Remodelação da Represa Cascatas com Banheirão, Área de lazer com pista de cooper, iluminação, segurança, restaurante e pedilírio.
- 05** Definir como ZEIS a área localizada entre as ruas João Carlos de Arruda, Manoel Cândido, Galesia e Emaus.
- 06** Realocação dos trailers de lanches, com criação de praça de alimentação.
- 07** Passagem ferroviária em sub nível interligando a Av. das Esmeraldas próximo a praça do Colégio Criativo e Via arterial projetada.
- 08** Terminal Urbano de Distribuição Zona Leste - Área anexa a Av. Benedito Alves Delfino e Loteamento Itamaraty.
- 09** Proposta PACI - Centro Comunitário da Vila Altaneira.

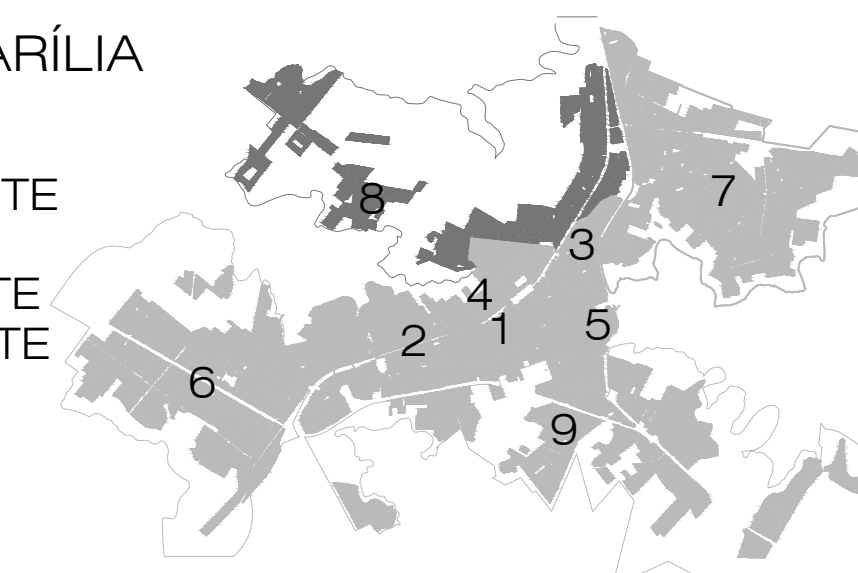
- VIA MARGINAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL ESTRUTURAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL PROJETADA
- VIA COLETORES PROJETADA

CONVENÇÕES:

- Córrego
- Lago
- Rodovia
- Linha Férrea

REGIÕES - MARÍLIA

- 1-CENTRO
- 2-CENTRO NORTE
- 3-CENTRO SUL
- 4-CENTRO LESTE
- 5-CENTRO OESTE
- 6-NORTE
- 7-SUL
- 8-LESTE
- 9-OESTE



Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Zona Leste - Propostas

Escala: 1:6.000(Cada centímetro equivale a 60m)

ELABORAÇÃO:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ANEXO:

09
Data: Junho de 2022

- VIA MARGINAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL ESTRUTURAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL PROJETADA
- VIA COLETORA PROJETADA

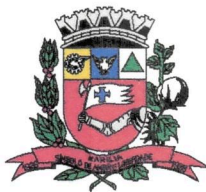
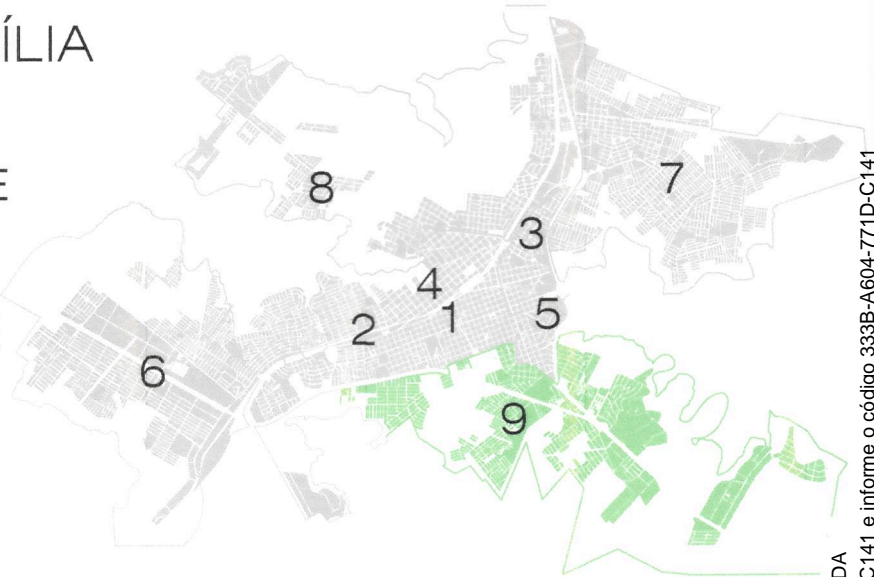
Proces. PC nº 16 / 122
 Fls. 121 Ass. [assinatura]

CONVENÇÕES:

- Córrego
- Rodovia
- Lago
- Linha Férrea

REGIÕES - MARÍLIA

- 1-CENTRO
- 2-CENTRO NORTE
- 3-CENTRO SUL
- 4-CENTRO LESTE
- 5-CENTRO OESTE
- 6-NORTE
- 7-SUL
- 8-LESTE
- 9-OESTE



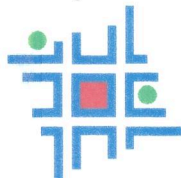
Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Zona Oeste - Propostas

Escala: 1:7.500(Cada centímetro equivale a 75.00m)

ELABORAÇÃO:



SPU SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA

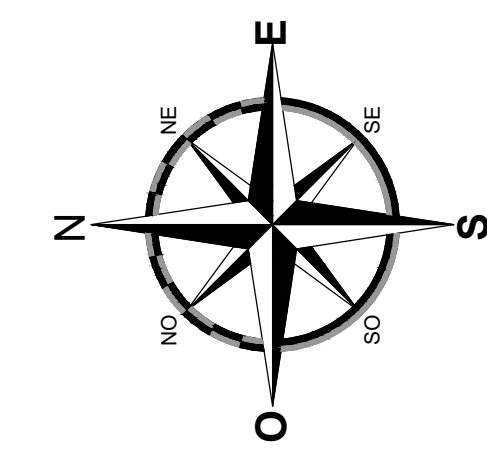
ANEXO:

10

Data: junho de 20...

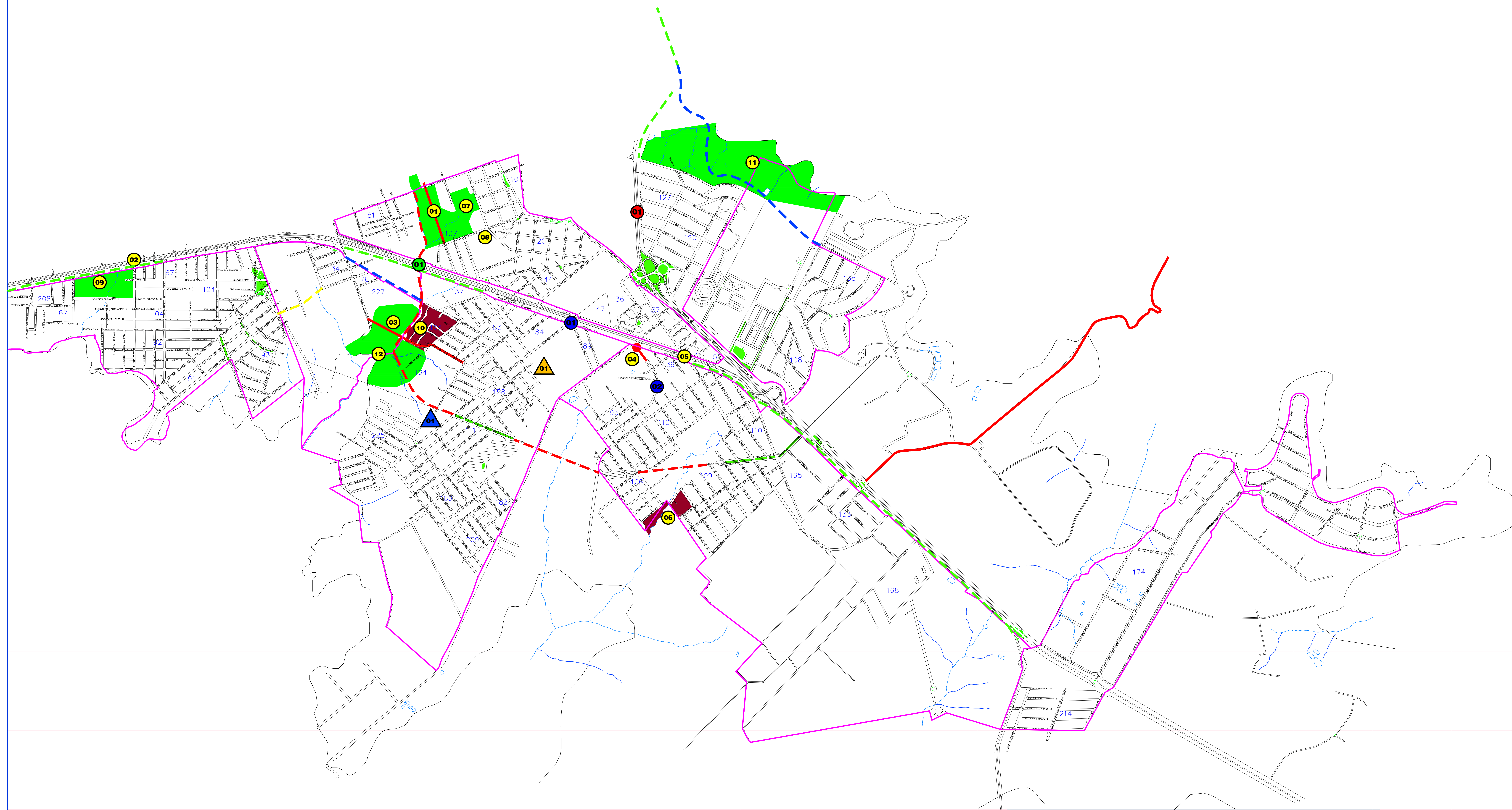
Assinado por 3 pessoas: DANIEL ALONSO, CÁSSIO LUIZ PINTO JÚNIOR e JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/333B-A604-771D-C-141> e informe o código 333B-A604-771D-C-141





MAPA DE MARÍLIA ZONA OESTE

ESCALA 1:7.500



Relação das propostas pontuais e gerais para a Zona Oeste.

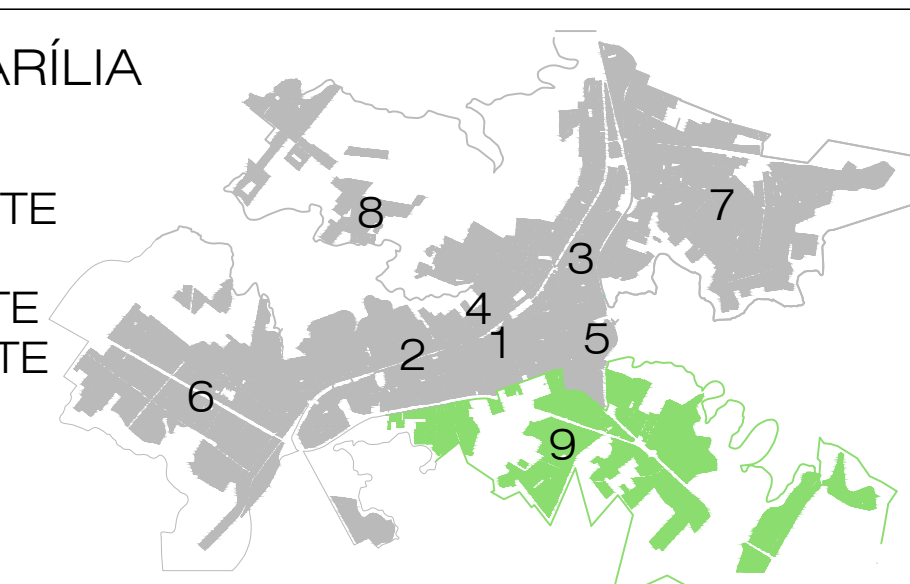
- 01** Interseção da Rua Ana Lima de Souza com a Rua Anchieta.
- 02** Passagem em sub-nível ao Barro São Miguel pela Rua Lino Pozetti.
- 03** Interseção da Rua Monsenhor João Batista Toffoli ao Barro Bela Vista.
- 04** Construção de rotatória na saída da passagem em sub-nível junto ao DER interligando a Rua do Algodão e Sérgio José Bambini.
- 05** Interseção em sobre-nível interligando a Av. Maria Fernandes Cavatari e Av. da Saudade.
- 06** Projeto de desafastamento nos Bairros: Parque das Vivendas, Higienópolis e Jardim Universitário.
- 07** Criação de Parque Público margeando a Mareão Ismael e Rua Paes Leme.
- 08** Reaproveitamento do prédio da CEPAM, para criação de EMEI, creche e berçário.
- 09** Criação de Parque Público em área anexa aos Bairros Jardim América e Pérola.
- 10** Urbanização da favela do Argolo Fêrris.
- 11** Proposta Parque Público em área anexa aos Bairros J. Acaputo I e II e as Universidades Unerm, Unesp e Unimar.
- 12** Proposta Parque Público em área anexa a Rua Amador Bueno e Rodovia do Contorno e aos bairros Vila D'Italia, Nuzi, Haai, Theresa Bassari de Argolo Fêrris.
- 01** Interseção Av. Ermelinda Clarice Sanches Casarini, R. Amador Bueno e R. Yassuhiro Matsushira.
- 02** Interseção R. Amado Henrique Gimenes e R. do Algodão.
- 03** Interseção em sobre nível na Rodovia interligando as Ruas Caiçara e Glória Povões.
- 04** Interseções em sub nível pela Rodovia interligando a Via Expressa do Pombal.
- 01** Terminal Urbano de Distribuição Zona Oeste - Área anexa a R. Amador Bueno.
- 01** Proposta PACI - Centro Comunitário Jd. Califórnia.

- VIA MARGINAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL ESTRUTURAL PROJETADA
- VIA ARTERIAL PROJETADA
- VIA COLETOIRA PROJETADA

- CONVENÇÕES:
- Córrego
 - Lago
 - Rodovia
 - Linha Fêrris

REGIÕES - MARÍLIA

- 1-CENTRO
- 2-CENTRO NORTE
- 3-CENTRO SUL
- 4-CENTRO LESTE
- 5-CENTRO OESTE
- 6-NORTE
- 7-SUL
- 8-LESTE
- 9-OESTE



Prefeitura Municipal de Marília

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO
DE MARÍLIA

Zona Oeste - Propostas

Escala: 1:7.500(Cada centímetro equivale a 75.00m)

ELABORAÇÃO:
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ANEXO:
10
Data: Junho de 2022

Proces. PC nº 16 122
Fls. 122 Ass. VD

Mapas
Digitais





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 333B-A604-771D-C141

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ DANIEL ALONSO (CPF 068.XXX.XXX-03) em 30/11/2023 15:23:41 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ CÁSSIO LUIZ PINTO JÚNIOR (CPF 033.XXX.XXX-01) em 30/11/2023 16:10:01 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA (CPF 102.XXX.XXX-12) em 30/11/2023 17:24:22 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marilia.1doc.com.br/verificacao/333B-A604-771D-C141>